

***INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL***

ANO LECTIVO 2010/2011



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO, ASSIM, DOUTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

GUERRA SUBVERSIVA

LIÇÕES APRENDIDAS E CONTRIBUTOS PARA O REAJUSTAMENTO

DA DOUTRINA NACIONAL

**JORGE MANUEL LOPES NUNES DOS REIS
COR ADMIL**



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

GUERRA SUBVERSIVA

**LIÇÕES APRENDIDAS E CONTRIBUTOS PARA O REAJUSTAMENTO
DA DOUTRINA NACIONAL**

JORGE MANUEL LOPES NUNES DOS REIS

COR ADMIL

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2010/2011

Lisboa
2011



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

GUERRA SUBVERSIVA

LIÇÕES APRENDIDAS E CONTRIBUTOS PARA O REAJUSTAMENTO DA DOCTRINA NACIONAL

JORGE MANUEL LOPES NUNES DOS REIS

COR ADMIL

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2010/2011

Orientador: Coronel Rui Moura

Lisboa
2011



DEDICATÓRIA

Aos meus Pais.



AGRADECIMENTOS

Ao Senhor COR TIR INF Rui Fernando Baptista Moura, orientador deste trabalho, cabe-me realçar o apoio, os conselhos, o rigor científico e o acompanhamento escrupuloso que soube facultar.

Aos Senhores Majores-Generais Hugo Borges, Raúl Cunha, Carlos Branco, António Menezes e Brigadeiro-General José Fonseca, pela sempre presente disponibilidade, frontalidade e rigor nas observações e sugestões, fundamentais para a realização deste trabalho.

O meu mais sincero reconhecimento aos Senhores Coronéis João Barbas, César Fonseca, Jorge Graça, João Teixeira, Álvaro Estrela Soares, CMG FZ Teixeira Moreira, Tenente-Coronel Ruivo, Major Paulo Dias e, em particular, aos oficiais estrangeiros, COL (FRA A) Frederic Curtaz., LTC (DEU A) Mathias Fieser, bem como a todos os aqui não nomeados com quem falei atentamente e cujos saberes e experiências procurei captar.

O meu agradecimento muito especial aos “SAS” que, com constante bom humor, paciência, partilha de pensamentos e ilimitada acutilância crítica em movimento, procuraram orientar-me, numa pródiga e pronta disponibilidade de saber, bom-senso e elevado nível de exigência, que nem sempre logrei aproveitar.

Ao Senhor Sargento-Chefe INF CMD José Quelincho que, quando requerido, trouxe a “carta a Garcia”.

A minha gratidão a todos os camaradas do CPOG que, com amizade e desinteressadamente, partilharam conhecimentos e experiência e me acompanharam durante estes meses.

À minha Família, cuja generosidade e permanente fonte de apoio estiveram sempre presentes, mesmo nas minhas ausências.



ÍNDICE

	Pág.
Dedicatória	II
Agradecimentos	III
Índice	IV
Resumo	VI
Abstract	VII
Palavras-Chave	X
Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	XI
1. Introdução	1
1.1. Importância do estudo	1
1.2. Objectivos e delimitação do estudo	3
1.3. Questão central, questões derivadas e hipóteses	4
1.4. Metodologia e estrutura do estudo.....	5
2. A Guerra Subversiva	6
2.1. Enquadramento conceptual	6
2.2. O estado da arte	9
2.2.1. As escolas de COIN Enemy-centric warfare versus Population-centric warfare	10
2.2.2. Estado da Arte em países aliados (de referência)	10
2.2.3. O caso de Portugal	12
2.3. Síntese conclusiva	14
3. O ambiente de Insurgência no Séc XXI	15
3.1. Caracterização	15
3.1.1. O presente	15
3.1.2. Os desenvolvimentos mais prováveis	16
3.2. Lições Aprendidas	16
3.2.1. Situação actual	16
3.2.2. Tendências globais influenciadoras	17
3.2.3. O risco de não mudar/adaptar	18
3.3. Razões para Portugal ajustar COIN	18
3.4. Síntese conclusiva	20
4. Contributos para um reajustamento da Doutrina Nacional de Portugal	20
4.1. Elementos essenciais	20
4.1.1. Visão, Valores e Objectivos	20
4.1.2. O desafio cultural	21
4.1.3. A renovação e actualização doutrinária.....	24
4.1.4. A formação e treino	32
4.1.5. Orientações estratégicas fundamentais.....	35
4.2. Alterações organizacionais	39
4.3. Processos formais da concepção à implementação da Doutrina	39
4.4. Síntese conclusiva	40
5. Conclusões	41
Bibliografia	45
Apêndices	
Apêndice I – Glossário de Conceitos	I-1
Apêndice II – Percurso Metodológico	II-1
Apêndice III – Matriz de comparação entre doutrina guerra subversiva e Counterinsurgency (COIN) da NATO	III-1
Apêndice IV – Comparação dos Princípios da COIN entre Portugal e Países de	



Referência	IV-1
Apêndice V – Comparação dos Princípios da COIN entre Portugal e a NATO	V-1
Anexos	
Anexo A– Carta Étnica da Guiné Portuguesa	A-1
Anexo B– População Urbana em Percentagem	
Anexo C– The Historical Categorisation of Insurgency	
Figuras	30
Figura 1 – Natureza da Contra-Insurreição	
Figura 2 – Linhas de Operações	
Figura 3 – Esquemas de Manobra	



RESUMO

Portugal enfrentou, de 1961 a 1974, uma campanha de contra-insurreição (COIN) nos seus territórios africanos de então, muito diferente das anteriores campanhas de polícia imperial. Portugal foi a primeira potência europeia em África e a última a sair, depois de conduzir de forma isolada uma campanha de contra-insurreição em três distantes e diferentes Teatros de Operações. Foi um extraordinário feito de armas, tendo em consideração que países mais poderosos foram incapazes de fazer o mesmo.

A compreensão precisa desta campanha requer o conhecimento da estratégia e doutrina militar prosseguidas pelas Forças Armadas portuguesas, as suas fontes de inspiração e a sua capacidade de ultrapassar os desafios que se lhes colocavam. Neste âmbito, é fundamental entender como é que os Ramos, treinados e preparados para enfrentarem uma guerra convencional contra o Pacto de Varsóvia, se transformaram com sucesso numas Forças Armadas especialistas em COIN. Resta a percepção que das inúmeras análises e estudos elaborados sobre campanhas de contra-insurreição, a maioria esquece-se de referir as portuguesas.

As guerras actuais vêm confrontando cada vez mais actores não-estatais e menos os estados, num quadro de ameaças difusas e diversificadas, exigindo que a NATO esteja capacitada e pronta para efectuar operações em todo o espectro dos conflitos. Actualmente, o maior desafio é claramente o combate contra forças de insurrectos no Afeganistão. Um novo documento sobre a COIN, o *AJP-3.4.4 Counterinsurgency*, foi apresentado para ratificação de todos os Países membros da Aliança sem que, contudo, alguma referência tenha sido efectuada sobre a experiência e doutrina portuguesa de contra-insurreição.

Portugal enfrenta o dilema de optar entre a sua já testada e consolidada doutrina de contra-insurreição e a doutrina da NATO, com as inerentes vantagens desta a nível de incremento da interoperabilidade e identidade com a dos Aliados.

O presente estudo pretende avaliar e comparar a doutrina portuguesa de COIN com a da NATO, tendo sempre como referência os diferentes contextos em que se desenrolaram as campanhas africanas. Aborda também os modos de melhorar a doutrina, de incorporar as lições aprendidas e as repercussões ao nível de DOTMLPFI¹, da legislação e da governação portuguesa.

¹ DOTMLPFI: Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança e Formação, Pessoal, Infra-estruturas e Interoperabilidade.



Na sequência, este estudo conclui sobre a necessidade de adoptar a doutrina da NATO, desde que se salvasse a incorporação das lições aprendidas, experiência, idiosincrasias, dinâmicas culturais e demais variáveis que construíram uma tão eficaz doutrina portuguesa de COIN.



ABSTRACT

From 1961 until 1974 Portugal conducted successfully a war of counterinsurgency in its African territories, quite different from the former traditional policing campaigns it had undergone. As the first imperial power in Africa, Portugal was also the last to withdraw, after carrying out by itself a simultaneous counterinsurgency campaign in those three distant and different Theatres of Operations (TO). It was an astonishing feat of arms, taking into account that even great powers were not able to do the same.

An accurate understanding of the campaign requires the knowledge of the strategy and military doctrine adopted by the portuguese military forces, their sources and their capabilities to overcome challenges. Of paramount importance is the evaluation of how the Armed Forces, trained and prepared to fight a conventional war against the Warsaw Pact, were successfully transformed in forces specialized in COIN. One may observe that among all the analyses made on counterinsurgency, the majority forgot to study the portuguese campaign.

As war is more and more fought among non-state actors rather than among nation states, in a framework of several and diffuse threats, NATO must be prepared and capable to conduct operations across the entire spectrum of operations. Currently, the daunting challenge is clearly the battle against insurgency forces in Afghanistan. A new *AJP-3.4.4 Counterinsurgency (COIN)* is submitted to ratification by the Nations of the Alliance, and no particular mention was made to the portuguese experience and doctrine.

Portugal faces the dilemma of choosing between its tested and consolidated way of conducting counterinsurgency operations or the NATO COIN doctrine, not forgetting the advantages of enhancing the interoperability and commonality with the allies.

This paper aims to evaluate and compare the Portuguese COIN doctrine with the NATO one, bearing in mind the distinct contexts of the previous and contemporaneous african wars. It also addresses the best ways to improve the doctrine, to integrate lessons learned and to depict the consequences on the DOTMLPFI², as well as on the portuguese law and governance.

² *Doctrine, Organisation, Training, Materiel, Leadership and Education, Personnel, Facilities and Interoperability.*



Finally, this paper concludes on the need to adopt the NATO doctrine, with the provision to include the lessons learned, experience, idiosyncrasies, cultural factors and variables that shaped a so effective portuguese COIN doctrine.



PALAVRAS – CHAVE

Contra-Insurreição
Contra-Subversão
Doutrina
Forças Armadas
Insurreição
Interoperabilidade
Lições Aprendidas
Subversão
Terrorismo

KEY WORDS

Counterinsurgency
Countersubversion
Doctrine
Armed Forces
Insurgency
Interoperability
Lessons Learned
Subversion
Terrorism



ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

3GW	<i>third-generation warfare</i>
4GW	<i>fourth-generation warfare</i>
ADM	Armas de Destruição Maciça
AMN	Autoridade Marítima Nacional
AJP	<i>Allied Joint Publication (NATO)</i>
APsico	Acção Psicológica
CAN	Canadá
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM	Conceito Estratégico Militar
CEN	Conceito Estratégico Nacional
CEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMFA	Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CIA	Concept interarmées (FRA)
CID	Comando de Instrução e Doutrina
CISMIL	Centro de Informações e Segurança Militares
CTM	Cooperação Técnico Militar
CITAN	Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval
COIN	<i>Counter-Insurgency</i>
COIR	Curso de Operações Irregulares
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPOG	Curso de Promoção a Oficial General
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional
C4ISR	<i>Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance</i>
CTM	Cooperação Técnico-Militar
DGS	Direcção Geral de Segurança
DMC	Doutrina Militar Conjunta



DNGS	Doutrina Nacional de Guerra Subversiva
DOTMLPFI	Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança e Formação, Pessoal, Infra-estruturas e Interoperabilidade
DR	Diário da República
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EGS	O Exército na Guerra Subversiva
EUA	Estados Unidos da América
FAP	Força Aérea Portuguesa
FFAA	Forças Armadas
FM	<i>Field Manual (EUA)</i>
FRA	França
FSeg	Forças de Segurança
GE	Grupo Especial
GEP	Grupo Especial Pára-quedista
GNR	Guarda Nacional Republicana
GS	Guerra Subversiva
H	Hipótese
HTT	<i>Human Terrain Teams</i>
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IDN	Instituto da Defesa Nacional
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IN	Inimigo
INE	Instituto Nacional de Estatística
JDP	<i>Joint Doctrine Publication (RU)</i>
JP	<i>Joint Publication (EUA)</i>
LEGAD	<i>Legal adviser</i>
LDN	Lei de Defesa Nacional
LDNFA	Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
LPM	Lei de Programação Militar
LSI	Lei de Segurança Interna
MAI	Ministério da Administração Interna
MDN	Ministério da Defesa Nacional



MIFA	Missões Específicas das Forças Armadas
NATO	<i>North Atlantic Organization</i>
NBQR	Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico
NT	Nossas Tropas
OMLT	<i>Operational Mentor Liaison Teams</i>
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	País Africano de Língua Oficial Portuguesa
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
POMLT	<i>Police Operational Mentor and Liaison Team</i>
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RU	Reino Unido
SDDMC	Sistema de Desenvolvimento de Doutrina Militar Conjunta
SDDMCA	Sistema de Desenvolvimento de Doutrina Militar Conjunta da Aliança
SDMC	Sistema de Doutrina Militar Conjunta
TE	Tropas Especiais
TII	Trabalho de Investigação Individual
TN	Território Nacional
TO	Teatro de Operações
UAV	<i>Unmanned aerial vehicle</i>
UE	União Europeia



Dry the swamp rather than try to catch the mosquitoes.

Gat, 2006: 651

1. Introdução

A situação geopolítica actual, com dois marcos relevantes consubstanciados no fim da Guerra Fria e nos atentados de 11 de Setembro de 2001, repercutiu-se com um impacto significativo na doutrina militar e no emprego das Forças Armadas (FFAA) em diversos conflitos. Uma realidade subsequente foi a erupção de movimentos ou acções insurreccionais com características diferentes dos anteriores. Das guerras de pacificação de territórios coloniais ou de insurreições dos séculos XIX e XX, a que os exércitos se adaptaram em termos de Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança e Formação, Pessoal, Infra-estruturas e Interoperabilidade (DOTMLPFI), irromperam outras actuações insurreccionais com alcance global.

Entre 1961 e 1974, Portugal enfrentou, no seu Território Nacional (TN), lutas armadas de movimentos independentistas em três Teatros de Operações (TO) diferentes. As suas FFAA prepararam-se antes da eclosão da fase de luta armada, estudando as práticas existentes de contra-subversão/insurreição, adaptando-se à natureza do território e do Inimigo (IN) desenvolvendo doutrina própria, testada e confirmada na sua aplicação prática.

Perante os desafios que Portugal actualmente enfrenta, interessa estudar a resposta mais adequada do ponto de vista da contra-subversão/insurreição, bem como alterações, inovações e experiências a incorporar, atentos à sua inserção na NATO e em outras organizações internacionais. A necessidade de uma elevada capacidade de adaptação e de renovação doutrinária que acompanhe a própria dinâmica do fenómeno insurreccional, associada à exigência da sua elaboração e teste, conduz também a indagar sobre qual a melhor opção de produção de Doutrina Nacional³. Isto é, a Doutrina deverá ser elaborada a partir de uma fonte NATO, procurando adequar-se às nossas especificidades, ou se deverá ser própria e compatibilizá-la, *a posteriori*, com as de Alianças e Aliados.

1.1. Importância do estudo

As referências doutrinárias que determinaram a condução das campanhas nacionais contra os movimentos independentistas africanos a partir de 1961 encontraram a mais conhecida expressão escrita na publicação intitulada “*O Exército na Guerra Subversiva*”

³ A título de exemplo refira-se que, no Exército, o RC Operações (1971), Volume I, só seria substituído 16 anos depois pelo RC 130 – 1 Operações (1987), ao qual sucederia, após 18 anos, o RC Operações (2005).



(EGS), datada de 1963 e revista em 1966. Terminadas estas campanhas, Portugal focou a sua atenção na guerra convencional, cuja importância se veio a esbater com a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, em 1991. Seguiu-se a participação nas denominadas Operações de Manutenção da Paz e em missões de Cooperação Técnico-Militar (CTM) nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Com os atentados de 11 de Setembro de 2001 e as intervenções de forças militares portuguesas que posteriormente ocorreram, particularmente no Afeganistão, foram trazidos à ordem do dia a adequação, renovação ou desenvolvimento dos nossos fundamentos doutrinários no âmbito da Guerra Subversiva, especialmente da Contra-Subversão e Contra-Insurreição.

Este assunto pode ser abordado de quatro pontos de vista diferentes combinando o território onde a Campanha se desenrola, no País (Interno) ou no Estrangeiro (Exterior), e a sua natureza, Subversão (Insurreição) ou Contra-Subversão (Contra-Insurreição). Por razão de actualidade e economia de espaço optou-se por focalizar na Contra-Subversão (Contra-Insurreição) no Exterior, num ou mais países, acompanhando também nesta opção a perspectiva da NATO e de países Aliados. As situações de desenvolvimento de Subversão e Insurreição, após ocupação do nosso TN por um país estrangeiro, ou devido a um movimento subversivo ou insurreccional intra-fronteiras, são cenários com menor probabilidade de ocorrência. Foi neste sentido que o Exército Português descontinuou, em 2008, a frequência do Curso de Operações Irregulares (COIR) por Oficiais e Sargentos do Quadro Permanente, curso que se destinava a preparar quadros para enquadrarem a Resistência em caso de Invasão do TN. Igualmente se afastou, pela sua improbabilidade, o cenário de Portugal actuar, isoladamente ou integrado na NATO, em apoio de um movimento subversivo ou insurreccional num país estrangeiro. Resta pois o cenário mais provável, que se verifica neste momento, com Portugal integrado numa missão NATO num ambiente de Contra-Insurreição (COIN, na terminologia NATO) no exterior (Afeganistão).

As exigências do TO do Afeganistão, a desactualização do referencial e experiências doutrinárias portuguesas, o aparecimento de novos manuais doutrinários em países amigos - como os Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido (RU) e Canadá (CAN) - e o actual desenvolvimento doutrinário a nível NATO (de que é exemplo o JOG 10/01) assinalam e acentuam a importância, actualidade e urgência do estudo da temática da Subversão e Insurreição, da Contra-Subversão e Contra-Insurreição, assim como de aspectos associados.

A elaboração de doutrina é um trabalho contínuo. A doutrina constitui a filosofia de orientação e emprego, resultante do estudo e da reflexão do passado e das experiências



presentes, de modo a projectar-se no futuro. As alterações doutrinárias conduzem também a alterações culturais, organizacionais e tecnológicas, sendo o inverso também verdadeiro. É um processo a ser desencadeado *top-down*, que, sem o empenhamento explícito das altas entidades políticas e militares, corre o risco de soçobrar face à resistência natural à mudança.

Interessa também apreciar, para além da adequabilidade à situação actual e dos potenciais desafios futuros, o modo como as lições aprendidas devem ser incorporadas na doutrina, os seus reflexos na implementação e formação dos quadros e a sua interoperabilidade com a doutrina NATO e dos nossos Aliados. A adopção da doutrina NATO nesta área, de forma lógica e esclarecida, ou a elaboração de uma “estritamente” nacional é questão a ser também abordada.

1.2. Objectivos e delimitação do estudo

O objectivo fundamental desta investigação é o de permitir, através de uma análise de natureza estratégico-militar, ao nível operacional e tático, alcançar um conhecimento mais aprofundado sobre as questões que se enquadram no âmbito da Guerra Subversiva, a nível das doutrinas, nacional e NATO, e perspectivas de inserção de lições aprendidas na renovação e actualização dessa mesma Doutrina.

Para esse desiderato concorrerão os seguintes objectivos:

- Apresentar definições dos conceitos fundamentais em estudo;
- Identificar o estado da arte em Portugal, na NATO e em Países Amigos;
- Identificar a importância da existência de uma Doutrina Nacional de Guerra Subversiva (DNNGS) no cenário geopolítico actual;
- Identificar as questões e desafios que se colocam para a criação, ou actualização, de uma DNNGS;
- Identificar as principais consequências que poderão advir para as FFAA e para Portugal ao nível da cultura, doutrina, organização, equipamentos e corpo legislativo;
- Apresentar conclusões e propostas sobre a institucionalização de uma Doutrina de Guerra Subversiva ajustada à actualidade e suficientemente flexível para encarar cenários geopolíticos futuros.



1.3. Questão central, questões derivadas e hipóteses

Com base em conhecimentos preliminares, às primeiras pesquisas documentais e a entrevistas e discussões exploratórias, e tendo em atenção a metodologia de investigação científica preconizada levantou-se, para a condução do trabalho, a seguinte Questão Central (QC):

“Quais as opções para o (re)ajustamento de uma Doutrina Nacional de Guerra Subversiva e para a sua conformidade com as doutrinas congêneres da NATO e de Países Amigos?”

A partir da QC, foi possível formular as seguintes Questões Derivadas (QD):

QD1: *Que importância reveste, para Portugal, a existência de uma Doutrina Nacional de Guerra Subversiva?*

QD2: *As referências doutrinárias nacionais, elaboradas no domínio da Guerra Subversiva, constituem ainda um instrumento doutrinário útil?*

QD3: *Tendo em atenção a incorporação da Doutrina, de ensinamentos e experiências, ao nível da NATO, que aspectos fundamentais e que desafios se colocam para o desenvolvimento e consolidação de uma Doutrina Nacional de Guerra Subversiva?*

QD4: *Qual o impacto, no sector da Defesa Nacional e das Forças Armadas, do desenvolvimento e consolidação de uma Doutrina Nacional de Guerra Subversiva?*

Da QC e das QD, elaboraram-se as seguintes hipóteses (H), a serem analisadas ao longo do estudo:

H1: *Portugal tem necessidade de uma Doutrina Nacional de Guerra Subversiva/COIN para responder aos desafios que enfrenta no quadro subversivo inserido no actual contexto geo-estratégico global.*

H2: *As actuais referências doutrinárias nacionais existentes estão consolidadas há décadas, mas começam a revelar-se desajustadas face à dinâmica e praxis associadas à actual evolução doutrinária, tecnológica, organizacional e cultural da Guerra Subversiva/COIN.*

H3.1: *A dinâmica do fenómeno insurreccional exige que a concepção doutrinária conjunta se caracterize por uma elevada capacidade de adaptação, de teste, de inovação e renovação, implicando a optimização do processo da incorporação de ensinamentos e experiências e a aceleração da sua ratificação, aprovação, difusão e implementação.*



H3.2: *A compatibilidade e interoperabilidade com a doutrina da NATO ou de Países Amigos é mais oportuna, mais completa e mais fácil adoptando a da NATO, complementando ou suplementando-a com elementos doutrinários nacionais.*

H4: *A adopção duma Doutrina Nacional de Guerra Subversiva implica uma identificação de competências e responsabilidades e consequentes alterações na legislação interna, Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança e Formação, Pessoal, Infra-estruturas e Interoperabilidade (DOTMLPFI) das FFAA.*

1.4. Metodologia e estrutura do estudo

O tema em estudo foi inicialmente pesquisado em bibliotecas, arquivos e *Internet*, o que permitiu ampliar a visão preliminar sobre o tema.

Contribuíram também para a elaboração do estudo o acompanhamento de seminários, a realização de entrevistas e a discussão com entidades que participaram em operações de Contra-Subversão/Insurreição ou de Manutenção da Paz, e em missões de Cooperação Técnico-Militar nos Teatros de Operações (TO), no passado e no presente.

A metodologia de investigação (Quivy e Campenhoudt, 2005) e o recurso ao método hipotético-dedutivo nortearam a elaboração deste Trabalho de Investigação Individual (TII) e a validação das hipóteses de trabalho. O percurso seguido no desenvolvimento do tema apresenta-se no Apêndice II – Percurso Metodológico.

De acordo com exposto, a investigação iniciou-se pela determinação da importância de Portugal possuir uma DNGS, seguindo-se uma apreciação das correntes doutrinárias mais relevantes e do estado da arte em Portugal, na NATO e em países amigos de referência.

O passo seguinte procurou identificar os aspectos fundamentais e desafios que se colocam para a renovação ou concepção de uma doutrina nacional e as dificuldades inerentes em efectuar a sua revisão e manutenção, considerando a notória dinâmica que o fenómeno subversivo e insurreccional demonstra actualmente.

A última fase consistiu em retirar conclusões do estudo efectuado e apresentar sugestões para a renovação da doutrina conjunta, a nível político-estratégico, operacional e tático, assim como de outras eventuais referências doutrinárias, quer pela incorporação de lições aprendidas, quer pela inovação resultante das discussões em fóruns próprios de doutrina nacional ou estrangeira.



2. A Guerra Subversiva

2.1. Enquadramento Conceptual

Importa, por uma maior facilidade de entendimento precisar alguns conceitos que serão empregues neste estudo.

Doutrina, segundo a NATO, são “*princípios fundamentais que têm por finalidade orientar a acção de forças militares conjuntas, em apoio à consecução dos respectivos objectivos operacionais. É prescritiva exigindo, contudo, julgamento na sua aplicação.*” (Moura, 2010:1).

Pragmaticamente o Exército Britânico considera Doutrina como aquilo que é ensinado⁴ e o conjunto de conhecimentos decorrentes do estudo e da análise da experiência, devendo ser alterada em resultado de novas experiências ou equipamentos (NDD, 2005: 13). O mesmo deverá ocorrer aquando de alterações organizacionais, culturais ou da natureza da ameaça ou inimigo, num processo permanente e contínuo de desenvolvimento e renovação doutrinária.

A doutrina permite assim oferecer um quadro de referência e orientar uma organização na passagem de “*declarações políticas e normativas para as acções físicas*” (Mitchel, 2008: 11).

Outro conceito que necessita de definição precisa é o de Guerra. O Manual de Operações do Exército Português definia a Guerra como um “*acto de violência organizada entre Estados, quasi-Estados ou Coligações em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, possibilidade potencial, visando um determinado fim político, em que cada um dos adversários procura obrigar o outro a submeter-se à sua vontade, ou seja, capitular.*” (RC 130-1, 1987:1-2). O General Cabral Couto em publicação do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) considerava a guerra como uma “*violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares*” (Couto, 1988: 148). Para o General Barrento “*a Guerra é o estado de confronto entre grupos políticos, em que se emprega a força armada e se usa a violência de uma forma organizada, para a obtenção de fins determinados pela política*” (Barrento, 2010: 85). A definição para o RU é mais abrangente considerando-a como “*uma relação violenta entre*

⁴ *Doctrine is ‘what is taught’, and to be effective it needs to be read and understood. Pragmatism is needed, however, in its application.* (BA, 2009: i).



dois ou mais estados ou grupos”⁵ (JDP 0-01, 2008: 2-2). Não existe pois uma definição universalmente aceite, designadamente quanto à natureza, grau de violência e entidades em confronto. Para efeitos práticos adoptaremos o conceito britânico, por mais lato, possibilitando um enquadramento doutrinário ao tema desenvolvido.

Interessa igualmente elaborar sobre os conceitos de Subversão e Insurreição. A referência doutrinária mais conhecida consta no EGS que, curiosamente, se abstém de definir Guerra ou Subversão passando directamente para a de Guerra Subversiva (GS)⁶. Esta definição é abordada pelo General Cabral Couto, neste caso inserindo a GS no Espectro da Guerra, como uma “*Guerra Interna*” (Couto, 1988: 152, 158). O mesmo autor apresenta uma outra definição de GS como “*a prossecução da política de um grupo político por todos os meios, no interior de um determinado território, com a adesão e participação activa de parte da população desse território*” (Couto, 1989: 211).

No AAP-6 encontramos definida subversão como “*a acção destinada a enfraquecer o poder militar, económico ou político corroendo o moral, lealdade ou fiabilidade dos seus cidadãos*” (T.A.)⁷, conceito também assumido pela doutrina francesa (DIA – 3.4.4.: 16). Tendências mais recentes consideram a Subversão como uma acção sem expressão de violência armada, podendo porém a violência manifestar-se sobre a forma de tumultos, greves e boicotes (Rosenau, 2007: 4-5).

Por outro lado, a Contra-Subversão é considerada como a acção destinada a detectar e neutralizar a Subversão ou, de outro modo, “*consiste no esforço conduzido pelas Autoridades de facto no sentido de conservar ou reconquistar a aceitação, pela população, do regime e sistema político vigentes*” (Couto, 1989: 295). A Contra-Subversão é tratada pelos EUA no contexto da Contra-Informação (JP 1-02, 2011: 86), dificultando a desejável identidade (*commonality*) (AAP-6, 2010: 2-C-11) conceptual entre aliados.

No EGS a guerra insurreccional⁸ tem um aspecto bivalente, podendo ser considerada por um lado num sentido mais lato e abrangente que a guerra subversiva, e por

⁵ “*War is a violent relationship between 2 or more states or groups; warfare is the conduct of war.*” (JDP 0-01, 2008: 2-2).

⁶ Guerra Subversiva “*luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção*” (EGS, 1966: cap.I-1).

⁷ *Subversion - Action designed to weaken the military, economic or political strength of a nation by undermining the morale, loyalty or reliability of its citizens.* (AAP-6).

⁸ Guerra insurreccional designa “*uma luta armada, de carácter político, levada a efeito num dado país, contra o poder político constituído*” (EGS, 1966: cap.I-4).



outro num sentido mais restritivo⁹. Esta abertura do conceito dificulta uma maior precisão de linguagem, especialmente com interlocutores não conhecedores daquele manual. Acresce, ainda, que são consideradas como formas de acção subversivas as acções clandestinas, psicológicas e violentas. Estas últimas poderão englobar, por exemplo, o terrorismo e acções de bandos armados ou de guerrilhas (EGS, 1966: cap.I 15-16).

De forma diferente para a NATO, o terrorismo é englobado no âmbito da “actividade irregular” e cuja definição é mais abrangente que a de Guerra Subversiva, do manual de 1966 (JOG 10/01, 2010: 2-18) (AJP-3.4.4, 2011:2-15).

Já o termo Insurreição (*insurgency*)¹⁰ assume um consenso de emprego e entendimento mais alargado, tornando-se igualmente a Contra-Insurreição o termo mais comumente empregue e em especial o seu acrónimo COIN (Counterinsurgency)¹¹.

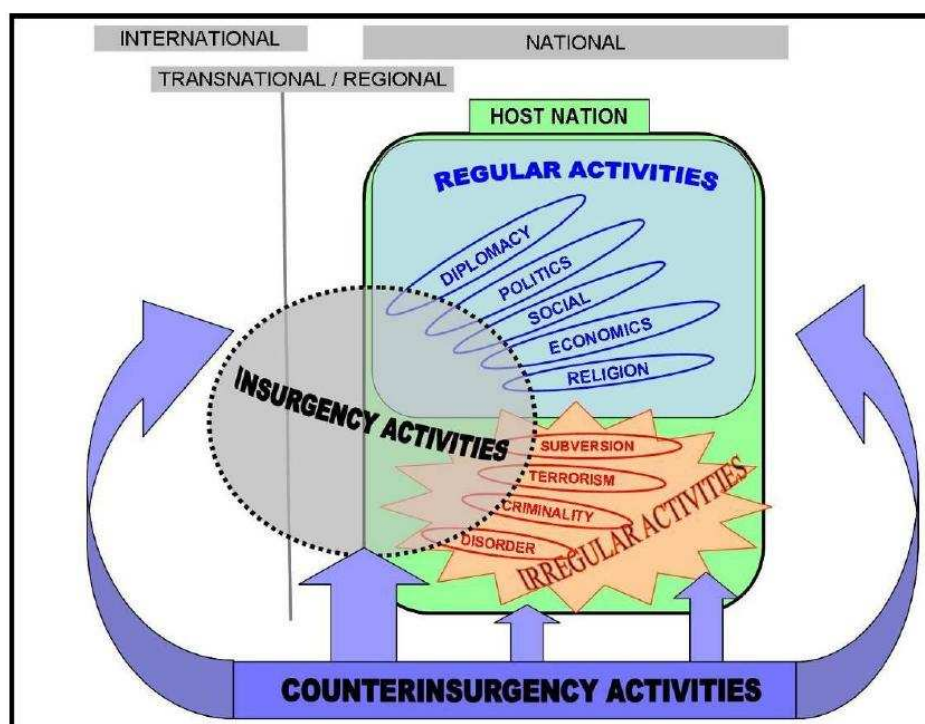


Figura 1 – Natureza da Contra-Insurreição

Fonte JOG 10/01, 2010: 2-18/AJP-3.4.4

Em Portugal desenvolveu-se e estabilizou-se uma doutrina estratégica sobre subversão, e áreas afins, numa consonância com o pensamento dourinário francês e não

⁹ Deste modo: certas guerras insurreccionais serão subversivas, mas outras não; certas guerras subversivas serão insurreccionais, mas outras não. (EGS, 1966: cap.I-5).

¹⁰ *Insurgency* - An organized movement aimed at the overthrow of a constituted government through use of subversion and armed conflict. (AAP-6).

¹¹ *Counter-insurgency* - Those military, paramilitary, political, economic, psychological, and civic actions taken to defeat insurgency. (AAP-6).



totalmente coincidente com o pensamento anglo-saxónico. Com a intenção de garantir uma maior interoperabilidade entre países aliados parece, no nosso entendimento, ser necessário acomodar as diferentes perspectivas ajustando-a, pelo menos na sua formulação ao nível tático, ou mesmo operacional, à doutrina COIN utilizada pela NATO. A Espanha é clara ao assumir pragmaticamente que “*a necessária interoperabilidade doutrinária com os nossos aliados obriga-nos a mudar o título de **Subversão e Contra-Subversão** por o mais comumente utilizado de **Insurreição e Contra-Insurreição**”* (Contrainsurgencia, 2008: XI). A França publicou recentemente a sua doutrina *Contre-rébellion*, que ela própria traduz para inglês como *Counterinsurgency (at tactical level)*, com os objectivos de preparar os batalhões e brigadas para este tipo de conflito e providenciar aos escalões mais elevados de comando operacional uma apreciação da finalidade das operações em que a COIN pode ocorrer (DCTL, 2010: 9).

Na elaboração deste estudo, e a fim de ultrapassar diferentes concepções que por si só mereceriam uma reflexão mais alargada, assumiremos como “equivalentes” os conceitos Subversão e Insurreição, considerando esta última como tradução do actual conceito de *Insurgency* da NATO.

Do atrás exposto resulta a constatação, à semelhança do ocorrido com países amigos, duma desactualização e não acompanhamento pela Doutrina nacional dos conflitos e das doutrinas actuais de GS/COIN.

2.2. O estado da arte

As actuais correntes doutrinárias de COIN têm assumido nos últimos anos uma enorme exposição nos *media*, e nos *fora* científicos e militares, sendo o elemento catalisador mais evidente, e próximo, a necessidade de execução de COIN nos actuais conflitos do Iraque e Afeganistão. A inexorabilidade de empregar o exército convencional dos EUA em COIN, sem uma base doutrinária consolidada e contra a corrente do pensamento dominante da “*american way of war*”, impôs a rápida revisão da doutrina. O facto dos EUA reconhecerem que em termos convencionais tinham sido vitoriosos nas denominadas “*third-generation warfare*” (3GW) mas que estavam a perder as novas guerras para que agora estavam a ser arrastados (Hammes, 2006: 3), designadas como as “*fourth-generation warfare*” (4GW)¹², impeliu-os a repensarem a sua doutrina. Este assumir público de insuficiência doutrinária, associada à publicação do FM 3-24/MCWF 3-33.5, que se transformou num “*best-seller*” descarregado na *internet* mais de 2 milhões

¹² Para uma opinião discordante da existência da 4GW ver Echevarria (2005: 16).



de vezes, foi igualmente acompanhado por revisões doutrinárias de Países Aliados¹³ e da própria NATO¹⁴. No entanto, alguns autores defendem que foram apenas alterados o contexto estratégico e as condições, e limitações, em que a COIN (clássica) é efectuada (FFI, 2009: 12).

2.2.1. As escolas de COIN *Enemy-centric warfare versus Population-centric warfare*

Duas “escolas” de pensamento ganharam reconhecimento doutrinário e são diferenciadas por serem centradas no inimigo (*enemy-centric warfare*) ou na população (*population-centric warfare*)¹⁵. De um modo sintético a primeira considera que o fulcro do problema, e a sua resolução, está no inimigo, sendo necessário identificá-lo e neutralizá-lo pela coerção, particularmente pela força das armas, e a segunda perspectiva considera importante entender a natureza da insurreição, proteger a população e retirá-la da influência do inimigo por meios militares ou não militares¹⁶. Ressalva-se que esta separação não é consensual, especialmente quanto à sua aplicação real num TO (Gentile, 2009: 30-31). A escolha da melhor abordagem ou das inúmeras combinações possíveis está dependente de factores como a análise do TO e da insurreição específica, da política superiormente definida e do pragmatismo, e não de ajustamentos a classificações doutrinárias (Burkart, 2010: 75), como por exemplo a campanha COIN de Israel¹⁷. Circunstâncias haverá que, contra elementos ou grupos irreductíveis, a abordagem de *hearts and minds* (mentes e corações) poucos benefícios trará, pelo que restará a coacção e a sua neutralização (FM 3-24, 2006: 1-9, 1-25) (Stuebner, 2010:138). Por outro lado, a coerção sobre a população é politicamente mais sensível mas, especialmente numa fase inicial, poderá apresentar resultados que permitiriam passar para uma fase de *population-centric*, a exemplo do que aconteceu com a campanha da Índia no Punjab (1978-93). Isto é, as duas escolas não são mutuamente exclusivas.

2.2.2. Estado da Arte em países aliados (de referência)

França

A França colonial viu-se envolvida em conflitos de pacificação nos quais, o seu exército assumiu o papel de polícia do império. Após a 2ª Grande Guerra (2ªGG) enfrentou

¹³ Caso da Austrália, Canadá e Reino do Unido.

¹⁴ AJP-3.4.4, 2010.

¹⁵ Moyar considera ainda haver um “*leader-centric warfare*”, que se traduz em “*a contest between elites in which the elite with superiority in certain leadership attributes usually wins*” (Moyar, 2009: 3).

¹⁶ Para outra perspectiva ver Gentile, 2009b.

¹⁷ Sobre uma perspectiva israelita ver Amidror, 2008.



um outro tipo de guerra, de raiz ideológica, independentista e de base marxista-leninista, nos territórios da Indochina e da Argélia. A reacção francesa, mais propriamente dos militares perante a omissão do poder político, criou um estilo próprio que influenciou o estudo e a prática de COIN. Na Argélia, de 1954 a 1962, cientes da poder da acção psicológica, de que tinham recolhido ampla experiência na Indochina (Taillat, 2010: 86), aplicaram-na extensivamente com o fim de contrariar ou anular a acção psicológica dos insurgentes. Focalizaram os seus meios na procura do inimigo e na sua destruição. Acentuaram o controlo sobre as populações, isolando-as quando necessário, conjugando o emprego de forças de quadrícula (com base essencialmente em conscritos) com forças de intervenção, incrementaram a utilização de helicópteros, e construíram um “muro” nas fronteiras com Marrocos e Tunísia, a linha Morice (Le Guen, 2006: 33). A administração do território passou a ser executada ou fiscalizada pelos militares, a fim de facilitar o seu controlo¹⁸. A coerção foi aplicada contra os “*insurgentes*” ou, se necessário, sobre a população. As informações foram consideradas fundamentais para permitir a sua posterior exploração, nomeadamente por forças de intervenção à base de regimentos de elite. Os militares tornam-se os principais condutores da COIN, em ambiente urbano e rural. A vivência destas experiências moldaria duas correntes de COIN, que perduraram até hoje: a do Coronel Trinquier, mais centrada no inimigo, e a do Tenente-Coronel Galula, mais centrada na população.

Reino Unido

O fim da 2ªGG não significou o fim das guerras para o RU, estando até hoje este país permanentemente em acções e conflitos armados, de natureza convencional ou de COIN. Como potência colonial, com vasta experiência em campanhas de pacificação, defrontou uma série de insurreições, das quais algumas seriam posteriormente referenciadas como casos de sucesso e objecto de estudo aprofundado. A metodologia empregue, pese algumas excepções, diferenciou-se da francesa, passando a ser conhecida como uma doutrina de conquista das “*hearts and minds*“, empregando o mínimo de força e fomentando a cooperação entre militares e entidades/agências civis, coadjuvada pela propaganda. A campanha mais destacada é a da Malásia (1948-60), havendo outras não tão exemplares como a da Palestina (1945-48) e de Aden (1964-67) (McInnes, 1996: 114). A posição britânica foi de retirar os apoios aos insurgentes, conquistar a população, e

¹⁸ Sobre a dificuldade israelita em conduzir operações, depois dos acordos de Oslo, em território que não esteja sob administração militar ver Amidror, 2008: 19.



considerar sempre a insurreição como um caso de polícia, com a campanha subordinada ao poder civil, procurando a manutenção do respeito pela lei e ordem. No entendimento de não se queimarem etapas, este tipo de conflito - também é conhecido por “*long wars*” - previa a utilização de profissionais, provenientes de recrutamento voluntário, de modo a aliviar a pressão da opinião pública (Cassidy, 2005: 55) e a conduzir a campanha no seu tempo. Este caminho é hoje, ética e politicamente, o único aceitável pelas democracias visto que a coerção extrema, ou uma política de aniquilação, sobre populações derrotadas mas insubmissas, só seria possível em estados não democráticos (Gat, 2006: 635).

Estados Unidos da América

Os EUA participaram, desde a chegada dos primeiros colonos até à actualidade, em confrontos armados, quer regulares quer irregulares, nas mais diversas configurações, e.g. guerra da independência, guerra com os índios, intervenções militares na América Central, Caraíbas e Vietname. Apesar deste passado histórico, a ligação convencional e não convencional foi sendo relegada para plano secundário, especialmente a partir da 2GG, havendo apenas um nicho no Exército, as Special Forces, que assumiram essa ligação (Campbell, 2007: 2) (Record, 2006: 1,5). Só em Dezembro de 2006, 20 e 25 anos após a edição de um manual pelo Exército e pelos U.S. Marines respectivamente (FM 3-24, 2006: Foreword), surgiria um novo manual de COIN. Não existem dúvidas que a guerra no Iraque e Afeganistão constituíram o acelerador deste processo de renovação doutrinária (Collings, 2006: x). A COIN passa a ser uma tarefa do “*big Army*” que precisava urgentemente de suporte doutrinário (DeTreu, 2008:16). Para a elaboração deste FM houve recurso a diversas fontes doutrinárias, e experiências, podendo ter dado algum contributo o estudo das campanhas portuguesas, e respectivos manuais (Santos, 2010: 216).

2.2.2. O caso de Portugal

Portugal recolheu ensinamentos das escolas francesa e inglesa e adaptou-os à sua situação específica e aos três TO que surgiram a partir de 1961 (Jouclas, 2010: 26). O envio de missões à Argélia, o estudo da doutrina francesa e dos casos de estudo britânicos, nomeadamente a Malásia, deram origem a uma doutrina própria que permitiu combater durante 13 anos naqueles territórios. O primeiro aspecto relevante a considerar da doutrina COIN foi a de se reconhecer, com alguma antecedência, que o País iria ser sujeito a um processo insurreccional e para o qual se devia precaver, “*facto raro na História*



Portuguesa e das suas Forças Armadas” (Ferreira, 2007: 305). Preparou forças, desenvolveu e disseminou doutrina, aplicou-a e reviu-a, tendo em conta os limitados recursos nacionais (Carneiro, 2000: 89). Nalguns aspectos aproximou-se mais da concepção francesa, nomeadamente na utilização de forças de quadrícula, na existência de forças de intervenção e na aplicação da acção psicológica e administração civil realizada por militares, como um meio de executar a COIN (Ramalho, 2010: 329). Também acompanhou a doutrina francesa com o emprego de forças levantadas localmente, à imagem dos *harkis* argelinos. No entanto, divergiu na área das informações com uma solução original, não seguindo o modelo inglês (responsabilidade da polícia), nem o francês (responsabilidade dos militares). As informações foram cometidas essencialmente a uma polícia especial, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direcção Geral de Segurança (PIDE/DGS) que, por sua vez, tinha possibilidades de atribuir missões a forças “próprias”, caso dos Flechas (Correia, 2000: 148) (Afonso, 2000: 341). A conquista das “*hearts and minds*” passou a ser um objectivo a alcançar, conforme o preconizado pela escola britânica, ao qual foram expressamente alocados recursos. A descentralização das forças militares assegurava uma maior cobertura de área e permitia o contacto com a população e a respectiva recuperação¹⁹. Para além das tarefas convencionalmente atribuídas, o esforço dos militares foi significativo, designadamente na área da educação, da saúde e do bem-estar das populações. O recurso ao recrutamento local foi empregue quer por razões demográficas (incapacidade do Continente em mobilizar mais homens), quer por opção política de africanização da guerra.

O documento doutrinário produzido pelo Exército – dada a sua prevalência em efectivos, operações, ocupação de território nos TO (Jouclas, 2010: 25) e efeitos nos espíritos (Shirreff, 2010: 5) – foi designado por EGS e revestiu grande importância, constituindo ainda hoje documento obrigatório de referência daquelas Campanhas.

A Marinha e a Força Aérea Portuguesa (FAP) reconfiguraram também o seu dispositivo e capacidade de actuação e passaram a dedicar atenção ao esforço de guerra. A Marinha, para além dos Fuzileiros, empenhou-se no isolamento de fronteiras marítimas, rios e águas interiores, flagelação, evacuação²⁰.

¹⁹ “A população do Catanhez passou a colaborar com a tropa portuguesa. Dirigentes locais do PAIGC, chefes das milícias e guerrilheiros foram presos ou abatidos. As informações recolhidas em tabancas permitiriam, por exemplo, cercar o comissário político do PAIGC na região: morreu, em 29 de Dezembro, de arma na mão. O comandante militar da guerrilha no Catanhez foi feito prisioneiro e o guerrilheiro que o substituiu foi morto em combate.” (Catarino, 2010 Vol. 5: 56).

²⁰ Sobre o emprego de Marinhas em COIN vide Smith, 2010:3-8,46-63. *Idem* Forças Aéreas Vick, 2006:109-147; Anderson, 2009: 27-48.



A FAP actuou com os Pára-quedistas como força de intervenção terrestre nos TO e para além das funções de apoio logístico, distinguiu-se na evacuação sanitária aérea, no reconhecimento aéreo e no apoio aéreo próximo por aeronaves de asa fixa ou helicópteros. O efeito negativo que o aparecimento dos mísseis terra-ar provocou na diminuição da capacidade de actuação da FAP, designadamente na Guiné, demonstra a importância que anteriormente tinha tido (Egreja, 1990: 126-128).

2.3. Síntese conclusiva

Portugal iniciou a sua preparação para a Guerra Subversiva antes do início dos confrontos armados nos seus territórios africanos. Inspirou-se fundamentalmente na doutrina e nas práticas da França e Reino Unido e, em pouco tempo, elaborou um manual que constituiria a obra de referência para as acções de Contra-Subversão em Angola, Moçambique e Guiné. Este manual, revisto em 1966, apenas três anos após a versão inicial, demonstra a preocupação em acompanhar doutrinariamente a evolução da situação nos TO. Atendendo ao facto das acções serem maioritariamente de natureza terrestre, e uma vez que na sua formulação considerava também a actuação da Marinha e da FAP, acabou por assumir *de facto* o papel de doutrina conjunta. Os Ramos actuaram para além das suas competências próprias através do emprego das suas componentes terrestres, pára-quedistas e fuzileiros, em todos os TO.

A doutrina portuguesa procurou adaptar os ensinamentos recolhidos à idiossincrasia portuguesa, à organização político-administrativa do País, às suas forças policiais e FFAA. Segundo um método actual de classificação, poderemos dizer que era centrada na população, apoiando-se numa acção psico-social forte e num sistema de informações. A concepção da acção de contra-subversão era holística, de matriz pluri-disciplinar, actualmente designada por *comprehensive approach*. A doutrina respondia aos desafios colocados pelo Inimigo, de raiz fortemente ideológico-revolucionária, com características de movimento de libertação.

O EGS serviu de apoio, devidamente adaptado, à preparação das FND para as Operações de Manutenção de Paz e também para os novos Teatros. No entanto, carece de actualização no que respeita a novas ameaças, não compagináveis com a tipologia de adversário que se enfrentava na altura.

Existe uma “escola” consolidada sobre a definição dos conceitos de Subversão e Contra-Subversão que não é coincidente com as correntes actuais, nomeadamente anglo-



saxónicas. Considera-se assim que se respondeu às QD1 e QD2 e que se encontram validadas as Hipóteses 1 e 2.

3. O ambiente de Insurgência no Séc XXI

3.1. Caracterização

3.1.1. O presente

No actual panorama geopolítico, a existência de Estados Falhados e o aparecimento de guerras transnacionais e conflitos armados, onde actores não-estatais assumem relevância particular, vieram alterar a visão clássica dos conflitos armados. A ameaça e o combate assimétrico surgem como a estratégia mais aconselhável para determinados actores procurarem alcançar os seus objectivos, sem se exporem a um confronto de natureza convencional que dificilmente venceriam (Ramalho, 2010: 316). O caso do Afeganistão em 2006 (Branco, 2008: 15), demonstrou aos actores insurgentes a dificuldade da opção convencional, lições que reconheceram e aprenderam. Embora não afastando a possibilidade de ocorrerem confrontos de natureza convencional no início dum conflito, ou no culminar duma escalada (Thompson, 1991: 235), os confrontos assimétricos estarão sempre presentes, nem que sejam como opção derradeira após uma derrota convencional (Pierce, 2007: 77), à semelhança do sucedido no Iraque em 2003.

A natureza insurreccional que os conflitos podem actualmente assumir, com características diferentes dos ocorridos durante a Guerra Fria de movimentos mais hierarquizados e de base ideológica (e.g. as guerras de libertação de cariz “revolucionário”), põe em causa um tipo de resposta apoiada numa doutrina de contra-insurreição datada dos anos 60. A tipologia dos conflitos actuais deixou de ser “estado-cêntrico” para se “centrar” em actores não-estatais (O’Neill, 2009: 12). De uma classificação académica das tipologias dos grupos e movimentos em *lumpen*, clânica e similares, popular e global (Garcia, 2007: 131), é esta última que tem suscitado mais interesse de análise, particularmente pós-11 de Setembro. Os movimentos insurreccionais tendem a apresentar-se com uma natureza mais fluida, dispersa e associada amíúde com actividades criminosas e terrorismo, “híbridas” (Shireff, 2010: 2), com alcance global e, também, mais com narrativas religiosas e anti-ocidentais do que com ideologias políticas revolucionárias (Ringmose, 2008: 16) (FM 3-24: 1-4).

Contudo, é importante não afastar a hipótese de poderem ocorrer no futuro conflitos de natureza convencional (Ramalho, 2010: 329) apesar da perspectiva futura do ambiente operacional apontar para um acentuado aumento na prevalência de actividades irregulares



(AJP-3.4.4, 2011: 1-5) (JOG 10/01, 2010: 1-5). O estudo duma Doutrina Nacional de Guerra Subversiva (DNGS) permite equacionar melhor as implicações que a COIN trará a nível cultural, doutrinário, de organização, de formação e treino, nos equipamentos e infra-estruturas e nos sistemas inter-operáveis, ao nível conjunto e combinado. Permite-se assim definir melhor qual o espaço da COIN, possibilita ajustar a proporção Convencional/COIN e, ainda, a repartição de recursos que devem ser alocados, obrigando a uma decisão e comprometimento político, face às repercussões estratégicas que as alterações a efectuar nessa repartição poderiam provocar na política e estrutura da DN.

3.1.2. Os desenvolvimentos mais prováveis

Portugal, como membro da NATO, da EU e da ONU encontra-se envolvido em Operações de Manutenção da Paz ou de Estabilização, designadamente no Afeganistão. A perspectiva futura é de essa tendência se manter, com as forças nacionais a actuarem com forças da NATO e de Países Aliados. Factor relevante é a capacidade das nossas forças se integrarem e operarem com as aliadas, já que o seu emprego independente é improvável, daí a importância da existência de uma doutrina conjunta e combinada²¹. Neste momento Portugal, como actor da cena internacional e na defesa dos seus interesses, não pode posicionar-se numa não “identidade/ *commonality*” pelos custos humanos, políticos e económicos que poderia induzir.

3.2. Lições aprendidas

3.2.1. Situação actual

Uma doutrina precisa de ser revista e mantida para ser útil para a tomada de decisões e a condução de acções militares. Este processo de renovação doutrinário deverá ser construído sobre um sistema que reconheça a necessidade de revisão, seja pelo estudo ou discussão teórica, seja pela incorporação de experiências ou, ainda, decorrente de modificações de variáveis importantes como a evolução tecnológica, a obtenção de novos equipamentos ou alterações organizacionais.

Esta preocupação foi claramente expressa no EGS quando refere que “*a experiência de operações futuras demonstrará, sem dúvida, que alguns dos princípios e procedimentos nele estabelecidos estão errados e que outros assuntos lhe devem ser acrescentados*” (EGS, 1966: XII). Por esse motivo, chegou-se até ao pormenor do

²¹ O RU assume frontalmente essa posição, particularmente no que respeita aos EUA, CAN e AUS . (BA, 2010: foreword).



estabelecimento numa forma de impressão dos livros e da numeração das páginas (EGS, 1966: XIII-XIV) que facilitasse a introdução de alterações.

Cingindo-se apenas ao âmbito do trabalho constatamos que em Portugal não existe uma Doutrina Militar Conjunta (DMC) aprovada (Moura, 2010: 18) e que a nível do EMGFA, não foi elaborado qualquer manual sobre GS/COIN facto que impede, obviamente, a integração de lições aprendidas.

Não existe um sistema conjunto eficaz de lições aprendidas, que siga o percurso conceptual normalmente estabelecido de *observação - lição identificada - acção correctiva - lição aprendida*. A nível dos ramos desenvolve-se alguma actividade que até agora não teve concretização de realce. É importante estabelecer uma clara, difundida e conhecida atribuição de responsabilidade pela identificação e processamento das observações e lições a nível tático, em cada Ramo e também a nível conjunto (Caldwell, 2006: 12). Quando necessário, deverão ser enviadas equipas, dos ramos ou conjuntas, para identificar *in loco* as melhores práticas e lições que devem, tanto quanto possível, ser testadas ou introduzidas no treino ou aprontamento das forças. Um processo fluido de recolha e elaboração de lições, que ligue e alimente cada fase, desde as operações em curso, a experimentação, a sua testagem e treino ainda não é uma realidade, embora necessária, a nível conjunto (Caldwell, 2006: 17).

A Marinha iniciou um sistema de lições aprendidas no seu Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval (CITAN) que se encontra em fase de crescimento.

O Exército criou um Centro de Lições Aprendidas não tendo produzido contudo nenhum manual de COIN, pelo que os ensinamentos apurados são integrados, de forma informal, nos aprontamentos das FND nomeadamente nas destinadas ao TO Afegão. A FAP manifesta uma constante preocupação a integração de lições aprendidas não tendo ainda desenvolvido nada de destaque de COIN.

3.2.2. Tendências globais influenciadoras

A tendência dos países membros da NATO e nossos Aliados é de produzirem DMC ao nível dos seus Estados-Maiores Conjuntos e, a partir dessa base, os Ramos desenvolverem as suas TTP (Moura, 2010: 1,2). Este é o caminho lógico, tanto mais que o desenvolvimento de Conceitos e Experimentação Conjuntos só será possível de ser alcançado “conjuntamente”. A este nível Portugal revela carências e fragilidades (e.g. princípios da guerra diferentes por Ramo) que dificultam a produção de uma doutrina útil e fiável. Se se trabalhar no patamar da NATO esgota-se a dúvida sobre a necessidade de uma



doutrina conjunta, e também combinada, e sobre a quase impossibilidade de a elaborar individualizadamente quando, por vezes, não se possui nem o armamento nem o equipamento para desenvolver e testar esses contributos, aperfeiçoamentos ou inovações doutrinárias.

3.2.3. O Risco de não mudar ou adaptar

Podem-se identificar algumas razões teóricas para se proceder ou não ao reajustamento da nossa doutrina. Seja porque se considera de tal maneira desactualizada que não se justifica o esforço de se trabalhar sobre a mesma. Seja porque, pelo contrário, está "perfeitamente" actualizada, não carecendo de alterações. Obviamente que nenhuma destas assumpções corresponde à realidade. A doutrina EGS tem permitido dar resposta, mas os seus criadores conceberam-na para enfrentar uma insurreição específica "*com os escassos meios de que realmente se dispõe, num ambiente físico e humano que nos é próprio*" (EGS, 1966: XIII), limitação assumida que é razão suficiente para a actualização, considerando as alterações ocorridas no "ambiente" desde então.

O primeiro risco de não mudar é a perda da filosofia, do modelo de referência para a condução da contra-insurreição, ocorrendo a aplicação de experiências e lições de cada unidade sem um fio condutor (Galula apud Grant, 2007: 2). Um segundo risco consiste em Portugal actuar com doutrina e procedimentos não "consolidados", variáveis consoante a Unidade ou Ramo, utilizando "oficiosamente" a doutrina da NATO. Em resumo, são riscos de participar em missões sem a devida preparação, com necessidade de maiores adaptações e com os custos humanos, materiais, políticos e tempo que essa atitude poderá implicar. Sendo este o cenário mais provável de actuação das NT parece ser mais adequado acompanhar a doutrina da NATO, efectuando adaptações e alterações face à realidade em presença e às nossas idiossincrasias.

3.3. Razões para Portugal ajustar a COIN

A DNGS tem respondido, na prática com constante adaptação, às realidades das missões e respectivos TO. Os documentos doutrinários com maior projecção não são reeditados e necessitam, no mínimo, de uma actualização de terminologia. Aspectos mais carentes de revisão serão os que se revelam direccionados para uma realidade geo-política passada, destinado-se a uma guerra no interior do TN e em África, no contexto dos anos 60. Hoje, o cenário de actuação das NT é global, não se restringindo a um continente, tendo Portugal deixado de fazer contra-subversão em TN para passar a fazê-la no exterior,



em estados frágeis ou falhados, integrado ou sob mandato da NATO, ONU, EU. Contudo, a capacidade das ameaças também é global, podendo atingir o TN o que levanta a questão do eventual emprego das FFAA dentro das nossas fronteiras, e conseqüente necessidade de revisão da legislação em vigor. Aos actores tradicionais de movimentos de libertação acrescem os não-estatais, de raiz religiosa, criminosa ou outros, de natureza tentacular inter-estados e com alcance ou projecção global.

Em África, na década de 60, a insurreição era de natureza rural. No entanto, actualmente, mais de 40% da população africana encontra-se nas cidades (Anexo B), evolução que acompanha a crescente urbanização mundial. As acções de insurreição, mais recentes têm ocorrido prevalentemente em ambiente rural, contudo, têm sido desencadeadas acções urbanas que, apesar de até agora se manifestarem com conseqüências humanas e materiais mais reduzidas, mediática e politicamente tendem a assumir maior projecção (Millen, 2006: 1).

Associadas a insurreições desenvolveram-se também actividades criminais de natureza rural e urbana. Algumas situações decorrem da degeneração da influência ideológica e da necessidade de se financiarem, passando estas últimas a assumir uma importância relevante. A “*insurgência*” ligada ao narco-tráfico, e outras actividades criminosas associadas, na América Latina, v.g. Colômbia (Rabasa, 2007: 60-63), ou no Afeganistão é também uma realidade frequente.

Outra situação, igualmente grave, é o crescimento de *gangs* urbanos, sendo difícil às forças de seguranças aplicar a lei e manter a ordem nas áreas onde aqueles actuam. O exemplo de Los Angeles, onde estatisticamente o nível de ataque violento é superior ao de Kabul²² (Lonsdale, 2008: 132), ou de algumas favelas brasileiras, são claros exemplos de situações que necessitam de uma actuação tipo COIN, por vezes, para a sua supressão e neutralização, e para a qual o emprego das forças militares poderá ser uma opção. À imagem de Portugal, a utilização de militares nestas situações internas levanta problemas jurídicos que deverão ser antecipados e resolvidos pelo poder político.

A necessidade de rever a doutrina COIN foi sentida de uma forma geral e reforçada com a adopção do novo Conceito Estratégico da NATO de 2010, que dá importância ao desenvolvimento de parcerias e ao aumento de uma capacidade civil de gestão de crises. Esta revisão doutrinária da NATO foi acompanhada também por países com larga

²² “Los Angeles County has over 800 gang-related killings each year, and 2,500 homicides, 75% of which go unsolved.” (Lonsdale, 2008: 132).



experiência em COIN, caso do Reino Unido (2009) e da França (2010) constituintes da matriz doutrinária influenciadora da nossa, ou ainda os EUA (2006), a Índia (2006), o Canadá (2008) e a Espanha (2008).

3.4. Síntese Conclusiva

Poderemos afirmar que a insurreição de hoje apresenta matizes diferentes das do século passado em África, com novas realidades geo-políticas e o aparecimento de actores não estatais facto que, por si só, justificaria a adaptação da doutrina.

A subversão que Portugal enfrentou, a partir de 1961, era rural. Actualmente é de alcance global, por vezes urbana e de espectro mais diversificado. A DNGS era prosseguida num pressuposto de actuação em TN contra um Inimigo de características ideológicas e revolucionárias, no contexto da Guerra Fria que se vivia então entre os dois grandes blocos políticos. Portugal, ultrapassada a fase de Contra-Subversão/COIN no TN africano, preparou-se para a fazer no exterior, integrado na NATO ou em outras organizações internacionais. Países amigos, alguns possuidores de elevada experiência de COIN desde a 2ª GG, têm sentido a necessidade de alterar a sua doutrina militar nesta área.

Pelo exposto neste capítulo considera-se respondida a Q3 e validadas as H3.1., H3.2. e, parcialmente a H4.

4. Contributos para um reajustamento da Doutrina Nacional de Portugal

4.1. Elementos essenciais

4.1.1. Visão, Valores e Objectivos

Assumindo como pressuposto que a formalização escrita da DNGS se inserirá, numa hierarquia de publicações doutrinárias, é importante que a integração *top-down* e horizontal sejam alcançadas desde o início.

A afirmação do que se pretende da doutrina, os valores que persegue e os objectivos a alcançar são aspectos relevantes, frequentemente esquecidos. Neste tipo de guerra, quiçá de uma forma mais exigente, o comportamento das forças de acordo com os valores defendidos pela Instituição Militar, e reconhecidos pela população civil do TO, determinará também a forma como as forças actuarão e como serão recebidas e, porventura, ajudadas ou hostilizadas por essa mesma população²³.

Sendo frequentes situações sensíveis e complexas, propensas à violação da lei ou dos princípios éticos que guiam as forças (v.g., roubos, excesso de utilização da força,

²³ Vide BA, 2008; Buckingham, 1999; King, 2004; Lorena, 2010.



detenções indevidas ...), a afirmação, por escrito, dos valores e dos objectivos a alcançar implica, também, a co-responsabilização política na condução da GS. A colocação de assessores jurídicos (LEGAD- *legal adviser*) integrados nas forças, permitirá o esclarecimento de dúvidas e uma melhor adequação do desempenho operacional de acordo com a lei.

Uma visão associada ao conjunto de valores assumidos pela Instituição Militar, enfatizada na doutrina, na formação e no treino, permite uma melhor manutenção do moral e um elevado padrão de disciplina, transmitindo uma imagem de coerência na acção e de justiça de procedimentos para com a população. Considerando os acontecimentos de Abu Ghraib, e as consequências negativas de aproveitamento político, há que preservar “*uma exigência de uma rectidão moral de procedimentos*” (Ramalho, 2010: 317) especialmente a nível dos pequenos escalões, onde o contacto com a população é mais frequente, e onde “*qualquer actividade ilegal ou abuso dos direitos humanos*” terá uma mediatização imediata (AJP-3.4.4, 2011: 3-26;) (JOG, 2010: 3-29) com consequências facilmente transbordantes para os níveis operacional e estratégico.

Na mesma linha de preocupação tem sido também proporcionada uma constante atenção pelas diferentes forças armadas, designadamente da NATO, quanto à forma de tratamento de pessoal detido ou capturado em operações, no sentido do estrito cumprimento da lei e das convenções internacionais que regem a matéria, traduzindo-se para além das acções de formação, na inserção nos manuais de informação e em orientações com destaque particular²⁴.

4.1.2. O desafio cultural

Ao longo dos tempos os exércitos prepararam-se para a última guerra. Isto traduz em parte o receio da mudança²⁵, mas também a incapacidade de antecipar o futuro. O homem tem tentado limitar o número de baixas em combate e os efeitos colaterais na população civil, tais como baixas, destruição de propriedades, de colheitas, etc.. Estabeleceram-se tréguas e convenções que garantiam esse objectivo e se determinava a forma como se combatia em cada espaço cultural ou sociedade (Goldsworthy, 2000: 18, 56) (Leonhard, 1994:3). A influência da procura da batalha decisiva, tão evidente já na Grécia (onde numa região montanhosa se opta por combater com falanges) (Hanson, 2005:

²⁴ e.g., DCTL, 2010: 63; Contrainsurgencia, 2010: 9-8.

²⁵ Tem havido excepções, resultantes de uma cultura organizacional mais aberta e inovadora: “*It says something for the broadmindedness of the German Army in the 1920s that Guderian was officialy acknowledge as a leading expert on tank tactics years before he first set foot in a tank*”. (Guderian, 1995:10).



19) ou pela proibição de utilização de certas armas (vg., besta no Concílio de Latrão II, minas anti-pessoal no Tratado de Otava) ou a sua restrição a uma classe de sociedade (o cavalo, a posse de espadas²⁶), fortaleceram a estabilidade das doutrinas, do armamento e equipamento e, não menos importante, das lideranças.

As forças armadas não se podem dar ao luxo de escolher o tipo de guerra que serão chamados a lutar (Kiszely, 2006b: 20) pelo que a mudança se impõe. Portugal, nos fins dos anos 50 do século passado, ciente dos conflitos manteve o mínimo de investimento na NATO e iniciou a preparação para a GS. A formação de atiradores, independentemente da Unidade de incorporação, passou a ser uma prioridade, tal como o RU fez para o TO irlandês (Smith, 2006: 300). Após 1974, o esforço reorientou-se novamente para a Aliança Atlântica ficando a GS, à excepção de pequenos nichos de instrução, relegada para um plano secundário. Com a queda do Muro de Berlim, o desenvolvimento de outro tipo de operações e a própria evolução doutrinária nos EUA, RU e NATO introduziram algum dinamismo no estudo da doutrina da GS.

Em Portugal, e também noutros países, existe sempre uma dificuldade de base em vencer a separação artificial entre a doutrina e a prática, como se uma doutrina útil e eficaz não resultasse do estudo da teoria e da experiência obtida em exercícios e em TO. A relutância dos portugueses em escrever originou que a doutrina fosse transmitida mais oralmente do que através dum esforço orientado e articulado de produção escrita. O facto de já terem decorrido 37 anos desde o fim dos combates africanos significa também que a quase totalidade dos militares que a viveram já transitou para a situação de reserva ou reforma, correndo-se o risco de não se aproveitar a sua experiência na renovação doutrinária.

Assinale-se que a criação dos exércitos modernos ocidentais é muito o produto do Positivismo. A racionalidade, as estruturas lineares e a ordem convivem bem com essa corrente e garantem a estabilidade. E “*o que as pessoas pensam não pode ser separado da questão como elas pensam, ou das circunstâncias em que elas actuam e às quais reagem*” (Gat, 2001: 256) A subversão, a guerra irregular, etc. fogem a esse padrão “científico” e “previsional” e de conservação do *status quo*, em particular da nobreza e aristocracia que alimentava o corpo de oficiais, e que perdurou até hoje. Veja-se o exemplo da experiência e dos ensinamentos das guerras francesas de Pacificação que “*pouco influenciaram o pensamento metropolitano francês*” visto acreditarem “*que a guerra colonial não teria*

²⁶ No Japão, em 1588, Hideyoshi mandou confiscar as espadas dos camponeses, facilitando o fim das revoltas.



quaisquer lições úteis para oferecer à Europa” (Porch, 1986: 404). A guerra convencional passa a assumir a posição de *primus inter pares* da arte e ciência da guerra (O’Neill, 2009: 51), alicerçada também no peso que constituía a ameaça convencional do Pacto de Varsóvia (PV) durante a Guerra Fria. A GS é vista como uma guerra desinteressante (Couto, 1989: 294)²⁷ (Gray, 2006: 11,32) e secundária, com menor exigência intelectual e de liderança, carecendo “*apenas de ajustamentos menores nas forças e táticas convencionais*” (COINTF2010a Enclosure 2: 5), limitando também as expectativas de carreira para quem se orienta para o não convencional (Moreman, 1997:125) (Marquis, 1997: 6,14,36) (Wipfli, 2007: 4), embora hoje já pareça revelar uma tendência para mudar, nomeadamente nos EUA (Moyar, 2009: 270).

É legítimo questionar-se então se uma força convencional é capaz de executar a COIN, apontando-se por exemplo a campanha britânica na Palestina (1945-48) como uma resposta negativa a essa questão (McInnes, 1996: 114)²⁸. Alguns autores consideram que é difícil uma força estar igualmente preparada para os dois tipos de conflitos (Blanco, 2009: 20)²⁹ (DIA-3.4.4., 2010: 61) (Le Guen, 2006: 28,29) (Leonhard, 1994:225). Como apontamento, realce-se que a Índia apresenta actualmente uma situação particular que consiste em não poder ignorar a insurreição que alastra no seu território, nomeadamente a maoísta, nem lhe ser possível descartar a possibilidade de enfrentar um conflito convencional com a consequente necessidade de preparação das suas forças (Dixit, 2010: 129). Apesar disto, a marginalização da COIN (Guerra Sub-Convencional) versus Convencional era também um facto (Fidler, 2009: 7). Uma das causas será uma qualidade do militar “convencional”, o “*warrior ethos*”, tornar difícil a uma força convencional substituir uma política de *hard power* pela de *soft power* (Kiszely, 2006b: 19;) (McChrystal, 2009: 7) e a aplicação de TTP e, por vezes, raciocínios válidos para um contexto convencional (Couto, 1989: 294) (Fidler, 2009: 8) (FM 3-24, 2006:ix) (Grau, 2002: 45). A NATO considera que “*a cultura da Guerra Convencional é parte do problema*” (COINTF2010a Enclosure 2: 4) e que para o resolver há necessidade de “*quebrar com a mentalidade da Doutrina Terrestre Conjunta*” (COINTF2010a Anex B Enclosure 2: B-2).

²⁷ **Erros frequentes** [...] *o desinteresse dos estados-maiores pelo estudo de uma forma de Guerra considerada «menor» e que não se presta a manobras espectaculares de grandes conjuntos de forças.* (Couto, 1989: 294).

²⁸ Opinião diferente apresentava-se no FMFM 8-2, Counterinsurgency Operations, dos Marines americanos de 1980 que prescrevia em “1001.a. *The establishment of a separate and distinct training program for preparing personnel and units for counterinsurgency operations is not necessary nor desirable.*” (FMFM 8-2: 103).

²⁹ Para outra perspectiva dum exército convencional efectuar COIN, embora num momento histórico mais recuado, vide (Goldsworthy, 2009: 24, 78).



A realidade mostra-nos, contudo, que as forças convencionais estão a mudar. A introdução da teoria da manobra, na década de 1980, numa evolução natural face à percepção do poder convencional do PV, dava destaque às ordem tipo missão (*mission command*), ao apoio à descentralização, à delegação de autoridade e à assunção do erro, o que permitiu elevar o grau de flexibilidade e adaptabilidade das forças, como foi demonstrado nas inúmeras participações em Operações de Apoio à Paz é a que mais parece adequar-se às operações COIN (Banner, 2010: 8-11) (Waddell, 1993:135,136). Os exércitos deixaram de ser tão “*jominianos*” e passaram a ser mais capazes de enfrentar TO não lineares (Gat, 2001: 289), permitindo a análise do fenómeno insurreccional com instrumentos e um quadro mental para além dos oferecidos pela perspectiva convencional (Ringmose, 2008: 6).

O aparecimento da doutrina *AirLandBattle*, em 1981, e a introdução do nível Operacional, revelaram-se momentos doutrinários importantes também para uma melhor compreensão do fenómeno insurreccional. A percepção dos diferentes níveis, e efeitos que em cada um deles podem ser repercutidos, facilitou o entendimento de se poder perder estrategicamente ganhando taticamente (Mumford, 2006: 106) designadamente quando se enfrenta uma insurreição (Gat, 2006: 626-631) (Paschal, 2006: 2).

A Doutrina do Exército parece retroceder. De uma doutrina de GS aplicada a três TO, com descentralização aos escalões mais baixos, elemento essencial para o sucesso (Paschal, 2006: 2), tal como acontecia por exemplo com o RU na Irlanda (Banner, 2010: 8-9), o Exército adopta em 1987 um Manual de Operações com uma perspectiva atricionista, que só seria revogado em 2005 por um Manual abertamente influenciado pela NATO e mais actualizado com as novas correntes doutrinárias (RC Operações 2005: Nota Prévia).

Poderemos concluir que só com uma alteração cultural, orientada para um maior estudo e discussão doutrinárias, para a apresentação de experiências operacionais recentes, para a participação em seminários doutrinários e para a criação de um Sistema de Doutrina Militar Conjunta (SDMC), com uma hierarquia de produtos doutrinários definida e estabilizada, se poderá ter em Portugal uma doutrina actualizada que acompanhe a dos nossos aliados.

4.1.3. A renovação e actualização doutrinária

A elaboração ou renovação de uma doutrina implica analisá-la como um todo, sendo aconselhável considerá-la segundo as perspectivas oferecidas pelos diferentes níveis estratégico, operacional e tático. Poderemos dizer que a apresentação e publicação do



corpus doutrinário pela NATO e países Aliados (e.g., EUA; RU; CAN; FRA ...) procuram seguir aquelas perspectivas.

Faz todo o sentido publicar-se em Portugal um documento doutrinário acessível e de fácil consulta, destinado aos decisores políticos e detentores de altos cargos da administração (gabinetes ministeriais, directores-gerais, administradores de empresas públicas importantes), e responsáveis por decisões a nível estratégico (Wipfli, 2007: 3). A COIN - ou outra área como o Contra-Terrorismo - seria partilhada e facilitaria o entendimento e coordenação de políticas sectoriais dos órgãos da administração pública³⁰.

Os AJP da NATO, os CIA (FRA), os JDP (RU), os JP (EUA) destinam-se à difusão da doutrina conjunta, ao nível Operacional, que eventualmente poderão originar TTP e FM orientados para o nível Tático. Convém, contudo, fazer uma salvaguarda tendo em conta “a aproximação dos três níveis das operações” (Ramalho, 2010: 324), a grande interligação e não estanquicidade que existem entre os níveis, especialmente nas áreas de fronteira³¹.

Considerando o exposto, analisa-se a doutrina portuguesa, comparando-a com a da NATO e Aliados segundo estes níveis, procurando identificar lacunas, desactualizações ou assuntos a justificarem maior desenvolvimento. É importante realçar que a doutrina NATO é uma doutrina de Aliança, necessariamente generalista e de compromissos, com marca mais saliente daqueles países com mais capacidade de influenciar. Refira-se que o FM 3-24, orientado para o escalão batalhão ou superior (FM 3-24: vii), foi elaborado pelo Exército e pelos Marines americanos.

Pergunta-se acompanhando a classificação mais comum, como se poderá melhor enquadrar a DGSN? Será fundamentalmente *enemy-centric approach* ou *population-centric approach*? O primeiro princípio “a luta contra a subversão é uma luta pela população e nunca uma luta contra a população” (EGS: Cap II-Pag 1)³² é taxativamente confirmado³³. Embora o EGS não afaste uma linha “dura” quando necessária, distancia-se duma visão convencional de derrotar ou destruir o inimigo numa perspectiva atricionista,

³⁰Vide e.g. USGov, 2009.

³¹Vide JDP 02, 2007.

³²Comparar com “The Afghan people are the Objective. Protecting them is the mission. Focus 95% of you time building relationships with them, together with the Afghan government, meeting their needs.” (McChrystal, 2009: 7).

³³“Este princípio é fundamental porque demonstra que estão condenadas ao insucesso quaisquer acções de carácter repressivo exercidas sobre a população em geral.” (EGS, 1966: CapII-2).



para procurar combater a subversão se possível com a população³⁴, ou que parte dela se “*empenhe activamente na referida luta*” (EGS: Cap II-Pag 2). Não parece restarem dúvidas que a DNGS considerava a população o centro de gravidade (Ramalho, 2010: 327), tal como sugere 44 anos depois a NATO (AJP-3.4.4, 2011:3-21) (JOG 10/01, 2010: 3-23) coerente com a sua perspectiva *population-centric*, actualmente em prática no Afeganistão. Momentos houve em que os militares portugueses se abstinham de atacar o IN quando o detectavam no seio da população poupando-a de efeitos colaterais e conseguindo posteriormente separá-la dos guerrilheiros (Calheiros, 2010: 333, 334)³⁵.

Outra diferença crucial resulta do facto da população nos TO ser considerada portuguesa tratando-se, na pior situação, de a “*reconverter a favor das autoridades estabelecidas*” (EGS, 1966: CapII-1). O entendimento português era de que defrontava uma insurreição interna, enquanto nos documentos da NATO (JOG 10/01, 2010: 1-1) (AJP-3.4.4, 2011: 1-1) e de Aliados considera-se a COIN desenvolvida noutro país, na *host nation* (JOG 10/01, 2010: 2-14), BA (2010), FM 3-24. Esta lacuna do EGS não contemplar COIN em país terceiro, pode ser justificada pelo enquadramento geopolítico da altura.

Na NATO considera-se conquistar a população com o apoio da *host nation*, não se questionando a legitimidade do regime e a natureza da insurreição, atendendo-se à conformidade com a lei internacional (JOG 10/01, 2010: 1-1) (AJP-3.4.4, 2011: 1-1), e não se essa insurreição é resultante da prática de injustiças, agravos, perspectiva ideológica, revolucionária, étnica, religiosa ou outra. São dados importantes que poderão alterar, por exemplo, a conduta das operações dum sentido mais defensivo para uma mais contundente, que a afaste da “*population-centric approach*” e até da perspectiva da legitimidade de intervenção, por parte da população dos estados membros. O ataque aos “*hard core*”, ou a decapitação da estrutura, poderá ser também uma solução eficaz (Grandia, 2009: 41) (DIA – 3.4.4, 2010: 46) (Johnston, 2010: 2,3,Appendix), especialmente quanto esta se apresenta hierarquizada³⁶, facto que será mais difícil de executar nas chamadas 4GW porque as

³⁴ “*Que se beneficiem as picadas existentes e se abram novas. Que se destruam as lavras por todos os processos possíveis, que se reordenem as populações e se inicie uma bem planeada promoção social das populações, sem o que estaremos a protelar no tempo, ou até a tornar impossível, a resolução de uma situação que, de momento, ainda se nos apresenta favorável*”. Relatório Operação Golpe de Flanco. (Catarino, 2010: Vol IV-25).

³⁵ Compare-se com as palavras do Brigadeiro (UK) James Cowan aquando do lançamento da Operação Moshtarak em 18 de Fevereiro de 2010 no Afeganistão. “*Defeat the enemy by avoiding civilian casualties. Hold your fire if there is a risk to the innocent, even if this puts you in greater danger. That kind of restraint requires courage - courageous restraint*”.

³⁶ Sobre a utilização e eficácia da decapitação dos líderes vide, e.g., Goldsworthy 2007:117 e 2009:94; Collings, 2006:3,21; Hyder, 2004:48; Jordan,2009:753-755; Staeheli, 2010: 13-15. .



estruturas não são homogéneas (CIA – 0.8, 2008: 11) e “*a liderança é uma rede*” (Hammes, 2006: 256) .

Existe também, nos textos modernos, a supremacia da política a longo termo sobre a acção estritamente militar. O primeiro atributo da NATO é a primazia dos objectivos políticos, coincidente com o expresso pela doutrina americana e inglesa não constituindo a derrota militar do insurgente o objectivo da campanha COIN (JOG 10/01, 2010: 3-28) (AJP-3.4.4, 2011:3-25). O EGS não identifica expressamente objectivos políticos, embora os assuma indirectamente, quando fala das acções de subversão sobre a população e da necessidade de se levarem a efeito, no seu combate, medidas de carácter político, administrativo, social, económico etc. (EGS, 1966: Cap II-12). Também na luta contra a subversão considera: primeiro, “*neutralizar a organização político-administrativa do inimigo e das suas redes*” detectando e destruindo “*os elementos das referidas redes*” e “*assegurar o controlo da população*”; segundo, “*neutralizar a acção psicológica da subversão*”; finalmente, “*neutralizar as acções violentas*” destruindo “*os elementos inimigos que as pretendem levar a efeito*” e ainda “*proteger as instituições, os serviços, as pessoas e os seus bens contra essas acções*” (EGS, 1966: Cap II-II). Sobressai aqui uma lógica de actuação política, psicológica e militar (protecção e segurança) e uma aproximação à doutrina francesa. Contudo, não cede quanto à destruição dos elementos das redes, catalisadores da subversão e das acções de violentas, a par de outras políticas focalizadas na população e na recuperação de insurgentes.

Há igualmente uma diferença significativa entre a DNGS e as actuais doutrinas, relativamente à legitimidade política. Para Portugal, esta legitimidade não se questionava e entendia-se que a subversão era causada do exterior, inserindo-se na manobra de expansão do comunismo para o Ocidente. Esta concepção coincidia aqui com a “*escola*” do Coronel Trinquier (Valeyre, 2009:16), e o País apenas exercia o seu direito de defesa de territórios indissolúveis da metrópole (Jouclas, 2010: 26), devendo todos os esforços ser focalizados na causa patritótica (Oliveira, 1965: 43). A captura do Capitão Peralta na Guiné, em 1969, pelos pára-quedistas era uma prova da influência e presença externa no conflito ultramarino³⁷ (BV, 1991: 61,62).

Encontramos no cumprimento do princípio da Unidade de Comando uma outra diferença da prática portuguesa para a actual doutrina. Para Portugal existia uma missão a cumprir pela Nação e os militares subordinavam-se a uma cadeia hierárquica e chefia

³⁷ Sobre a presença cubana no conflito da Guiné *vide* Gleijeses, 2004: 291-334.



estabelecidas. Actualmente tal não acontece, sendo uma das causas dos problemas da condução da COIN, no Iraque e no Afeganistão. A campanha faz-se numa Aliança ou Coligação e, não sendo possível a Unidade de Comando, resta a Unidade de Esforços (FFI, 2009: 12). O contributo de cada país é diferente, todos com a sua dependência nacional e agendas próprias, colocando-se problemas de entendimento, de interoperabilidade e de “reflexos” das políticas nacionais na condução das operações (Kitson, 1971: 60-61) (Smith, 2006: 302). Os “*caveats*” das forças e as consequências que poderão induzir nas Modalidades de Acção são por si só evidentes a nível do comando e do cumprimento da missão (JOG 10/01, 2010: 2-9) (AJP-3.4.4, 2011:2-9).(Jones, 2008: 105).

À não existência de Unidade de Comando associa-se a dificuldade de coordenação das acções com as “Agências” e outras ONG (JOG 10/01, 2010: 2-17) (AJP-3.4.4, 2011:2-14) (FFI, 2009: 14), situação que não existia em tal profusão que merecesse um tratamento especial no EGS.

A necessidade de otimizar os recursos escassos e de aumentar a eficiência da campanha conduziu à aceitação, pela NATO, do *Comprehensive Approach* (Cimeira de Bucareste em Abril de 2008). A congregação de esforços e recursos na COIN era um das características da DNGS (EGS, 1966: CapII-5, 12). A comparação entre a situação económico-cultural, sanitária, infra-estruturas ... no início das campanhas portuguesas e no final, aquando da independência dos territórios, demonstra a procura do cumprimento desse desiderato (Carneiro, 2000: 92). Procurava-se actuar de acordo com os chefes locais, fazendo reconhecer a sua autoridade, (Calheiros, 2010: 335) apoiando as populações, especialmente aquelas que se acolhiam sob a protecção da “tropa”. Construíram-se escolas aldeamentos, estradas, locais de abastecimento de água potável, fornecimento de sementes, zonas para guarda de gado e o sempre presente esforço de apoio sanitário (Tisseron, 2010: 43). Chegou-se a fazer evacuações de civis de helicóptero, o que seria difícil de suceder naquela época na metrópole. Mais de quatro décadas depois, exemplos semelhantes realizados no Afeganistão são indicados como boas práticas confirmadoras da validade e eficácia destes princípios (Meyerle, 2010: 141, 152).

A acção global COIN portuguesa considerava também a utilização no exterior do território de todos os meios, diplomacia, propaganda, economia e outras “*acções mais concretas levadas a efeito por elementos especiais que neutralizem certos organismos ou determinados indivíduos*” (EGS, 1966: CapII-6). Foram de facto desencadeadas várias acções (Correia, 2000: 146), sendo a mais conhecida a operação MAR VERDE, apesar da reprovação de certos sectores internacionais (Garcia, 1998: 1114). Outros países que



abertamente se envolveram em acções militares exteriores de COIN foram, por exemplo, Israel, a Turquia (Morgado, 2006: 43,44,59), a Rodésia e a África do Sul (Bairstow, 1995: 49-51) (Beckett, 2001: 234,141, 147). A NATO considera importante negar aos insurgentes o acesso a santuários, mas sem especificar uma acção directa sobre elas ou sobre a execução de *hot pursuit* (JOG 10/01, 2010: 5-12) (AJP-3.4.4, 2011:5-12).

Como é evidente, neste tipo de acção, pelas limitações já referidas de falta de Unidade de Comando, de objectivos não coincidentes e de “*caveats*”, é mais difícil o respectivo planeamento e execução em ambiente de Aliança ou Coligação.

Factor em evidência na DNGS portuguesa é a chamada Acção Psicológica (APsico). Sendo a sua condução da responsabilidade dos militares, ela inseria-se na luta global e incluía a actividade hoje denominada Assuntos Cívico-Militares. Como tal mereceu cuidado especial no EGS, tendo-lhe sido destinado o III Volume, abordando-se a acção sobre o IN mas também sobre a população e as NT. Para tornar o guia mais entendível houve a preocupação de associar em anexo notas complementares de psicologia e sociologia. Outras informações, designadamente resultantes de estudos etnográficos e socioeconómicos, já existentes ou elaborados na altura, integraram-se e foram exploradas no processo de APsico (GARCIA: 163-5). A polémica ocorrida, 40 anos depois, pela utilização de especialistas, como antropólogos, na feitura do FM 3-24 e na preparação e construção dos *Human Terrain Teams* (HTT) (FFI, 2009: 15), apenas retoma um procedimento anteriormente conhecido e aplicado³⁸ por Portugal. Os resultados positivos alcançados com a APsico tiveram no plano “Uma Guiné Melhor” do General Spínola que ainda hoje constitui um exemplo de referência (Garcia, 1998: 1118).

O EGS considerava como ponto fulcral recuperar as populações que estivessem subvertidas, de forma voluntária ou forçada. Esta acção permitiu na prática até reconverter elementos inimigos³⁹ e integrá-los nas forças de contra-subversão, nomeadamente nos GE (Grupos Especiais) e TE (Tropas Especiais), tal como se fez com os *firqats* em Oman (Jeapes, 2000:12) (Morin, 2009: 25, 37). Constituíram-se também forças com base em refugiados, os Fiéis (catangueses) e Leais (zambianos), que combateram pelas NT (Correia, 2000: 147). Este tipo de actuação encontra-se previsto mas não muito desenvolvido na NATO nem no FM 3-24, nem sobre um problema associado, o do desarmamento e desmobilização dessas forças (AJP-3.4.4, 2011:2-9) (JOG 10/01, 2010: 2-

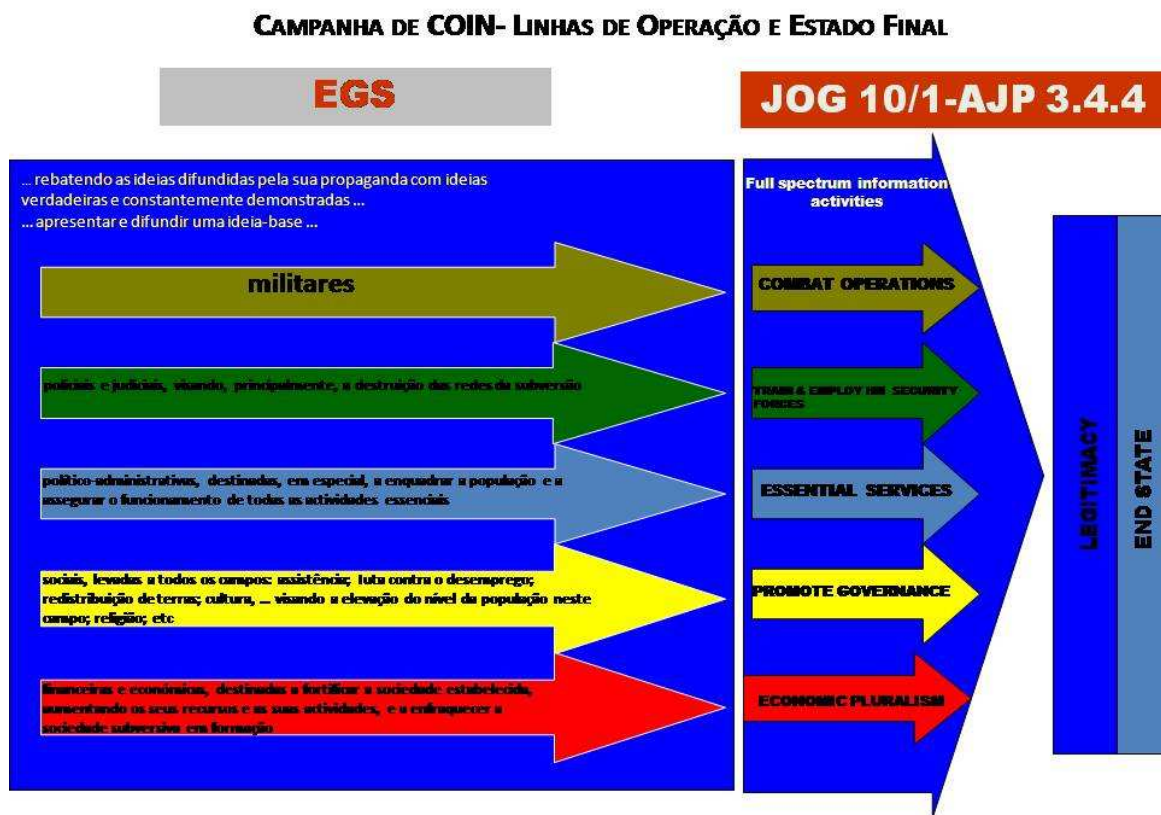
³⁸ Vide McFate, 2005.

³⁹ Sobre as razões que conduzem à dissidência e combater pelo antigo inimigo vide Staniland, 2010, 34. Sobre o emprego de pseudo-operações (counter-gangs) ver: Cilliers, 1985: 118-134; Cline, 2005: *passim*; Kitson, 1960: 75-90.



11). Existe, no entanto, a adopção de programas de treino da NATO como são as políticas de “*Train&Equip*” - para a Bósnia&Herzgovina e Iraque, ou as “*Operational Mentor Liaison Teams*” (OMLT) e as “*Police Operational Mentor and Liaison Team*” (POMLT) para o Afeganistão.

O EGS refere um conjunto de medidas através das quais se poderia exercer o esforço da luta contra a subversão. Apesar de serem apenas um dos exemplos possíveis de encontrar, consegue-se facilmente equipará-las com as linhas de operações sobre a condução de uma campanha de COIN definidas na doutrina NATO, não existindo nesta área diferenças substantivas, conforme se apresenta.



Adaptado de EGS Vol I Generalidades Cap II – Pág 4,13 e de JOG 10/1, 2010-4-10 e AP 3.4.4, 2011-4-9

Figura 2 – Linhas de Operações

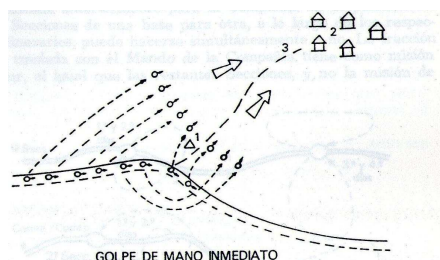
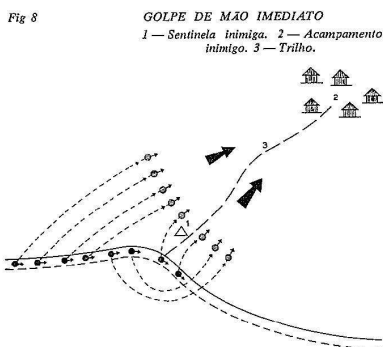
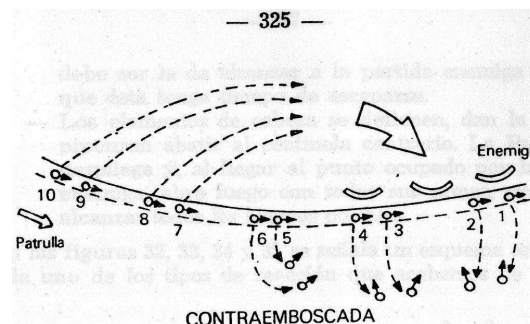
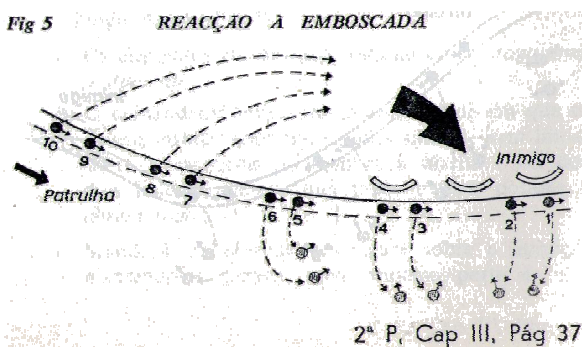
As Operações de Paz permitiram obter alguma experiência operacional mas estas apresentam características próprias que não permitem a sua transposição, sem adaptação, para a situação de COIN. No caso nacional o desarmamento, desmobilização e reintegração inseriam-se numa política objectiva de contra-subversão, num estado com uma estrutura administrativa civil presente, por vezes ténue, ou sob controlo militar. A



transposição doutrinária para os TO actuais é difícil de se efectuar, acrescentando-se a complexidade da sua aplicação no terreno tendo em consideração as diferentes doutrinas e práticas dos diversos contingentes dos membros da Aliança.

Nível tático

O EGS percorre os níveis Estratégico, Operacional e Tático com destaque para este último. É-lhe dedicado o “Tomo II – Operações Contra Bandos Armados e Guerrilhas”, que ainda hoje constitui um bom manual tático. O reconhecimento da qualidade deste manual teve reflexos na doutrina de contra-subversão espanhola dos anos 70⁴⁰ que integrou, entre outros aspectos doutrinários, esquemas de manobra.



2ª P - Cap III - Pág 41
Figura 3 – Esquemas de Manobra

Fonte:

Portugal - EGS, 1966: Vol II-2ªp-CapIII 37,41;

Espanha - O-0-2-7, 1979:325,327.

A publicação doutrinária mais recente espanhola não hesita em abordar o nível tático não chegando, contudo, ao pormenor do anterior, com descrições pormenorizadas de certos procedimentos (e.g. emboscada, golpe-de-mão), como acontece no EGS. A visão actual é de um entendimento holístico da subversão/insurreição, cobrindo princípios TTP

⁴⁰ Orientaciones O-0-2-5. Subversión y Contrasubversión. Orientaciones O-0-2-7. Lucha de Guerrillas y Contra Guerrillas.



que possam ser empregues em distintos TO (Contra-insurgencia, 2010: XII).

A doutrina francesa DCTL já anteriormente citada, embora seja expressamente direccionada para o nível tático, não desce ao pormenor do EGS. Apresenta, porém, um enquadramento que possibilita a integração nos princípios e grandes orientações da manobra COIN, permitindo uma percepção global desta e da ligação entre os níveis estratégico, operacional e tático.

Pode-se retirar que a tendência actual é de produzir, mesmo a nível tático, manuais “abertos” ao público e disponibilizados na Internet, mas com menor pormenorização de execução dos que os precederam. A NATO considera, contudo, a necessidade de produção de doutrina tática para pequenos escalões e com as tarefas mais pormenorizadas porque os únicos documentos de referência para os Países prepararem as suas forças são a “*doutrina nacional (US FM 3-24/2 ou UK AFM 1/10) e as directivas da ISAF*” (COINTF2010a Enclosure 1: 2).

4.1.4. A Formação e Treino

A DNGS deve oferecer as bases conceptuais para orientar a formação e o treino de militares e civis, que potencialmente poderão participar em acções de GS. Mais do que fazer a distinção entre civis e militares, interessará abordar este assunto segundo os níveis Estratégico, Operacional e Tático e nas diferentes possibilidades de subversão/insurreição e conta-subversão/contra-insurreição.

Importa referir a situação particular da resistência interna em caso de invasão pelos ensinamentos que oferece à COIN. A resistência, activa ou passiva, deverá constituir sempre uma possibilidade e uma preocupação nacional (Alves, 1987: 12). O Exército criou em 1983 o Curso de Operações Irregulares (COIR), com carácter obrigatório, destinado a preparar os Oficiais e Sargentos do Quadro Permanente, para a liderança da resistência activa. Porém, cerca de duas décadas depois deixou de ser ministrado⁴¹, diminuindo uma capacidade potencial de defesa nacional. No entanto, a resistência nutre-se do patriotismo, e de outros valores nacionais, com vivência e desenvolvimento que extravasam o âmbito exclusivamente militar.

A educação e a formação são processos contínuos e complexos que, para terem maior sucesso, carecem de mudança cultural e de implementação “*top-down*”. A doutrina é

⁴¹ O COIR foi criado em 1983 e perdurou até 2002. Entre 2002 e 2008 foi ministrado anualmente o COIR a cerca de 6 Oficiais e Sargentos provenientes das Escolas Práticas. A partir de 2008 deixou de ser ministrado por falta do número mínimo de formandos.



hierarquizada e só a definição primeira dos conceitos básicos, ainda que gerais, permite construir o *corpus* doutrinário. A educação e a formação, especialmente das elites, deverão passar pelas instituições mais vocacionadas para tal, designadamente o Instituto de Defesa Nacional (IDN) e o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), a par de outras acções desenvolvidas pela sociedade civil (v.g. universidades, fundações, *think tanks*, etc.).

Devem ser preparados cursos, acções de formação e difusão de informação, relativos à COIN. Restringindo-se a análise à parte militar, conviria saber como essa formação se reflecte nos *curricula* dos cursos ministrados no IESM, dada a importância que este Instituto reveste na formação e preparação dos futuros Oficiais Gerais, dos Oficiais Superiores e dos Oficiais com o Curso de Estado-Maior, dos três Ramos e da GNR.

No que respeita ao CPOG, constata-se que a abordagem de COIN é realizada a nível do ensino da Estratégia, com profundidade e tempo variáveis, dependendo dos conferencistas e dos temas correlacionados não constituindo uma forma sistematizada, capaz de contribuir significativamente para a melhoria do conhecimento. Igualmente no âmbito da doutrina militar, os temas, discussões e trabalhos efectuados não se podem considerar substantivamente da temática GS/COIN.

Nos Cursos de Estado-Maior e de Promoção a Oficial Superior verifica-se que o tempo dedicado à abordagem e análise destas matérias não é significativo.

Sendo difícil quantificar de forma rigorosa, é possível concluir que a temática não apresenta um tratamento, nos diversos cursos militares, consentâneo com a importância que reveste para o País e para a NATO. O mesmo panorama pode ser encontrado na formação de Oficiais e Sargentos do QP, onde poderia ser dada uma ênfase maior nos respectivos planos de curso.

A abordagem inicial da COIN deve ser introduzida o mais cedo possível na carreira, porque as suas actividades desenvolvem-se nos escalões mais baixos, onde a acção de Oficiais Subalternos e Sargentos é fundamental. Também são estes que participam na execução e implementação das TTP, constituindo vectores privilegiados de identificação e incorporação de lições aprendidas. As Escolas Práticas têm desenvolvido acções de formação nesta área (e.g. Jornadas de Infantaria), que poderiam ser optimizadas englobando-as num esforço mais coordenado de formação e preparação das FFAA.

Convém referir que as Unidades, Centros de Instrução e Regimentos, que preparam e aprontam FND para os TO, têm mantido um esforço de actualização de TTP, normalmente segundo um processo informal.



Para a condução da COIN contribuem outras matérias (Wipfli, 2007: 2), embora não exclusivamente, que são relevantes no sentido de darem uma perspectiva sócio-cultural onde a campanha se irá desenrolar⁴² (Paschal, 2006:12). Um requisito inquestionável é o conhecimento de línguas estrangeiras. Num mundo cada vez mais globalizado, não perceber e falar com alguma fluência uma língua estrangeira, pelo menos o Inglês, é factor redutor da capacidade de actuação no terreno e de influência na decisão ao nível dos Estados-Maiores internacionais (DIA – 3.4.4, 2010: 61). Não menos importante é o conhecimento de línguas específicas faladas em certas áreas geográficas, ou de um TO (COINTF2010a Anex D Enclosure 2: D-2) (Raffray, 2008:60), a que acresce o conhecimento da cultura de um povo que o estudo de uma língua aporta (Kilcullen, 2010: 142,143). A experiência portuguesa das missões nos Balcãs, sem militares preparados na língua servo-croata demonstrou a dificuldade e, por vezes, a dependência de intérpretes, cuja lealdade poderia ser questionada, para além das consequências negativas na obtenção de notícias e consequente efeito na missão.

Treino, aprontamento, infra-estruturas

Não é possível otimizar a formação e treino sem infra-estruturas, nomeadamente campos ou centros de instrução específicos. Portugal iniciou, no final da década de 50, um processo de formação e treino de forças em território metropolitano, enquanto os Ingleses (Malásia) e os Franceses (Argélia) utilizavam os TO. Esta preocupação foi sentida com a formação e treino de forças de intervenção (v.g. Caçadores Especiais), que posteriormente originariam centros próprios de instrução nos TO (com a excepção do Comandos, inicialmente criados em Angola e depois formados em Lamego, Moçambique e Guiné). O recrutamento local e a africanização crescente das forças conduziram ao levantamento de mais centros de formação, alguns exclusivos do TO em causa (e.g., GE e GEP em Moçambique).

A nível técnico-tático existem componentes da COIN semelhantes ao convencional, pelo que criar centros e áreas de instrução de COIN dedicados não deve ocorrer sem absoluta necessidade, num esforço de racionalização de recursos. Antes da entrada no TO da Irlanda do Norte, as forças britânicas cumpriam um período de treino e aprontamento em Hythe e depois em Lydd (RU) ou em Sennelager na Alemanha (Bennett, 2010: 1) (Neillands, 1996: 570). A URSS, durante a campanha no Afeganistão, teve

⁴² Os USMC criaram para esse efeito o Center for Advanced Operational Culture.



também de readaptar a formação (Grau, 1998:xix) e criar centros de instrução nas repúblicas asiáticas, a que acresceu ainda treino regimental no TO, a preceder a entrada em operações de combate (Grau, 2002:42-48). Existem actualmente em Portugal áreas para treino de combate em áreas edificadas, módulos de formação de Operações de Apoio à Paz, Campos de Tiro, cujas valências devem ser apreciadas em função das suas capacidades de apoio à formação em COIN.

4.1.5. Orientações estratégicas fundamentais (sectoriais).

Da análise até agora efectuada, e sem se pretender ser demasiado exaustivo, poderemos retirar algumas consequências com impacto em diversos sectores da sociedade, designadamente a Educação, Saúde, Administração Interna, Negócios Estrangeiros e FFAA.

Educação

A educação e a formação, para além de prepararem a juventude portuguesa para o contexto de trabalho, deverão inculcar os valores da cidadania incentivando o culto da excelência, do trabalho e o sentido do dever.

O ensino da Língua Portuguesa, e o estudo da História e das realizações portuguesas contribuem para o fortalecimento e para a formação do carácter nacional e do patriotismo.

A aprendizagem de línguas estrangeiras, o incremento da circulação de estudantes portugueses pelas universidades e institutos estrangeiros, proporcionarão em particular uma melhor preparação de Portugal para enfrentar cenários de COIN.

Em súpula, rever os programas de ensino e focalizar a educação nos valores para a cidadania e competências essenciais, significa criar portugueses conhecedores e fiéis à sua Pátria e, conseqüentemente melhor preparados para enfrentarem qualquer TO de COIN.

Saúde

A participação de FND em operações, especialmente em TO com climas e terrenos agrestes, impulsiona a actualização e desenvolvimento de conhecimentos de medicina, tal como sucedeu no passado (e. g., medicina tropical).

As acções dos “*insurgentes*” podem-se traduzir por meios violentos, assumindo diversas formas (e.g. atentados bombistas no TN), a que os serviços de saúde terão que responder. Será importante garantir a coordenação com os Serviços de Saúde das FFAA,



nomeadamente com vista à prestação de formação e cuidados especializados ou à utilização supletiva de meios militares.

Uma vez o País envolvido em missões COIN no exterior, é igualmente possível, para além da evidente aplicação dos meios da medicina operacional, o recurso a informação ou conhecimentos, designadamente de saúde pública, que eventualmente a sociedade civil tenha mais conhecimento e/ou disponibilidade de meios. A campanha de *hearts and minds* pode ter substancialmente mais impacto se for reforçada pela prestação de cuidados de saúde à população (particularmente às crianças e mulheres), em locais e situações onde, frequentemente, só as FFAA podem proporcionar, mas que devem contar com relevantes conhecimentos e meios da sociedade civil, ainda que na retaguarda.

Administração Interna

É possível identificar cenários em que a actuação das FFAA a nível interno poderá ser útil para o País, no quadro actual vigente ou noutro a ser legislado, facto que justifica o estudo e a criação de doutrina "*inter-agências*", e o seu teste e treino em exercícios.

O emprego das FFAA no exterior, nomeadamente em situações de segurança, poderá originar, tal como para a Saúde, situações em que o conhecimento, a informação e os meios humanos ou materiais especializados cedidos pelos serviços e entidades do Estado poderão contribuir para um melhor desempenho das FND (e.g., gestão de infra-estruturas públicas, acolhimento de refugiados...).

Negócios Estrangeiros

Uma campanha de COIN não engloba somente a manobra militar mas igualmente uma manobra político-diplomática, sendo crucial a integração e coordenação destes dois vectores. Considerando os cenários mais prováveis de actuação das FND, integradas na NATO ou em Coligações, o seu empenhamento já pressupõe uma prévia acção político-diplomática essencialmente no TO. O apoio local dos serviços das Embaixadas e Consulados, pelo conhecimento e contactos previamente estabelecidos no desempenho das suas funções, será muito útil para as FND.

Será igualmente de considerar a possibilidade de participação excepcional de Assessores Diplomáticos junto das FND ou Assessores Militares em missões diplomáticas, justificando-se o aperfeiçoamento da "doutrina nesta área" (e.g., estatuto, relações de comando, participação em acções de formação, acompanhamento do aprontamento), bem como das TTP (e.g. reacção a emboscada, atentado, processo de requisição, fornecimento



de fardamento e equipamento), a implementar numa melhoria de agilização de processos (COINTF2010a Enclosure 2: 2).

Forças Armadas

Uma primeira sugestão reside na actualização e melhoria da Doutrina e dos documentos doutrinários existentes. Será aconselhável a adopção da estrutura seguida na NATO, e por países aliados nela integrantes, com o fito de assegurar uma melhor interoperabilidade.

Outro aspecto consistirá em alterar, parcialmente, a cultura da organização, dando maior destaque à doutrina, ao ensino e à posição da COIN em toda a estrutura das FFAA (Shirreff, 2010: 7), não em contraponto ao convencional, mas como mais uma área que os militares devem preservar e desenvolver, com base nos conhecimentos herdados das campanhas e operações anteriores, induzindo um efeito de transformação (Heidenkamp, 2010: 1), ainda que em menor escala e dramatismo daquela ocorrida nos anos 60 (Egreja, 1990: 124-130).

A criação de um Centro de Estudos de COIN, pelo menos a nível operacional, dependendo do EMGFA, integrado porventura no IESM constituindo um núcleo do Centro de Investigação de Segurança e Defesa (CISDI) parece ser uma medida capaz de responder às necessidades de produção e acompanhamento da Doutrina a nível estratégico-operacional. Estaria também aqui aberta a oportunidade de apoio em mestrados ou doutoramentos de militares dentro do seu âmbito.

De igual modo coloca-se a criação de um sistema de Lições Aprendidas, flexível e “comunicante” entre os Ramos e o EMGFA. Será de concretizar a criação de equipas, dos Ramos ou do EMGFA, para o acompanhamento de operações *in loco*, apresentação de lições e assessoria na implementação dessas lições, sejam estas de doutrina, TTP ou de fardamento e equipamento.

Outra medida que se aponta é o estabelecimento de um “Núcleo” de Guerra Subversiva/COIN responsável pela elaboração de TTP, pelo ministrar cursos relacionados com a matéria, dependendo do Comando de Instrução e Doutrina do Exército (CID) em conformidade com a natureza prevalecente do Exército nesta área, mas apoiado por elementos dos restantes Ramos, nas suas competências específicas.

Conviria igualmente incrementar a frequência de cursos em instituições ou centros estrangeiros que laboram nesta área, sejam de natureza militar ou civil, garantindo a preservação e maior desenvolvimento das competências que das FFAA no âmbito da



COIN. A gestão de pessoal, tendo em atenção as formações e competências adquiridas, terá de ajustar para melhor responder à “geração” do pessoal mais adequado para as necessidades da COIN (Wipfli, 2007: 4). Refira-se, como exemplo, que cerca de 10% dos oficiais soviéticos de infantaria motorizada, de blindados, da aviação e de artilharia cumpriram serviço no Afeganistão, enquanto a quase totalidade dos oficiais Spetsnaz, de assalto aéreo e de aerotransportados serviu nesse TO (Grau, 1998: xix).

A capacidade militar de Informações e a sua articulação com os sistemas civis é crucial para o desenvolvimento com sucesso de operações COIN.

O apoio à recolha de informação e outros elementos de carácter histórico relativo às acções de Contra-Subversão/COIN em África, e nos novos TO, seria de incentivar. A existência de documentação e estudos, em particular sobre as campanhas recentes em África, asseguraria uma referência essencial para o desenvolvimento da doutrina, para além do testemunho histórico da existência dum modo português de fazer este tipo de guerra.

A aquisição de viaturas destinadas aos TO, com um adequado sistema de manutenção, tendo em especial relevância o tipo de ameaça e as condições do terreno e clima, deverá ser uma prioridade equiparável à do armamento e equipamento de protecção individual.

A utilização de meios aéreos tem-se revelado fundamental neste tipo de intervenção. O treino e a capacidade de desenvolver operações com helicópteros deverão ser incrementados. O mesmo deverá acontecer a nível da cooperação aero-terrestre, e.g. apoio aéreo próximo, e no emprego de *unmanned aerial vehicles* (UAV). A incorporação destes últimos na doutrina nacional é inadiável.

Sugere-se, igualmente, uma maior exploração das capacidades de estudo e inovação dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, nomeadamente a nível do fardamento, equipamento, alimentação, viaturas auto e armamento. Para este fim concorreriam, através dos canais respectivos, as capacidades existentes das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, Manutenção Militar e Oficinas Gerais de Material de Engenharia em prol dos Ramos e das Forças e Serviços de Segurança.

O mesmo se sugere relativamente ao aproveitamento e potenciação das competências de Unidades, Estabelecimentos e Órgãos dos Ramos, tais como o Instituto Geográfico do Exército, o Instituto Hidrográfico e os Centros de Psicologia militares existentes.



4.2 Alterações organizacionais

A implementação de um sistema de elaboração de doutrina COIN, nos Ramos e no EMGFA, poderá implicar alterações organizacionais, no mínimo a nível dos respectivos Quadros Orgânicos, se não for possível integrá-lo nas actuais estruturas.

A criação de um “Centro” de estudos de Doutrina conjunta COIN, individualizado ou não, no IESM será, provavelmente uma das alterações organizacionais a implementar.

A criação de um “Núcleo” de Guerra Subversiva/COIN, ou atribuição da totalidade ou parte dessas competências, a uma entidade já existente poderá originar uma reatribuição de competências de uns Centros/Unidades para outros e vice-versa, que poderão afectar a orgânica actual.

O eventual aumento da formação na área específica da GS poderá implicar na reorganização de UEO militares, particularmente do Exército, para melhor corresponder a estes requisitos (Jordan, 2008: 262).

4.3 Processos formais da concepção à implementação da Doutrina

Há necessidade de criar e tornar eficaz um sistema de produção de doutrina militar de cariz nacional. Dada a sua natureza, não se vislumbra melhor solução do que ser cometida ao CEMGFA. A dificuldade é que, até ao momento, não existe segundo a lei actualmente em vigor qualquer doutrina nacional conjunta (Moura, 2010: 18).

Assim, mais que adoptar um processo e uma estrutura formal que contemple todas as fases de produção, implementação e manutenção de uma doutrina COIN, há que criar um Sistema de Desenvolvimento de Doutrina Militar Conjunta (SDDMC) e considerar igualmente um Sistema de Desenvolvimento de Doutrina Militar Conjunta da Aliança (SDDMCA). A COIN é apenas uma parte, que tende a aumentar a sua importância, tanto quanto é possível projectar no futuro a evolução da actual situação político-militar mundial.

Este sistema tem que ser agilizado e permitir colocar rapidamente produtos doutrinários, ainda que incompletos e insuficientes, que garantam apoio às FFAA no cumprimento das suas missões. Acresce que se deve incorporar a capacidade de renovação/melhoria através da integração de Lições Aprendidas, sob pena de rapidamente perder eficácia.

Para além do sistema, da sua estrutura e forma de relacionamento será conveniente estabelecer uma hierarquia de publicações. A montante, no topo, as directivas e documentos de natureza político-militar/estratégica, desenvolvendo-se para os níveis



operacional e tático. Nenhuma doutrina, ou documento doutrinário, deverá ferir ou contradizer a de nível superior, para que se mantenha a coerência do sistema. A manutenção da doutrina, a sua renovação e aplicabilidade residem precisamente na capacidade de identificar os potenciais pontos de conflito, ou incoerência, e actuar celeremente na sua rectificação.

O EGS é precisamente um caso de estudo que inclui matérias que percorrem todos os níveis, o estratégico, o operacional e o tático. No sentido da renovação e evolução da doutrina é desejável uma separação e hierarquização, por duas razões fundamentais: (1) Os níveis estratégico e operacional tendem a ser mais estáveis, e de âmbito mais geral, do que o tático; (2) A NATO, e Países Aliados, adoptaram esse processo, sendo assim mais fácil aproveitar-se a sinergia do conjunto dos países. Desta separação resulta ainda a possibilidade de participarmos na elaboração de doutrina, especialmente nas áreas onde possuímos comprovada experiência (e.g. TTP) e que nem sequer é referenciada como doutrina nacional (COINTF2010a Enclosure 1: 2).

O facto de se criar um sistema e produtos “hierarquizados” não impede que seja atribuído a um Ramo, ou a uma outra entidade, uma determinada produção doutrinária, se for entendido como o mais adequado para cumprir essa tarefa. O que o SDDMC deve garantir é a possibilidade de todos os directamente interessados intervirem e aportarem os seus contributos, no momento adequado. Por exemplo, o facto de o IESM elaborar doutrina COIN, a nível conjunto, não deverá impedir que o CID ou o CITAN elaborem doutrina a nível TTP. O que haverá que garantir é que, no fim, as contribuições dos Ramos e de outras entidades tenham sido analisadas e integradas num todo coerente.

4.4. Síntese conclusiva

Na elaboração de uma DNGS deverão estar sempre presentes a visão, os valores e os objectivos a alcançar, devendo este conjunto ser sancionado, e partilhado, por todos os intervenientes na sua aplicação. É fundamental a co-responsabilização, com exigência simultânea de conhecimento profundo da COIN pela cadeia de comando e de execução, em particular do político-estratégico, pelas consequências que o desenvolvimento de uma campanha COIN, respaldada numa doutrina, poderá implicar aos níveis político-estratégico, operacional e tático.

A adopção de uma DNGS carece que seja superado um conjunto de desafios de natureza cultural, do ponto de vista interno e de conhecimento do TO, com reflexos na componente militar em termos de renovação da doutrina, organização, selecção, formação



e treino de pessoal, obtenção de material e adequação de infra-estruturas. É imprescindível a co-participação de outras entidades, ministérios e organizações governamentais ou outras, no sentido de optimização dos recursos nacionais.

Considera-se que se encontra respondida a QD4 e que foi validada a H4.

5. Conclusões

Existe uma DNGS, desenvolvida e testada em três TO e integrando experiência e doutrina da França de Reino Unido, cujo documento mais conhecido, o EGS, abarca os níveis estratégico, operacional e tático, mas que actualmente não responde aos requisitos formais exigidos pela NATO, nem encontra correspondência na *praxis* de FFAA de países de referência. Uma DNGS actualizada, que percorra todos os níveis, incluindo o político, terá consequências nas FFAA, no respeitante à DOTMLPFI, e no âmbito legislativo, por via da melhoria da integração da acção de outros ministérios e sectores nacionais.

O sistema de ensino militar actual é pode ser melhorado no que se refere à preparação das FFAA, nomeadamente Oficiais e Sargentos, quanto ao não convencional, irregular e COIN havendo também razões para incrementar e apoiar o ensino de línguas estrangeiras nas FFAA e de outras áreas conducentes ao melhor conhecimento “cultural” dos possíveis TO.

A provável necessidade de emprego das FFAA em missões de segurança interna, face ao contexto político-estratégico actual, é uma matéria cuja decisão não poderá mais ser procrastinada pelo poder político, de modo a evitar ser eventualmente ultrapassado pela realidade dos factos, implicando a alteração da legislação nacional sobre esta matéria, incluindo a própria Constituição.

A NATO e os aliados com maior peso político-militar, entenderam elaborar uma doutrina COIN, que se encontra em processo de aceitação pelos países membros. A nossa DNGS contém áreas com plena actualidade como o entendimento da população como o centro de gravidade e catalisador da campanha, uma abordagem holística da COIN, a acção determinante do desenvolvimento, económico e social, das informações, da acção psicológica, da manutenção da lei e da ordem, no respeito pela lei e da boa governação. Outras áreas necessitam de revisão, nomeadamente onde os contextos políticos-estratégicos se alteraram, a doutrina militar se modificou e os sistemas de armas e organização evoluíram tais como a natureza multinacional das campanhas e o aparecimento de novos tipos de inimigo. É possível, contudo, aceitar a doutrina COIN da NATO, complementando-a ou suplementando-a com contributos nacionais, onde



necessário, sendo porém essa tarefa dificultada por não existirem um SDDMC e um SDDMCA eficazes, que contemplem a integração atempada de lições aprendidas.

Em consequência apresentam-se seguidamente algumas recomendações:

No âmbito Legislativo

- Alterar a Constituição da República Portuguesa, Artigo 275º (Forças Armadas), tendo em atenção a possibilidade de actuação da FFAA internamente, para além dos estados de sítio e de emergência.
- Adequar a legislação que resulte da alteração acima proposta.
- Adequar a legislação resultante do ajustamento da DNGS a nível das FFAA, da Administração do Estado e de outras entidades públicas e privados.

No âmbito da Educação

- Inculcar os valores de cidadania de referência de Portugal.
- Desenvolver o culto da excelência do valor do trabalho, da disciplina e do sentido do dever.
- Ampliar o ensino da língua portuguesa, da história e das realizações portuguesas.
- Apoiar o ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras.
- Incrementar o ensino das ciências e da tecnologia.
- Incentivar a circulação de estudantes portugueses pelas universidades e institutos nacionais e estrangeiros.
- Rever os programas de ensino, e focalizar a educação nos valores e competências essenciais, para aumentar a educação e os níveis de qualificação do país.

No âmbito da Saúde

- Impulsionar a actualização, investigação e desenvolvimento de conhecimentos de medicina em áreas específicas (v.g., medicina tropical).
- Incrementar a coordenação entre os serviços de saúde das FFAA e civil, melhorando a capacidade de resposta e de apoio em TO interno e externo.
- Potenciar as possibilidades de resposta do sistema de saúde militar, em reforço da capacidade civis em situação de pandemias, crises ou catástrofes.



No âmbito da Administração Interna

- Colaborar na elaboração de doutrina “*inter-agências*” e incrementar a cooperação, e a partilha de informações com as forças e serviços de segurança e as FFAA.
- Incrementar a capacidade de apoio de “*governance*” às acções de COIN, particularmente em TO exteriores.

No âmbito dos Negócios Estrangeiros

- Melhorar a coordenação e integração da componente diplomática com a militar.
- Potenciar a utilização dos meios e capacidades diplomáticas existentes nos TO em apoio das FND.
- Participar na elaboração de doutrina respeitante à possibilidade de integração de diplomatas em FND e da integração de assessores militares em missões diplomáticas.

No âmbito Militar

- Incrementar o serviço militar voluntário nas FFAA como um direito inalienável e um benefício para o país e o cidadão.
- Desenvolver a capacidade das informações militares.
- Desenvolver e manter uma adequada capacidade de projecção estratégica face ao quadro político-estratégico actual.
- Incrementar a cooperação entre as FFAA e as forças e serviços de segurança particularmente na partilha de informações, lições aprendidas e execução conjunta de exercícios.
- Incentivar a inter-operabilidade e a cooperação militar com os países da CPLP.
- Ratificar o AJP-3.4.4.
- Integrar a elaboração e produção da doutrina de GS num Sistema de Desenvolvimento de Doutrina Militar Conjunta (SDDMC) inserido num Sistema de Desenvolvimento de Doutrina Militar Conjunta da Aliança (SDDMCA).
- Elaborar novos documentos doutrinários, hierarquizados, segundo uma forma comum à prática da NATO e de Países Amigos.
- Analisar os *curricula* dos cursos e integrar mais matérias concernentes ao fenómeno COIN.
- Criar um núcleo de estudo de doutrina COIN no Centro de Investigação de Segurança e Defesa (CISDI), no IESM.



- Criar um núcleo de GS dependente do CID no Exército com o apoio, nas áreas respectivas, da Marinha e Força Aérea.
- Potenciar o COIR, com frequência obrigatória dos QP das FFAA e forças e serviços de segurança, actualizando-o à realidades actual.
- Enviar equipas de Oficiais e Sargentos a frequentar cursos em centros militares e civis estrangeiros especializados nesta área
- Enviar equipas às UEO dos Ramos a proferirem conferências sobre a evolução doutrinária de COIN no mundo, em particular na NATO e nos TO do Iraque e Afeganistão.
- Traduzir os novos documentos doutrinários para inglês, bem como a versão do EGS de 1966.
- Desenvolver e apoiar o ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras nas FFAA.
- Potenciar a utilização das capacidades dos Estabelecimentos Fabris do Exército e com as indústrias e tecido empresarial do país e da CPLP.
- Incrementar a ligação entre os centros de investigação militares, os estabelecimentos de ensino militares e militares de ensino, e as congéneres civis e tecido empresarial nacional e da CPLP.

Sintetizando, apresenta-se como contributo e em resposta à QC «*Quais as opções para o (re)ajustamento de uma Doutrina Nacional de Guerra Subversiva e para a sua conformidade com as doutrinas congéneres da NATO e de Países Amigos?*» a seguinte conclusão final:

O (re)ajustamento de uma Doutrina Nacional de Guerra Subversiva, conforme com as doutrinas congéneres da NATO e de Países Amigos, é um imperativo da segurança do País perante os desafios do século XXI e é mais facilmente alcançada através da adopção da doutrina da NATO, complementando-a ou suplementando-a, onde ela for insuficiente ou inexistente face às necessidades e capacidades de Portugal. Permite-se assim uma melhor utilização de recursos e a identificação e capacitação das entidades competentes, a par de uma melhor integração ou adequação às doutrinas similares da Aliança ou de Países Amigos. Exige contudo, a adopção de um conjunto de medidas militares e não militares, de que o poder político deverá ser o responsável pela sua atempada implementação, para que Portugal contribua mais eficazmente para a segurança nacional e internacional.



BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, William D. Jr., Lieutenant Colonel, USAF (2009). *Enhancing Full-Spectrum Flexibility: Striking the Balance to Maximize Air Force Effectiveness in Conventional and Counterinsurgency Operations*. [em linha] Air University, Alabama. Abril 2009. [Acedido em 17 de Janeiro de 2011]. Disponível na internet em: < https://www.afresearch.org/skins/rims/q_mod.../display.aspx >
- ARRIAGA (1965-1967a), Brigadeiro Kaúlza de. *Estratégia*. Vol.I. 1965-1967. Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa.
- ARRIAGA (1965-1967b), Brigadeiro Kaúlza de. *Estratégia*. Vol.II. 1965-1967. Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa.
- AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos (2000). *Guerra Colonial*. Editorial Notícias. Outubro 2000.
- AJP-3.4.4 (2011). Allied Joint Doctrine for Counterinsurgency (COIN) - AJP-3.4.4 . February 2011.
- AJP-3.4.4 (2010). Allied Joint Doctrine for Counterinsurgency (COIN) - AJP-3.4.4 Ratification Draft 1.
- ALVES, Gen José Lopes (1987). *Guerra Irregular. Aspecto Menos Falado da Defesa Nacional*. Lisboa.
- AMIDROR, Major-General (res.) Yaakov (2008). *Winning Counterinsurgency War: The Israeli Experience*. [em linha]. Strategic perspectives. [Acedido em 04 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.jcpa.org/text/Amidror-perspectives-2.pdf> >
- BA (2001). *British Army Field Manual, Vol. 1, "Combined Arms Operations," Part 10, "Counter Insurgency Operations"* (Strategic and Operational Guidelines). Army Code 71749. Issue 1.0, July 2001.
- BA (2007). *British Army Field Manual, Vol. 1, "Combined Arms Operations," Part 10, "Counter Insurgency Operations"* (Strategic and Operational Guidelines). Revised and Updated Version. Army Code 71749. Issue 2.0, March 2007.
- BA (2009). *British Army Field Manual Volume 1 Part 10 Countering Insurgency*. Army code 71876, October 2009.
- BA (2010). *British Army Field Manual, Vol. 1, "Combined Arms Operations," Part 10, "Counterinsurgency Operations"* (Strategic and Operational Guidelines), Issue



1.0, July 2010.

- BA (2008), *Values and Standards of the British Army*, [em linha]. January 2008. [Acedido em 08 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.army.mod.uk/documents/general/v_s_of_the_british_army.pdf>
- BAIRSTOW, Timothy M., Maj USMC (1995). *Border Interdiction in Counterinsurgency a Look at Algeria, Rhodesia, and Iraq*. [em linha]. University of California, San Diego. [Acedido em 21Fevereiro de 2011] Disponível na internet em: <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf&AD=ADA471103>>
- BANNER (2010). British Army. Army Code 71842. *Operation Banner. An Analysis of Military Operations in Northern Ireland*. [em linha]. [Acedido em 08 de Outubro de 2010] Disponível na internet em: http://www.vilaweb.cat/media/attach/vwedts/docs/op_banner_analysis_released.pdf>
- BARRENTO, António (2010). *Da Estratégia*. Tribuna. Parede.
- BECKETT, Ian F. W. (2001). *Modern Insurgencies and Counter-Insurgencies. Guerrillas and their Opponents since 1750*. Routledge. London, New York.
- BENNET, Dr Huw. *The reluctant pupil? Britain's army and learning in counter-insurgency*. [em linha]. Royal United Services Institute (RUSI). [Acedido em 08 de Dezembro de 2010] Disponível na internet em: <http://www.rusi.org/analysis/commentary/ref:C4AD22F8DF284C/>>
- BIDDLE, Stephen (2006). *Military Power. Explaining Victory and Defeat in Modern Battle*. Princeton University Press. Princeton.
- BLANCO, Jesús Alonso (2009). *La Contrainsurgencia en los Actuales Escenarios*. in *Las Nuevas Guerras y la Polemología*. [em linha] Outubro, 2009. Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional. Madrid . [Acedido em 26de Novembro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.portalcultura.mde.es/Galerias/publicaciones/fichero/Monografia111.pdf>>
- BONIFACE, Pascal (1996). *Dictionnaire des Relations Internationales*. Hatier. Paris.
- BONIFACE, Pascal (2000). *Lexique des Relations Internationales*. 2e édition: Ellipses. Paris.
- BOWDEN, Mark (2000). *Black Hawk Down*. GORGI BOOKS, London.
- BRANCO, Major-General Carlos Martins (2008). A OTAN no Afeganistão e os Desafios de uma Organização Internacional na Contra-subversão, *Cadernos do IDN*.



Nº 1 II Série. Dezembro 2008. Lisboa.

- BRANCO, Carlos M. e GARCIA, Francisco P. (2005). *Os Portugueses nas Nações Unidas. Os 60 anos da ONU*. Prefácio. Lisboa.
- BRANCO, Carlos M. e GARCIA, Francisco P. e PEREIRA, Carlos Santos (2010). *Portugal e as Operações de Paz. Uma visão Multidimensional*. Prefácio. Lisboa.
- BUCKINGHAM, David W.(1999), *The Warrior Ethos*. [em linha]. Naval War College, Newport, Rhode Island. 12 March 1999. [Acedido em 08 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf&AD=ADA366676>. >
- BURKART, Meredith K. (2010). *A Winning Combination: Toward a More Diversified and Successful Counterinsurgency Toolbox*. [em linha] Washington, DC April 16, 2010. [Acedido em 27de Setembro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://cdm15036.contentdm.oclc.org/cgi-bin/showfile.exe?CISOROOT=/p15036coll3&CISOPTR=560&filename=561.pdf>>
- (BV 1991). Boina Verde. Tropas Pára-Quedistas Portuguesas. Nº 158. Jul/Set91.
- CALDWELL, COL (R) USMC John e LEWIS, COL (R) USA Chuck (2003) *Winning 21st Century Conflicts: Organizing to Counter Insurgency, Terrorism, and Social Disorder. Counterinsurgency*. [em linha]. Joint Center for Operational Analysis Quarterly Bulletin, Volume VIII, Issue 3, September 2006. USJFCOM JWFC ATTN: Joint Center for Operational Analysis and Lessons Learned (JCOA-LL). [Acedido em 22 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em: < <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA521486&Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf>>
- CALHEIROS, José de Moura (2010). *A Última Missão*. Caminhos Romanos. Lisboa.
- CAMPBELL, James D. (2007). *Making Riflemen from Mud: Restoring the Army's Culture of Irregular Warfare*. [em linha] Strategic Studies Institute. October 2007. [Acedido em 03 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em: < <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdf/files/pub803.pdf>>
- CANN, John P. (1998). *Contra-Insurreição em África. O modo português de fazer a guerra*. Atena. S. Pedro do Estoril.
- CANOTILHO, J. J., MOREIRA, Vital (2009). *Constituição da República Portuguesa. Lei do Tribunal Constitucional*. 8º Edição Revista. 2ª Reimpressão. Coimbra Editora. Coimbra.
- CARIO, Lieutenant-colonel Jérôme (2009). *L'Action Intégrale ou la Récupération*



- Sociale du Territoire en Colombie*. [em linha]. Cahier de la recherche doctrinale. Centre de Doctrine d'Emploi des Forces (CDEF). Division Recherche et Retour d'Expérience (DREX). Ministère de la Défense. République Française. [Acedido em 13 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/cahiers_drex/cahier_recherche/Colombie.pdf>
- CARNEIRO, Gen António S. O. Soares (2000). *As transformações operadas nas Forças Armadas para responder às exigências do conflito em África*. Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974). Março 2000. Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa.
 - CASSIDY, Lieutenant Colonel Robert M. (2005), U.S. Army. *The British Army and Counterinsurgency: The Salience of Military Culture*. Military Review. May -June 2005.
 - CASSIDY, Robert M.(2004) . *Back to the Street without Joy: Counterinsurgency Lessons from Vietnam and Other SmallWars*. [em linha]. Summer2004. Parameters. [Acedido em 08 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.carlisle.army.mil/usawc/parameters/Articles/04summer/cassidy.pdf>>
 - CASSIDY, LTC Robert M. (2008). *Indigenous Forces and Sanctuary Denial: Enduring Counterinsurgency Imperatives*. [em linha]. Small Wars Journal. [Acedido em 18 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em:<http://smallwarsjournal.com/blog/journal/docs-temp/44-cassidy.pdf>>
 - CATARINO, Manuel (2010). *As Grandes Operações da Guerra Colonial 1961-1974*. Cofina Media books.
 - CDEF (2010). La Manoeuvre Globale, cadre général de la contre rébellion. *Doctrine Tactique N°19*. [em linha]. Centre de Doctrine d'Emploi des Forces. MAI 2010. [Acedido em 26 de Setembro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/doctrine/doctrine19/version_fr/Doctrine19fr.pdf>
 - CECA (1988). *AAVV Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1961-1974*. 1.º Vol.. Estado-Maior do Exército. Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974). Lisboa.
 - CEDN, (2003). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003. DR n.º 16 - 1.ª série B, 20 de Janeiro de 2003.



- CEM, (2004). *Conceito Estratégico Militar*. Aprovado pelo MEDN em 22 de Dezembro de 2003. Confirmado em CSDN em 15 de Janeiro de 2004.
- CIA – 0.8 (2008). *Les Opérations Contre Un Adversaire Irrégulier. (ADIR)*. [em linha]. Centre Interarmées de Concepts, de Doctrines et d'Experimentations. N° 131/DEF/CICDE/NP du 02 mai 2008. [Acedido em 26 de Setembro de 2010]. Disponível na internet em: <
http://www.cicde.defense.gouv.fr/IMG/pdf/PIA/CCIA/CIA_0-8.pdf>
- CILLIERS, J.K. (1985). *Counter-insurgency in Rhodesia*. Croom Helm Ltd. London, Sydney, Dover, New Hampshire.
- CLAUSEWITZ (1973). *Arte e Ciência da Guerra*. Edições Maria da Fonte. Novembro 1973.
- CLINE, Lawrence E. (2005). *Pseudo Operations and Counterinsurgency: Lessons from other Countries*. [em linha]. June 2005. Strategic Studies Institute. [Acedido em 21 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <
<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub607.pdf>>
- COHEN, Eliot A. (2003). *Supreme Command: soldiers, statesmen, and leadership in wartime*. Anchor Books. September 2003. New York.
- (COINTF2010a). *Counter Insurgency Task Force (COIN TF) Initial Input*. NATO. SHAPE/FORIRER/CTP/QQPfTT -270203. 5000 TC-70/TT-5455/Ser: NU0020. 22 April 2010.
- (COINTF2010b). *Counter Insurgency Task Force (COIN TF) Follow-Up Input on Coin Training Requirements and Implementation*. NATO. SHAPE/FORIRER/CTP/QQPfTT -271061 5000 TC-70m-6449/Ser: NU0041. 26 August 2010.
- COLLINGS, Deirdre et ROHOZINSKI, Rafal (2006). *SHIFTING FIRE Information Effects in Counterinsurgency and Stability Operations*. [em linha]. A Workshop Report. United States Army War College. Carlisle Barracks, Pennsylvania. December 2006.[Acedido em 06 de Março de 2011]. Disponível na internet em: <
<http://www.carlisle.army.mil/DIME/documents/Shifting%20Fire%20>>
- CONTRAINSURGENCIA (2010). *Contraainsurgencia (PD3-301) Publicación Doctrinal*. Mando de Adiestramiento y Doctrina. Dirección de Doctrina, Orgánica y Materiales. Ejército de Tierra Español. 26 de agosto de 2008. Madrid.
- CORREIA, MGen Pedro Pizarat (2000). A participação local no desenvolvimento das



- campanhas. O recrutamento africano. *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. Instituto de Altos Estudos Militares. Março 2000. Lisboa.
- COUTO, Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia Vol. I – Apontamentos para um curso*. Pedrouços: IAEM. Lisboa.
 - COUTO, Abel Cabral (1989). *Elementos de Estratégia Vol. II – Apontamentos para um curso*. Pedrouços: IAEM. Lisboa.
 - CREVELD, Martin Van (1998). *The Sword and the Olive: A Critical History of the Israeli Defense Force*. PublicAffairs. New York.
 - CRP, (2005). *Lei Constitucional 1/2005*. Publicada no DR 155, Série I-A, 12 de Agosto de 2005 (7ª Revisão).
 - DCTL (2010). *Doctrine for Counterinsurgency at the Tactical Level*. [em linha]. Force Employment Doctrine Center. Paris, April 2010. [Acedido em 06 de Novembro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://smallwarsjournal.com/documents/frenchcoindoctrine.pdf>>
 - DESTRADI, Sandra (2010). *India and the Civil War in Sri Lanka: On the Failures of Regional Conflict Management in South Asia*. [em linha]. GIGA German Institute of Global and Area Studies. Leibniz-Institut für Globale und Regionale Studien. Hamburg. December 2010 [Acedido em 05 de Março de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.giga-hamburg.de/dl/download.php?d=/content/publikationen/pdf/wp154_destradi.pdf>
 - DETREUX, Lieutenant Colonel (USMC) Kenneth M. (2008). *Contemporary Counterinsurgency (COIN) from the French-Algerian War (1954-1962)*. [em linha] U.S. Army War College .Carlisle PA, 15 MAR 2008. [Acedido em 27 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em: < <http://www.boekje-pienter.nl/images/coin-algerianwar.pdf>>
 - DIA-3.4.4. *Contre-Insurrection (COIN)*.(2010) [em linha]. N° 253/DEF/CICDE/NP du 05 novembre 2010. [Acedido em 06 de Janeiro de 2011]. Disponível na internet em: http://www.cicde.defense.gouv.fr/IMG/pdf/PIA/CDIA/DIA_3-4-4.pdf>
 - DIXIT. K. C. (2010). *Sub-Conventional Warfare. Requirements, Impact and Way Ahead*. [em linha]. Journal of Defence Studies. Vol 4. No 1. January 2010. [Acedido em 26 de Setembro de 2010]. Disponível na internet em http://www.idsa.in/system/files/jds_4_1_kcdixit.pdf>
 - DIXON, Paul (2009). *Hearts and Minds'? British Counter-Insurgency from Malaya to*



- Iraq*. [em linha]. The Journal of Strategic Studies. Vol. 32, No. 3, 353–381, June 2009 [Acedido em 26 de Setembro de 2010]. Disponível na internet em: <http://pdfserve.informaworld.com/876948__912750182.pdf>
- DMDM 02, (2002). *Directiva Ministerial de Defesa Militar*. Gabinete do Ministro da Defesa Nacional. 08 de Janeiro de 2002. Lisboa.
 - ECHEVARRIA II. Antulio J. (2005). *Fourth-Generation War and Other Myths*. [em linha]. Strategic Studies Institute. November 2005. [Acedido em 04 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub632.pdf>>
 - EGREJA, General João Imaginário Nunes, MENEZES, General Manuel de Sousa, COSTA, Brigadeiro Orlando Rodrigues da (1988). *Subsídios Para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*. Estado-Maior do Exército. Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974). Lisboa.
 - EGS (1966). *O Exército na Guerra Subversiva*, Estado-Maior do Exército, Lisboa.
 - FERREIRA, João José Brandão (2007). As Reformas das Forças Armadas Portuguesas: Da Época Contemporânea até ao Fim das Campanhas de África do Século XX. *Estratégia*. Vol. XVI-2007. p. 241-317. Instituto Português da Conjuntura Estratégica. Lisboa.
 - (FFI). FFI-rapport 2009/01346. (2009) *Counterinsurgency (COIN) - when theory meets reality*. Monday 8 June 2009 Norwegian Defence Command and Staff College. [em linha]. [Acedido em 07 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://mne.oslo.mil.no:8080/Multinatio/MNE6semina/FileObject/file/COIN%20seminar%20report.pdf>>
 - FIDLER, David P. (2009). *The Indian Doctrine on Sub-Conventional Operations: Reflections from a U.S. Counterinsurgency Perspective*. [em linha]. Feb 15, 2009. [Acedido em 28 de Novembro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.allacademic.com/one/www/research/index.php?click_key=1&PHPSESSID=eaf0ccd7b6455616cfa8cd79330d45c0>
 - FFOD (2007). *Norwegian Armed Forces Joint Operational Doctrine*. Norwegian Armed Forces. Defence Staff. 15 June 2007.
 - (FM 3-24/MCWP 3-33.5). Field Manual No. 3-24 (2006). *Counterinsurgency*. [em linha]. Headquarters Department of the Army. Marine Corps Warfighting Publication. No. 3-33.5. Headquarters Marine Corps Combat Development Command. Department



- of the Navy Headquarters United States Marine Corps. Washington, DC. 15 December 2006. . [Acedido em 26 de Setembro de 2010]. Disponível na internet em: < <http://www.fas.org/irp/doddir/army/fm3-24.pdf>>
- FM 3-24.2 (FM 90-8, FM 7-98). (2009) *Tactics in Counterinsurgency*. April 2009. Headquarters Department of the Army.
 - FMFM 8-2. (1980) *Counterinsurgency Operations*. 29 January 1980 United States Marine Corps. Department of the Navy.
 - FORD, Major, (USMC) Allen S. (2003). *The Small War Manual and Marine Corps Military Operations Other Than War Doctrine*. [em linha]. Fort Leavenworth, Kansas. [Acedido em 07 de Março de 2011]. Disponível na internet em: < <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/usmc/ford.pdf>>
 - FP-003(2008). (2008). *Counter-Insurgency Operations B-GL-323-004/FP-003 (FP-004 for French)*. [em linha]. Chief of the Land Staff . Army Publishing Office. Fort Frontenac. Kingston. Ontario. 2008-12-13. Canada. [Acedido em 17 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: < http://www.webofdemocracy.org/atips_and_foias_uploaded/canadacoin.pdf>
 - GALULA, David. (2006). *Counterinsurgency Warfare. Theory and Practice*. Praeger Security International. Westport, London.
 - GARCIA, Francisco Proença (2003). *Análise Global de Uma Guerra. Moçambique 1964-1974*. Prefácio.2003. Lisboa.
 - GARCIA, Francisco Proença (2000). *Guiné 1963-1974: Os Movimentos Independentistas, o Islão e o Poder Português*. Comissão Portuguesa de História Militar. Universidade Portucalense Infante D. Henrique.2000. Lisboa.
 - GARCIA, Francisco Proença (2006). O Fenómeno Subversivo na Actualidade. Contributos para o seu Estudo. *Nação e Defesa*. Verão 2006 N.º 114 - 3.ª Série pp. 169-191. Lisboa.
 - GARCIA, Francisco Proença (1998). Os Doutrinadores da Subversão e a sua aplicabilidade nas Campanhas de África (1961-1974). *Revista Militar*. II Século-57º Volume- N° 12/98. N° 2363 – Dezembro 1998. Lisboa. p. 1073-1121. Lisboa
 - GARCIA, Francisco Proença (2005). As Guerras do Terceiro Tipo e a Estratégia Militar. Uma Possível Análise. *Revista Militar*. II Século-50º Volume-N°12/98. N° 2447– Dezembro 2005.. p. 1349-1370.
 - GARCIA, Francisco Proença (2007). Descrição do Fenómeno Subversivo na



- Actualidade. A Estratégia da Contra-Subversão. Contributos Nacionais. *Estratégia*. Vol. XVI-2007. p. 113-182. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica.
- GAT (2001), Azar. *A History of Military Thought*. Oxford University Press. Oxford.
 - GAT (2006), Azar. *War in Human Civilization*. Oxford University Press. Oxford.
 - GENTILE, Gian P. (2009a). *Let's Build an Army to Win All Wars*. [em linha]. Joint Forces Quarterly. Issue 52. 1st quarter 2009. [Acedido em 03 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <http://intelros.ru/pdf/jfq_52/8.pdf>
 - GENTILE, Gian P. (2009b). *A Strategy of Tactics: Population-centric COIN and the Army*. [em linha]. Parameters. Autumn 2009. [Acedido em 03 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.public.navy.mil/usff/Documents/gentile.pdf>>
 - GIAP, Vo Nguyen (2005). *Manual de Estratégia Subversiva*. Edições Sílabo. Lisboa..
 - GLEIJESES, Piero (2004). *Misiones en conflicto. La Habana, Washington y Africa : 1959-1976*. 2. ed. corr. Editorial de Ciencias Sociales. La Habana.
 - GOLDSWORTHY, Adrian (2000). *The Fall of Carthage. The Punic Wars 265-146BC*. Phoenix. London.
 - GOLDSWORTHY, Adrian (2007). *In the Name of Rome*. Phoenix. London.
 - GOLDSWORTHY, Adrian Keith (2009). *The Roman Army at War 100 BC-AD 200*. Oxford University Press. Oxford.
 - GOVUK (2009b). *The National Security Strategy of the United Kingdom: Update 2009. Security for the Next Generation*. [em linha]. Presented to Parliament by the Prime Minister, by command of Her Majesty. Cm 7590. June 2009. Disponível na Internet em:
<http://interactive.cabinetoffice.gov.uk/documents/security/national_security_strategy.pdf>.
 - GRANDIA, Mirjam. (2009). *The 3D approach and counter insurgency. A mix of defence, diplomacy and development. The case of Uruzgan*. [em linha]. University of Leiden. June 2009. [Acedido em 07 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.boekje-pienter.nl/images/coin-mirjamgrandia.pdf>>
 - GRANT, Greg (2007). *Features Lessons Not Learned*. [em linha]. Government Executive January 1, 2007. [Acedido em 24 de Setembro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.govexec.com/story_page_pf.cfm?articleid=3576>
 - GRAU, Lester W. (1998). *The Bear Went Over the Mountain. Soviet Combat Tactics in Afghanistan*. Frank Cass Publishers. London.



- GRAU, Lester W. e GRESS, Michael A. (2002). *The Soviet-Afghan War, How a Superpower Fought and Lost*. The Russian General Staff. University Press of Kansas, Kansas.
- GRAY, Colin S. (2006). *Irregular Enemies and the Essence of Strategy: Can the American Way of War Adapt?* [em linha]. Strategic Studies Institute. March 2006 [Acedido em 14 de Janeiro de 2011]. Disponível na internet em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub650.pdf>>
- GUDERIAN, Major-General Heinz (1995). *Achtung-Panzer! The Development of Armoured Forces, Their Tactics and Operational Potencial*. Arms and Armour. London.
- GUERIN, M. Alexandre (2009). *Le Hezbollah Face aux Forces Armées Conventionnelles Perspective Historique des Modes d'Action*. [em linha]. Cahier de la recherche doctrinale. Centre de Doctrine d' Emploi des Forces (CDEF). Division Recherche et Retour d'Expérience (DREX). Ministère de la Défense. République Française. 17 mars 2009. [Acedido em 22 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/cahiers_drex/cahier_recherche/Hezbollah.pdf>
- HAMMES, Colonel Thomas X. (2006). *The Sling and The Stone. On War in the 21st Century*. Zenith Press. St. Paul MN.
- HANDEL, Michael I. (1996). *Clausewitz and Modern Strategy*, Frank Cass. London.
- HANDEL (2001), Michael I. *Masters of War. Classical Strategic Thought*. Frank Cass. London, Portland-Oregon.
- HANSON, Victor Davis (2005). *Genesis of the Infantry 600-350 BC*. in PARKER, Geoffrey. *The Cambridge History of Warfare*. Cambridge University Press. 2005. New York.
- HEINDENKAMP, Dr. Henrik. *Transformation Under Fire Counterinsurgency as a Litmus Test for the German Federal Armed Forces*. [em linha]. Institut für Strategie-Politik- Sicherheits- und Wirtschaftsberatung (ISPSW), Berlin, Germany. 2010. [Acedido em 07 de Fevereiro de 2011]. Disponível na internet em: <<http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?id=118811>>
- HERZOG, Chaim (1984). *The Arab-Israeli Wars: War and Peace in the Middle East from the War of Independence through Lebanon*. January 1984. Vintage. New York.



- HISTORIA Hors-Série N° 24 (1972). *Notre Guerre D'indochine (1/Le Piège 1945-1951)*. 01/03/1972.
- HYDER, LCDR Victor D. (2004). *Decapitation Operations. Criteria for Targeting Enemy Leadership*. [em linha]. School of Advanced Military Studies. U.S. Army Command and General Staff College. Fort Leavenworth, Kansas.2004-05-26. [Acedido em 04 de Março de 2011]. Disponível na internet em: <<http://smallwarsjournal.com/documents/hyder.pdf>>
- HOLBROOKE, Richard (1998). *To End a War*. Random House. New York.
- HOOKER, Richard D. (1993). *Maneuver Warfare: an Anthology*. Presidio, Novato, CA.
- IAD (2004). *Indian Army Doctrine*. [em linha]. Headquarters Army Training Command. October 2004. Shimla. [Acedido em 02 de Março de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.nti.org/e_research/source_docs/india/ministry_defence/8.pdf>
- IAEM (2000). AAVV. *A experiência das campanhas de África no contexto actual. As operações de apoio à Paz. Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. Instituto de Altos Estudos Militares. Março 2000. Lisboa.
- ICG (2011). *The Communist Insurgency in the Philippines: Tactics and Talks*. [em linha]. Crisis Group Asia Report N°202, 14 February 2011. International Crisis Group. Jakarta/Brussels. [Acedido em 24 de Março de 2011]. Disponível na internet em: <[http://www.crisisgroup.org/~media/Files/asia/south-east-asia/philippines/202%20The%20Communist%20Insurgency%20in%20the%20Philippines%20Tactics%20and%20Talks.ashx](http://www.crisisgroup.org/~/media/Files/asia/south-east-asia/philippines/202%20The%20Communist%20Insurgency%20in%20the%20Philippines%20Tactics%20and%20Talks.ashx)>
- (IRI 1991). AAVV (1991). Evolução do Conceito Estratégico Nacional. *Estratégia*. Vol. II. p. 141-232. Instituto de Relações Internacionais. Lisboa.
- (IW JOC2) (2010). *Irregular warfare: countering irregular threats. Joint operating concept*. Version 2.0. 17May2010. [em linha]. Department of Defense. United States of America. [Acedido em 17 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/irregular/iw_joc2_0.pdf>
- JEAPES, Major General Tony. *SAS Secret War*. HarperCollins. 2000.
- JDP 0-01 (2008). Joint Doctrine Publication 0-01. *British Defence Doctrine* (3rd Edition).August 2008, www.dcdc.dii.r.mil.uk >
- JDP 02, (2007). Joint Doctrine Publication 02. *Operations in the UK: The Defence*



- Contribution to Resilience*. [em linha]. The Development, Concepts and Doctrine Centre, Ministry of Defence 2nd Edition, September 2007 . [Acedido em 26 de Setembro de 2010]. Disponível na internet em: < <http://defenceintranet.diiweb.r.mil.uk/DefenceIntranet/Library/AtoZ/DevelopmentConceptsAndDoctrineCentrePublications.htm>>.
- JDP 3-40 (2009). Joint Doctrine Publication 3-40. *Security and Stabilisation: the Military Contribution*. [em linha]. November 2009. The Development, Concepts and Doctrine Centre, Ministry of Defence. [Acedido em 26 de Setembro de 2010]. Disponível na internet em: < http://www.mod.uk/NR/rdonlyres/C403A6C7-E72C-445E-8246-D11002D7A852/0/20091201jdp_40UDCDCIMAPPS.pdf>.
 - Joint Publication 1-02 (2011). *Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms. 8 November 2010 (As Amended Through 31 January 2011)*. [em linha]. [Acedido em 26 Fevereiro de 2011]. Disponível na internet em: < http://www.dtic.mil/doctrine/dod_dictionary>
 - (JOG 10/01). *Bi-SC Joint Operational Guidelines 10/01 Counterinsurgency (COIN)* (May 2010). NATO.
 - Joint Publication 3-24 (2009). *Counterinsurgency Operations*. 05 October 2009.
 - JONES, Seth G. (2008). *Counterinsurgency in Afghanistan*. [em linha]. RAND. [Acedido em 27 de Setembro de 2010]. Disponível na internet em: < http://www.rand.org/pubs/monographs/2008/RAND_MG595.5.pdf >
 - JOHNSTON, Patrick B. (2010). *Assessing the Effectiveness of Leadership Decapitation in Counterinsurgency Campaigns*. [em linha] November 8, 2010.. [Acedido em 05 de Março de 2011]. Disponível na internet em: < <http://patrickjohnston.info/materials/decapitation.pdf>>
 - JORDAN, David et al. (2008). *Understanding Modern Warfare*. Cambridge University Press. Cambridge.
 - JORDAN, Jenna (2009). *When Heads Roll: Assessing the Effectiveness of Leadership Decapitation*. [em linha]. Security Studies. 18:719–755, 2009. Taylor & Francis Group, LLC. [Acedido em 05 de Março de 2011]. Disponível na internet em: < <http://cpost.uchicago.edu/pdf/Jordan.pdf> >
 - JOUCLAS, M. Antoine (2010). *Leçons d'un Echec pour une Armée Moderne: La Contre-Insurrection Portugaise au Mozambique (1964-1975)*. [em linha]. Cahier de la recherche doctrinale. Centre de Doctrine d' Emploi des Forces (CDEF). Division



- Recherche et Retour d'Expérience (DREX). Ministère de la Défense. République Française. 18 juillet 2010 [Acedido em 13 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em: <
http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/cahiers_drex/cahier_recherche/Contre_insurrection_%20Mozambique.pdf>
- KEEGAN, John (1996). *La Grande Storia Della Guerra: Dalla preistoria ai giorni nostri*. CDE S.p.A.- Milano, aprile 1996. Milano.
 - KILCULLEN, David (2009). *The Accidental Guerrilla: Fighting Small Wars in the Midst of a Big One*. Oxford University Press. New York. 2009.
 - KILCULLEN, David (2010). *Counterinsurgency*. Hurst & Company. London..
 - KING, Dr Anthony (2004). *The Ethos of the Royal Marines, The Precise Application of Will*. [em linha]. Department of Sociology University of Exeter. May 2004. [Acedido em 04 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <
<http://people.exeter.ac.uk/acking/Papers/RMethos4.doc>>
 - KISZELY (2006a), Lieutenant General Sir John. *Counterinsurgency in the 21st Century: Creating a Comprehensive Approach. A British View*. [em linha] (US Government Counterinsurgency Conference, Washington, 28-29 SEP 06. [Acedido em 11 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <
http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/uscoin/kiszely_sept2006.pdf>
 - KISZELY (2006b), John. *Learning about Counter-Insurgency*. [em linha]. RUSI Journal. December 2006. [Acedido em 11 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <
http://usacac.army.mil/cac2/coin/repository/Learning_About_Counterinsurgency_RUSI_Journal-Kiszely%28Dec06%29.pdf>
 - KISSINGER, Henry (1994). *Diplomacia*. 2.^a Edição. Abril de 2002. Gradiva. Lisboa:
 - KITSON, Major. Frank (1960). *Gangs and Counter-gangs*. Barrie and Rockliff. London.
 - KITSON, Frank (1971). *Low Intensity Operations. Subversion, Insurgency, Peace-keeping*. Faber and Faber. London.
 - LAFEBER, Walter (1993). *Inevitable Revolutions. The United States in Central America*. 2nd Edition. W W Norton & Company. New York.
 - LASCONJARIAS, Lieutenant, JOUAN Sous-lieutenant (2005). *Les «Sections Administratives Spécialisées» en Algérie : Un Outil pour la Stabilisation*. [em linha].



- Cahier de la recherche doctrinale. Centre de Doctrine d' Emploi des Forces (CDEF). Division Recherche et Retour d'Expérience (DREX). Ministère de la Défense. République Française. le 21 octobre 2005 Paris, [Acedido em 22 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <
http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/cahiers_drex/cahier_recherche/section_administrative_specialise_algerie.pdf>
- LDN, (2009). *Lei de Defesa Nacional*. Lei n.º 31-A/2009, DR nº 129, I Série, 7 de Julho de 2009.
 - LDNFA, (1982). *Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas*. Lei n.º 29/82, DR nº 285. II Série. 11 de Dezembro de 1982.
 - LEGUAY, Anthony (2009). *État d'Urgence en Malaisie un Exemple d'Adaptation à la Contre-Insurrection par les Forces Britanniques 1948-1960*. [em linha]. Cahier de la recherche doctrinale. Centre de Doctrine d' Emploi des Forces (CDEF). Division Recherche et Retour d'Expérience (DREX). Ministère de la Défense. République Française. 15 juillet 2009. [Acedido em 22 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <
http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/cahiers_drex/cahier_recherche/Malaisie.pdf>
 - LEONHARD, Robert R. (1994). *The Art of Maneuver: Maneuver-Warfare Theory and AirLand Battle*. Presidio Press, Novato-California.
 - LE GUEN, Adèle (2006). *L'Emploi des Forces Terrestres dans les Missions de Stabilisation en Algérie*. [em linha]. Cahier de la recherche doctrinale. Centre de Doctrine d' Emploi des Forces (CDEF). Division Recherche et Retour d'Expérience (DREX). Ministère de la Défense. République Française. JUIN 2006. [Acedido em 22 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/cahiers_drex/les_cahiers_recherche.htm>
 - Lei nº 44/86, de 30 Setembro. *Regime do Estado de Sítio e de Emergência*.
 - Lei nº 52/03, de 22 Agosto. *Lei de combate ao terrorismo*.
 - Lei n.º 109/2009. *Lei do Cibercrime*. DR n.º 179. I série. 15 de Setembro de 2009.
 - LIND, William S. (2004). *Understanding Fourth Generation War*. [em linha]. Military Review. September-October 2004. [Acedido em 11 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <



- <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/milreview/lind.pdf>>
- LNKP (2009). AAVV. *Las Nuevas Guerras y la Polemologia*. [em linha]. Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional. Outubro, 2009. [Acedido em 07 de Novembro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.portalcultura.mde.es/Galerias/publicaciones/fichero/Monografia111.pdf>>
 - LOBOFA, (2009). *Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas*. Lei Orgânica n.º 1-A/2009. DR n.º 129. I série. 7 de Julho de 2009.
 - LONSDALE, Mark V. (2008). *Criminal Activity in an Insurgent environment & Counterinsurgency. Une étude de cas – Afghanistan 2001-2008*. [em linha]. 18 August, 2008. Universite Pantheon-Assas, Paris II. [Acedido em 12 de Fevereiro de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.drmcc.org/IMG/pdf/COIN_MCC_Lonsdale_18_AUG_2008.pdf>
 - LORENA, Sofia (2010). “O M16 não tortura” mas os dilemas “são constantes”. in Público. 29 de Outubro de 2010. Lisboa.
 - LSI, (2008). *Lei de Segurança Interna*. Lei n.º 53/2008, de 4 de Setembro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 66-A/2008, de 28 de Outubro.
 - LUTTWAK, Edward (2007). *Dead end: Counterinsurgency warfare as military malpractice*. [em linha]. Harper’s Magazine. February 2007. [Acedido em 29 de Setembro 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.harpers.org/archive/2007/02/0081384>>
 - MAHADEVAN, Prem. (2008). *The Gill Doctrine. A Model for 21st Century Counterterrorism?* [em linha]. Faultlines: Volume 19, April 2008. [Acedido em 10 de Fevereiro 2011]. Disponível na internet em: <<http://www.satp.org/satporgtp/publication/faultlines/volume19/Article1.htm>>
 - *Manual do Oficial do Estado-Maior Conjunto* (1993) Estado-Maior General das Forças Armadas: PEMGFA/OPS 100. 06 Janeiro 1993. Lisboa.
 - *Manual do Oficial Miliciano* (1967). Estado-Maior do Exército. Lisboa.
 - MAO, Tse-Toung (2004). *Problemas Estratégicos da Guerra Subversiva*. Edições Sílabo. Lisboa.
 - MARIGHELLA. *Manual do Guerrilheiro Urbano e outros textos*. Assírio & Alvim.
 - MARQUIS, Susan L. (1997). *Unconventional Warfare. Rebuilding U.S. Special Operations Forces*. Brookings Institution Press. Washington, D.C..
 - McCRHYSTAL, Stanley A. (2009). *ISAF Commander’s Counterinsurgency*



- Guidance*. [em linha]. North Atlantic Treaty Organisation (NATO), ISAF Headquarters, Kabul, Afghanistan (Fall 2009), [Acedido em 17 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.nato.int/isaf/docu/official_texts/counterinsurgency_guidance.pdf>
- McFATE, Montgomery, J.D., Ph.D. (2005). *Anthropology and Counterinsurgency: The Strange Story of their Curious Relationship*. [em linha]. Military Review. March - April 2005. [Acedido em 08 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/milreview/mcfate.pdf>>
 - McINNES, Colin (1996). *Hot War Cold War*. Brassey's. London.
 - MEYERLE, Jerry. KATT, Megan. GAVRILIS, Jim (2010). *Counterinsurgency on the Ground in Afghanistan: How different units adapted to local conditions*. [em linha]. CNA. Analysis & Solutions. November 2010. [Acedido em 03 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.wuerzburg.sicherheitspolitik.de/uploads/media/122010_Anhang1.pdf>
 - METZ, Steven e MILLEN, Raymond. *Insurgency In Iraq And Afghanistan: Change And Continuity*. [em linha]. Strategic Studies Institute. [Acedido em 03 de Novembro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.dni.gov/nic/PDF_GIF_2020_Support/2004_05_25_papers/insurgency.pdf>
 - MFOUU (1970). *Memorando das Funções dos Oficiais na Unidades do Ultramar*. 2º Repartição. EME. Ministério do Exército (4 de Julho de 1967). 3ª Edição. Lisboa.
 - MIFA 04, (2004). *Missões Específicas das Forças Armadas*. Lisboa: CSDN.
 - MILLEN, LTC Raymond A. (2006). The Yin and Yang of Counterinsurgency in Urban Terrain. *Counterinsurgency*. [em linha]. Joint Center for Operational Analysis Quarterly Bulletin, Volume VIII, Issue 3, September 2006. USJFCOM JWFC ATTN: Joint Center for Operational Analysis and Lessons Learned (JCOA-LL). [Acedido em 22 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA521486>>
 - MITCHEL. Dr. William (2008). *Comprehensive Approach Capacity Building: Implementing the Effects Based Approach to Military Operations*. [em linha]. Institute for Leadership and Organisation. Faculty of Military Psychology, Leadership and Pedagogy. Royal Danish Defence College. November 2008. [Acedido em 20 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em: <



- <http://www.forsvaret.dk/FAK/Publikationer/Rapporter/Documents/Comprehensive%20Approach%20Capacity%20Building.pdf>>
- MNE, (2008). *Tratado de Lisboa*. Fevereiro de 2008: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
 - MOYAR, Mark (2009). *A Question of Command. Counterinsurgency from the Civil War to Iraq*. Yale University Press. New Haven & London.
 - MOREIRA, Adriano (1999). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Almedina.
 - MOREMAN, T. R. (1997). “*Small Wars*” and “*Imperial Policing*”: *The British Army and the Theory and Practice of Colonial Warfare in the British Empire, 1919-1939*. in Reid, Brian Holden (1997). *Military Power: Land Warfare in Theory and Practice*, Frank Cass. London, Portland-OR.
 - MORGADO. MAJ Andrew (2006). *Turkish Culture and its Influence on the Counter-Insurgency Campaign Against the Kurdistan Worker’s Party (PKK)*. [em linha]. School of Advanced Military Studies. United States Army Command and General Staff College. Fort Leavenworth, Kansas.25-05-2006. [Acedido em 17 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf&AD=ADA450503>>
 - MORIN, Tony (2009). *La Guerre du Dhofar (1965 – 1976): Un Modèle de Contre-Rebellion*. [em linha]. Cahier de la recherche doctrinale. Centre de Doctrine d’ Emploi des Forces (CDEF). Division Recherche et Retour d’Expérience (DREX). Ministère de la Défense. République Française. Paris, le 12 novembre 2009. [Acedido em 31 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/cahiers_drex/cahier_recherche/Dhofar.pdf>
 - MOURA, Coronel de Infantaria Rui Fernando Baptista (2010). *Doutrina Militar Conjunta: contributos para a concepção, ratificação, aprovação, difusão e implementação. Articulação com o ensino militar conjunto*. Trabalho de Investigação Individual, CPOG. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares. Lisboa.
 - MUMFORD, Lieutenant Colonel Mick (2006). *Victory Despite Defeat?* [em linha]. Australian Army Journal. Volume III. Nº 1. Summer 2005-06. [Acedido em 10 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.army.gov.au/lwsc/Docs/AAJ_Summer_05_06.pdf> .
 - MURRAY, Williamson, KNOX, MacGregor, BERNSTEIN, Alvin (1994). *The*



- Making of Strategy. Rulers, States, and War. Cambridge University Press. Cambridge,UK.
- NAGL, John A. (2005). *Learning to Eat Soup with a Knife. Counterinsurgency Lessons from Malaya and Vietnam*. The University of Chicago Press.Chicago, London.
 - NATO (2010). North Atlantic Treaty Organization (2010). *Strategic Concept* [em linha] [Acedido em 12 de Fevereiro de 2011].. Disponível na Internet em: <http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_56626.htm>.
 - NEILLANDS, Robin (1996). *A Fighting Retreat. The British Empire 1947-97*. Hodder and Stoughton. London.
 - NDD (2005). *Netherlands Defence Doctrine*. Netherlands Defence Staff, September 2005. The Hague.
 - NYE, Joseph, (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais. Uma Introdução à Teoria e à História*. 1.^a ed.: Gradiva. Lisboa.
 - O-0-2-7 (1979). *Orientaciones O-0-2-7. Lucha de Guerrillas y Contraguerrillas*. Estado Mayor del Ejercito. Madrid. 16 de octubre de 1979.
 - O-0-1-20 (1982). *Orientaciones O-0-1-20. Unidades de Operaciones Especiales*. Estado Mayor del Ejercito. Madrid. 2 de abril de 1982
 - OLIVEIRA, Hermes de Araújo (1965). *Guerra Subversiva. Subsídios para uma estratégia de reacção*. Lisboa.
 - O'NEILL, Mark (2009). *Confronting the Hydra Big problems with small arms*. [em linha]. Lowy Institute for International Policy, Paper 28, 2009. [Acedido em 04 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: http://www.humansecuritygateway.com/documents/LOWY_ConfrontingTheHydraBigProblemsWithSmallArms.pdf>
 - PARET, Peter (1986). *Makers of Modern Strategy*. Princeton University Press. Princeton, New Jersey.
 - PARKER, Geoffrey (2005). *The Cambridge History of Warfare*. Cambridge University Press. New York.
 - PASCHAL, Lieutenant Colonel David G.(2006). *United States Army Irregular Warfare Impact on Future Professional Military Education*. [em linha]. 15 January 2006. U.S. Army War College,Carlisle Barracks,Carlisle,PA, [Acedido em 04 de Novembro de 2010]. Disponível na internet em.



- http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/army-usawc/paschal_irreg_pme.pdf>
- PATRY, Jean-Jacques, MARRET, Jean-Luc (2004). *Les Forces Terrestres en Opération: Quels Modes d'Actions Face à des Adversaires Asymétriques*. [em linha]. Cahier de la recherche doctrinale. Centre de Doctrine d' Emploi des Forces (CDEF). Division Recherche et Retour d'Expérience (DREX). Ministère de la Défense. République Française. Paris, le 7 octobre 2004. [Acedido em 27 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/cahiers_drex/cahier_recherche/asymetrie.pdf>
 - (PCMI) (2005). AAVV. *Portugal e os Conflitos Militares Internacionais. Actas-Volume II*. Comissão Portuguesa de História Militar. Setembro 2005
 - PDE 3-09-00 (2010). *Operações Não Convencionais.Exército Português*. Ministério da Defesa Nacional. Setembro de 2010. Lisboa.
 - PIERCE, Colonel William G., U.S. Army, Retired, Ph.D., e COON, Colonel Robert C., U.S. Army, Retired (2007). *Understanding the Link between Center of Gravity and Mission Accomplishment*. [em linha]. Military Review. May-June 2007. [Acedido em 05 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.carlisle.army.mil/usawc/dmspo/Publications/Center%20of%20Gravity%20Article.pdf>> .
 - PICHELIN, Quentin (2009). *Vaincre Une Guérilla? Le Cas Français en Algérie*. [em linha]. Cahier de la recherche doctrinale. Centre de Doctrine d' Emploi des Forces (CDEF). Division Recherche et Retour d'Expérience (DREX). Ministère de la Défense. République Française. [Acedido em 17 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/cahiers_drex/cahier_recherche/vaincre_guerilla.pdf>
 - PIMLOTT, John (1986). *British Military Operations 1945-1985*. Bison Books. London.
 - PIRES, LTC Nuno C. B. Lemos (2010). *Portuguese thinkers on Counter-Insurgency*. Manuscrito.
 - PGov XVIII, (2009). *Programa do XVIII Governo Constitucional*. [em linha]. Disponível na Internet em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Documentos/Programa_GC18.pdf>.



- PORCH; Douglas (1986). Bugeaud, Galliéni, Lyautey: The Development of French Colonial Warfare. in PARET, Peter. *Makers of Modern Strategy, from Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton University Press. Princeton, New Jersey.
- QUIVY, Raymond (2000). CAMPENHOUDT, Luc. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4.^a ed. Lisboa: Gradiva.
- RABASA, Angel, et al. (2007) *Money in the Bank Lessons Learned from Past Counterinsurgency (COIN) Operations*. [em linha]. RAND. 2007. [Acedido em 16 de Novembro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.rand.org/pubs/occasional_papers/2007/RAND_OP-185.pdf>
- RAFFRAY, Mériadec (2008). *Les Soviétiques en Afghanistan 1979-1989.L'Armée Rouge Bouleversée*. [em linha]. Cahier de la recherche doctrinale. Centre de Doctrine d'Emploi des Forces (CDEF). Division Recherche et Retour d'Expérience (DREX). Ministère de la Défense. République Française 17 novembre 2008. [Acedido em 14 de Novembro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.ecoledeguerre.defense.gouv.fr/IMG/pdf/sovietique_afghanistan.pdf>
- RAMALHO, José Luís Pinto (2005). O Conflito Assimétrico e o Desafio da Resposta- Uma Reflexão. *Revista Militar*. Nº 2443/2444- Agosto/Setembro de 2005. Lisboa.
- RAMALHO, José Luís Pinto (2010). A Manobra da Contra-Subversão na Perspectiva de Forças Terrestres com a Dimensão Estratégica de Portugal. *Estratégia*. Vol. XIX-2010. p. 315-334. Instituto Português da Conjuntura Estratégica. Lisboa:
- RCM73, (2009). *Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento*. Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2009. DR n.º 165. I série. 26 de Agosto de 2009.
- *RC 130 – 1 Operações(1987)*, Volume I: Estado-Maior do Exército, 01Out87. Lisboa.
- *RC Operações (2005)*, Estado-Maior do Exército, 30 de Setembro 2005. Lisboa.
- *RC Operações (1975)*, Volume I: Estado-Maior do Exército. 1971.Lisboa.
- *RC Operações (1979)*, Volume II: Estado-Maior do Exército. 1979. Lisboa.
- RECORD, Jeffrey (2006). *The American Way of War. Cultural Barriers to Successful Counterinsurgency*. [em linha]. September 1, 2006. [Acedido em 04 de Março de 2011]. Disponível na internet em: <<http://www.cato.org/pubs/pas/pa577.pdf>>
- REID, Brian Holden (1997). *Military Power: Land Warfare in Theory and Practice*, Frank Cass. London, Portland-OR.
- REIS, Bruno Cardoso (2006). *Theoretical Explorations of British, French and Portuguese Counterinsurgency Doctrine*. King's College London – Portuguese



Ministry of Science .

- REIS, TCOR Jorge M. L. Nunes dos (2002). *Os Níveis da Guerra. A Manobra Tática e Operacional. A Organização e a Tecnologia*. Dezembro 2002. Academia Militar. Lisboa.
- RINGMOSE. PhD Jens et al (2008) .*The Anatomy of Counterinsurgency Warfare*. [em linha]. Faculty of Strategy and Military Operations Royal Danish Defence College, Copenhagen. October 2008. [Acedido em 04 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <
<http://www.forsvaret.dk/FAK/Publikationer/Rapporter/Documents/Counterinsurgency%20Warfare.pdf> >
- RMM (1963). *Operações Anti-Terroristas na Malásia*. Gabinete de Estudos e Traduções. Quartel-General. Região Militar de Moçambique. Publicação N°2. 2ªEdição. Junho-63.
- RODRIGUES, Alexandre Reis (2002). *Nos meandros da política de defesa*. Editorial Notícias. Lisboa:
- RODRIGUES, Rui e SOARES, Francisco Ribeiro e GODINHO, António M. (1995). *Os Últimos Guerreiros do Império*. Erasmos. Amadora.
- ROSE, General Sir Michael (1998). *Fighting for Peace: Bosnia 1994*. Harvill. London.
- ROSENAU, William (2007). *Subversion and Insurgency*. [em linha]. RAND, 2007. [Acedido em 10 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em:<
http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/occasional_papers/2007/RAND_OP172.pdf>
- SANTO, General Gabriel Augusto do Espírito (2000). *A experiência das campanhas de África no contexto actual. As operações de apoio à Paz*. Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974). Março 2000. Instituto de Altos Estudos Militares. Lisboa:
- SANTOS, Loureiro dos (1983). *Incursões no Domínio da Estratégia*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa:
- SANTOS, Loureiro dos (2003). *A Idade Imperial: A Nova Era*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa América. Mem Martins.
- SANTOS, Loureiro dos (2010). *História Concisa de Como se Faz a Guerra*. Dezembro de 2010. Publicações Europa América. Mem Martins.



- SAWYER, Ralph D.(1996). *The Art of the Warrior. Leadership and Strategy from the Chinese Military Classics*. Shambhala Publications. Boston.
- SAWYER, Ralph D.(2007). *The Seven Military Classics of Ancient China*. Basic Books. New York.
- SHARP, Admiral U.S. Grant (1993). *Strategy for Defeat, Vietnam in Retrospect*, Presidio Press. Novato,CA.
- SHIRREFF, Lieutenant General Sir Richard (2010). *Unity of Purpose in Hybrid Conflict: Managing the Civilian/Military Disconnect and 'Operationalizing' the Comprehensive Approach*. [em linha]. Transcript: Unity of Purpose in Hybrid Conflict. Chatham House, 23 March 2010. [Acedido em 13 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.chathamhouse.org.uk/files/16229_230310shirreff.pdf>
- SILVA, José M. Esperança (2008). *A cooperação institucional e funcional entre as Forças Armadas e as Forças de Segurança: A capacidade das Forças Armadas para colaborar na prevenção e combate ao crime organizado e fazer face às ameaças terroristas. Os conceitos de segurança interna e segurança externa e as suas linhas de separação*. TII CPOG. IESM. Lisboa.
- SMITH, Justin O. (2010). *Maritime Interdiction in Counterinsurgency: The Role of the Sri Lankan Navy in the Defeat of the Tamil Tigers*. [em linha]. Naval Postgraduate School. Monterey, CA June 2010. [Acedido em 17 de Fevereiro de 2011]. Disponível na internet em: <http://edocs.nps.edu/npspubs/scholarly/theses/2010/Jun/10Jun_Smith_Justin.pdf>
- SMITH, Rupert (2006). *The Utility of Force. The Art of War in the Modern World*. Penguin Books. London.
- SUN TZU (2008). *A Arte da Guerra*. Quasi Edições. Vila Nova de Famalicão.
- SUN TZU, HANZHANG, General Tao (1993). *The Art of War*. Wordsworth Editions. Ware, UK.
- STAEHELI, Paul W. (2010). *Collapsing Insurgent Organizations Through Leadership Decapitation: A Comparison of Targeted Killing and Targeted Incarceration in Insurgent Organizations*. [em linha]. Naval Postgraduate School. Monterey. CA March 2010. [Acedido em 05 de Março de 2011]. Disponível na internet em: <http://edocs.nps.edu/npspubs/scholarly/theses/2010/Mar/10Mar_Staeheli.pdf>
- STANILAND, Paul (2010). *Between a Rock and a Hard Place: Insurgent Fratricide*,



- Ethnic Defection, and the Rise of Pro-State Paramilitaries*. [em linha]. [Acedido em 27 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://web.mit.edu/polisci/research/gradresearch/StanilandEthnicDefectionISA.pdf>>
- STUEBNER, William A. et HIRSCH, Richard (2010). *Mindanao A Community-based Approach to Counterinsurgency*. [em linha]. PRISM 1, no. 3. National Defense University. Washington. June 2010. [Acedido em 07 de Novembro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.ndu.edu/press/lib/images/prism1-3/Prism_129-138_Stuebner_Hirsch.pdf>
 - TABER, Robert (2002). *War of the Flea. The Classic Study of Guerrilla Warfare*. Brassey's, Inc. Washington.
 - TAILLAT, Stéphane (2010). *National Traditions and International Context: French Adaptation to Counterinsurgency in the 21st Century*. [em linha]. Security Challenges. Vol6 N°1 (Autumn 2010). [Acedido em 04 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.securitychallenges.org.au/ArticlePDFs/vol6no1Taillat.pdf>>
 - TISSERON, Antonin (2010). *Par le Fer et par le Sang 1961-2002 : 42 ans de combats en Angola 1961-2002*. [em linha]. Cahier de la recherche doctrinale. Centre de Doctrine d'Emploi des Forces (CDEF). Division Recherche et Retour d'Expérience (DREX). Ministère de la Défense. République Française. Paris, le 19 juillet 2010. [Acedido em 31 de Dezembro de 2010]. Disponível na internet em: http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/cahiers_drex/cahier_recherche/angola.pdf>
 - THOMPSON (1991), Julian. *Lifeblood of War, Logistics in Armed Conflict*. Brassey's, 1991. London.
 - THOTTAM (2010), Jyoti. *India's Scourge*. in Time. Vol. 176.N° 18. November 1. 2010. (pg.26-31).
 - UCKO, David H. (2009). *The New Counterinsurgency Era. Transforming the U.S. Military for Modern Wars*. Georgetown University Press. Washington.
 - (UMW). AAVV. 2008. *Understanding Modern Warfare*. Cambridge University Press.
 - USGov (2009). *U.S. Government COIN Guide*. [em linha]. Bureau of Political-Military Affairs, Department of State. January 2009. [Acedido em 08 de Outubro de 2010]: <www.state.gov/t/pm/ppa/pmppt>
 - USMC (1940). *Small Wars Manual (reprint 1940)*. [em linha]. NAVMC 289o.



- Department of the Navy. Headquarters United States Marine Corps. Washington DC. 1 Apr 1987. [Acedido em 17 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/swm/full.pdf>>
- VALEYRE, LTN (R) Bertrand e GUERIN Alexandre (2009). *De Galula à Petraeus - L'héritage français dans la pensée américaine de la contre-insurrection*. [em linha] Cahier de la recherche doctrinale. Centre de Doctrine d' Emploi des Forces (CDEF). Division Recherche et Retour d'Expérience (DREX). Ministère de la Défense. République Française. Paris, le 7 mai 2009. [Acedido em 31 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <http://www.cdef.terre.defense.gouv.fr/publications/cahiers_drex/les_cahiers_recherche.htm>
 - VICK, Alan J. et al. (2006). *Air Power in the New Counterinsurgency Era : the Strategic Importance of USAF Advisory and Assistance Missions* . [em linha]. RAND Corporation.. [Acedido em 04 de Março de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.rand.org/pubs/monographs/2006/RAND_MG509.pdf>
 - WADDELL, Ricky L. (1993). *Maneuver Warfare and Low-Intensity Conflict*. in Hooker, Richard D. (1993). *Maneuver Warfare: an Anthology*. Presidio, Novato, CA.
 - WAGENEN, Maj USA Matthew J. van (2004). *An Analysis of the Indian Government's Counterinsurgency Campaign in Jammu and Kashmir*. [em linha]. U.S. Army Command and General Staff College. Fort Leavenworth, Kansas. 2004. [Acedido em 04 de Outubro de 2010]. Disponível na internet em: <<http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA428962>>
 - WIPFLI, Ralph, METZ, Dr. Steven (2007). *Coin of the Realm: U.S. Counterynsurgency*. [em linha] Strategy. Strategic Studies Institute. October, 22, 2007. [Acedido em 04 de Fevereiro de 2011]. Disponível na internet em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/PUB846.pdf>>

Sítios na Internet

- AIR WAR COLLEGE – <http://www.au.af.mil/au/awc>
- CENTRO SUPERIOR DE ESTUDIOS DE LA DEFENSA NACIONAL – <http://www.ceseden.es>
- CENTER FOR NAVAL ANALYSIS (CNA) – <http://www.cna.org>



- CENTER FOR ADVANCED OPERATIONAL CULTURE LEARNING -
<http://www.tecom.usmc.mil/caocl/>
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA – <http://www.esg.br>
- ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS – <http://www.emgfa.pt>
- EXÉRCITO PORTUGUÊS – <http://www.exercito.pt>
- FORÇA AÉREA PORTUGUESA – <http://www.emfa.pt>
- GOVERNO PORTUGUÊS – <http://www.portugal.gov.pt>
- INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES – <http://www.iss.europa.eu>
- INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL – <http://www.idn.gov.pt>
- INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS –
<http://www.ieei.pt>
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – <http://www.ine.pt>
- JORNAL DE DEFESA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS –
<http://www.jornaldefesa.com.pt>
- JORNAL PÚBLICO – <http://publico.pt>
- MARINHA DE GUERRA PORTUGUESA – <http://www.marinha.pt>
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA – <http://www.mai.gov.pt>
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL – <http://www.mdn.gov.pt>
- MILITARY EDUCATION RESEARCH LIBRARY NETWORK –
<http://merln.ndu.edu>
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – <http://www.un.org>
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE – <http://www.nato.int>
- STRATEGIC STUDIES INSTITUTE – <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil>
- UNIÃO EUROPEIA – <http://europa.eu>
- UNITED KINGDOM MINISTRY OF DEFENCE – <http://www.mod.uk>
- UNITED STATES ARMY – <http://www.army.mil>

Entrevistas

- BARBAS, Coronel João Manuel Assis , Chefe do Estado-Maior do Joint Analysis and Lessons Learned (JALLC),NATO, 21 de Dezembro de 2010.
- BORGES, Major- General Hugo Reis, 22 de Dezembro de 2010.
- BRANCO, Major-General Martins, 4 de Janeiro de 2011.



- CUNHA, Major-General Raúl Luís de Moraes Lima Ferreira da. Cmdt da Brigada de Reacção Rápida, 28 de Outubro de 2010.
- CURTAZ, COL (FRA A) Frederic. Oficial do Estado-Maior do Joint Analysis and Lessons Learned (JALLC), Branch Head Exercise, Training and Experimentation Branch. NATO, 13 de Janeiro de 2011.
- DIAS, Maj Paulo Rodrigues, Oficial do Estado-Maior do Joint Analysis and Lessons Learned (JALLC). NATO. 21 de Dezembro de 2010.
- FIESER, LTC (DEU A) Mathias. Oficial do Estado-Maior do Joint Analysis and Lessons Learned (JALLC), NATO, 21 de Dezembro de 2010.
- FONSECA; Cor César Nunes da. ex-Strategic Plans and Policy Advisor/Mentor 1, NATO Training Mission in Iraq (NTM-I). 2 de Dezembro de 2010..
- MENEZES, Major-General António Xavier Lobato Faria. Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico Militar. EMGFA. 16 de Março de 2011.
- MOREIRA, CMG FZ Teixeira, Chefe do Estado-Maior do Comando do Corpo de Fuzileiros, 5 de Março de 2011.
- RUIVO, Tenente-Coronel J A E M, Centro de Tropas Comando, 26 de Outubro de 2010.



Apêndice I

GLOSSÁRIO DE CONCEITOS

ACTIVIDADE IRREGULAR - Ver *Irregular Activity*.

ALIANÇA - Ver *Alliance*.

ALLIANCE - *The relationship that results from a formal agreement (e.g., treaty) between two or more nations for broad, long-term objectives that further the common interests of the members. (JP 3-0). JP 1-02. 18.*

AMEAÇA - *Qualquer acontecimento ou acção (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objectivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais. Produto de uma possibilidade por uma intenção. (Couto, 1988: 329).*

AMEAÇA ASSIMÉTRICA - Ver *Asymmetric Threat*.

ASSIMETRIA

a. *negativa, (ou assimetria) - que envolve uma ameaça às vulnerabilidades detectadas num dispositivo inimigo, com potencial significativamente superior;*

b. *ea assimetria positiva, (ou dissimetria)- que utiliza potencialidades (por exemplotecnológicas), para obter vantagens sobre um dispositivo inimigo com potencial significativamente inferior.*

RC Operações (2005). 1 – 4.

ASYMMETRIC THREAT - *A threat emanating from the potential use of dissimilar means or methods to circumvent or negate an opponent's strengths while exploiting his weaknesses to obtain a disproportionate result. 01 Oct 2003. AAP-6(2010). 2-A-20.*

CAVEAT - *In NATO operations, any limitation, restriction or constraint by a nation on its military forces or civilian elements under NATO command and control or otherwise available to NATO, that does not permit NATO commanders to deploy and employ these assets fully in line with the approved operation plan. Note: A caveat may apply inter alia to freedom of movement within the joint operations area and/or to compliance with the approved rules of engagement. 20 Jun 2006. AAP-6(2010). 2-C-2*

CENTRO DE GRAVIDADE - Ver *Centre of Gravity*.

CENTRE OF GRAVITY (COG) - *Characteristics, capabilities or localities from which a nation, an alliance, a military force or other grouping derives its freedom of action, physical strength or will to fight. 25 Sep 1998. AAP-6(2010). 2-C-3.*

COOPERAÇÃO-CIVIL-MILITAR - Ver *Civil-Military Cooperation*.

CIVIL-MILITARY COOPERATION (CIMIC) - *The coordination and cooperation, in support of the mission, between the NATO Commander and civil actors, including the national population and local authorities, as well as international, national and non-governmental organizations and agencies. 14 Oct 2002. AAP-6(2010). 2-C-5.*



COALITION - (joint) *An ad hoc arrangement between two or more nations for common action.* (JP 1-02) Glossary-4 FM 3-24/MCWP 3-33.5 15 December 2006.

COLIGAÇÃO - Ver *Coalition*.

COMMONALITY - *The state achieved when the same doctrine, procedures or equipment are used.* 04 Oct 2000. AAP-6(2010). 2-C-11.

COMPREHENSIVE APPROACH - *Commonly understood principles and collaborative processes that enhance the likelihood of favourable and enduring outcomes within a particular situation.* (BDD (3rd Edition)). (JDP 3-40,2009: Lexicon-8).

CONFLICT - *An armed struggle or clash between organized groups within a nation or between nations in order to achieve limited political or military objectives. Although regular forces are often involved, irregular forces frequently predominate. Conflict often is protracted, confined to a restricted geographic area, and constrained in weaponry and level of violence. Within this state, military power in response to threats may be exercised in an indirect manner while supportive of other instruments of national power. Limited objectives may be achieved by the short, focused, and direct application of force.* (JP 3-0). (JP 1-02, 2011: 74).

CONFLITO - Ver *Conflict*.

CONTRAINSURREIÇÃO - Ver *Counterinsurgency*.

CONTRASUBVERSÃO - Ver *Countersubversion*.

CONTRATERRORISMO - Ver *Counterterrorism*.

COUNTERSUBVERSION - *That aspect of counterintelligence designed to detect, destroy, neutralize, or prevent subversive activities through the identification, exploitation, penetration, manipulation, deception, and repression of individuals, groups, or organizations conducting or suspected of conducting subversive activities.* (JP 1-02, 2011: 86).

COUNTERINSURGENCY (COIN)

- (joint) *Those military, paramilitary, political, economic, psychological, and civic actions taken by a government to defeat insurgency.* (JP 1-02). Glossary-4 FM 3-24/MCWP 3-33.5 15. December 2006.

- *Comprehensive civilian and military efforts taken to defeat an insurgency and to address any core grievances. Also called COIN.* (JP 3-24) . IW JOC2. B-1.

COUNTERTERRORISM - (joint) *Operations that include the offensive measures taken to prevent, deter, preempt, and respond to terrorism.* . (JP 1-02). Glossary-4 FM 3-24/MCWP 3-33.5 15. December 2006.

DOCTRINE - *Fundamental principles by which the military forces guide their actions in support of objectives. It is authoritative but requires judgment in application.* 01 Mar 1973. AAP-6(2010). 2-D-9.



DEFESA NACIONAL

1 – A defesa nacional tem por objectivos garantir a soberania do Estado, a independência nacional e a integridade territorial de Portugal, bem como assegurar a liberdade e a segurança das populações e a protecção dos valores fundamentais da ordem constitucional contra qualquer agressão ou ameaça externas.

2 – A defesa nacional assegura ainda o cumprimento dos compromissos internacionais do Estado no domínio militar, de acordo com o interesse nacional. (LDN, 2009: art.º 1º).

DOCTRINA - Ver Doutrina.

ESTADO FALHADO - Ver *Failed State*.

FAILED STATE - A failed state is where remnants of a host nation government, or some form of potential host nation government, may still exist.

Note: However, in such states, the government does not have a monopoly on the use of force, cannot provide security or simple basic services, and is not sufficiently legitimate or effective to protect its borders, citizens, or even itself. It may exert a very weak level of governance and rule of law in all or part of the state but, overall, the mechanisms and tools of governance have largely collapsed. (JDP 3-40, 2009: Lexicon-9).

FOURTH-GENERATION WAR (4GW) - an evolved form of insurgency that employs all available networks—political, economic, social, military—to convince an opponent’s decisionmakers that their strategic goals are either unachievable or too costly. (Echevarria II, 2005:v)

GUERRA NÃO-CONVENCIONAL - Ver *Unconventional Warfare*.

HOST NATION - A nation which, by agreement:

a. receives forces and materiel of NATO or other nations operating on/from or transiting through its territory;

b. allows materiel and/or NATO organizations to be located on its territory; and/or

c. provides support for these purposes. 04 Oct 2000. AAP-6(2010). 2-H-4

- A nation which receives the forces and/or supplies of allied nations and/or NATO organizations to be located on, to operate in, or to transit through its territory. Also called HN. (JP 3-57). (JP 1-02, 2011: 166)

HOT PURSUIT - Pursuit commenced within the territory, internal waters, the archipelagic waters, the territorial sea, or territorial airspace of the pursuing state and continued without interruption beyond the territory, territorial sea, or airspace. Hot pursuit also exists if pursuit commences within the contiguous or exclusive economic zones or on the continental shelf of the pursuing state, continues without interruption, and is undertaken based on a violation of the rights for the protection of which the zone was established. The right of hot pursuit ceases as soon as the ship or hostile force pursued enters the territory or territorial sea of its own state or of a third state. This definition does not imply that force may or may not be used in connection with hot pursuit.

NOTE: This term applies only to law enforcement activities. (JP 1-02, 2011: 166)

INSURREIÇÃO - Ver *Insurgency*.

INSURGENCY - An organized movement aimed at the overthrow of a constituted government through use of subversion and armed conflict. 01 Jul 1980. AAP-6(2010). 2-I-5.



INTEROPERABILIDADE - Ver *Interoperability*.

INTEROPERABILITY - *The ability to act together coherently, effectively and efficiently to achieve Allied tactical, operational and strategic objectives.* 09 Dec 2009. AAP-6(2010). 2-I-8.

IRREGULAR ACTIVITY - *The use or threat of force by irregular forces, groups or individuals, frequently ideologically or criminally motivated, to effect or prevent change as a challenge to governance and authority.* (AJP-3.4.4; a proposed new term and definition). (AJP-3.4.4, 2011: Lexicon-4.)

LINE OF OPERATION (LoO) - *In a campaign or operation, a line linking decisive points in time and space on the path to the centre of gravity.* 01 Oct 2001. AAP-6(2010). 2-L-4.

OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO - Ver *Stability Operations*.

RISCO - Ver *Risk*.

RISK - *Probability and severity of loss linked to hazards.* (JP 3-33). (JP 1-02, 2001: 316)

STABILITY OPERATIONS - (joint) *An overarching term encompassing various military missions, tasks, and activities conducted outside the United States in coordination with other instruments of national power to maintain or reestablish a safe and secure environment, provide essential governmental services, emergency infrastructure reconstruction, and humanitarian relief.* (JP 1-02). Glossary-8 FM 3-24/MCWP 3-33.5 15 December 2006.

TERRORISM - *The unlawful use or threatened use of force or violence against individuals or property in an attempt to coerce or intimidate governments or societies to achieve political, religious or ideological objectives.* 01 Sep 1989. AAP-6(2010). 2-T-5.

TERRORISMO - Ver *Terrorism*.

THIRD GENERATION WAR (3GW) – *[It] is based not on firepower and attrition but speed, surprise, and mental as well as physical dislocation.* (Lind, 2004: 13)

UNCONVENTIONAL WARFARE - *Activities conducted to enable a resistance movement or insurgency to coerce, disrupt or overthrow a government or occupying power by operating through or with an underground, auxiliary and guerilla force in a denied area. Also called UW. (UW Joint Integrating Concept [JIC], USSOCOM-approved definition.).*

IW

JOC2.

B-5.



Apêndice II

Assunto			
Guerra Subversiva – lições aprendidas e contributos para o reajustamento da doutrina nacional			
Questão Central			
<i>Quais as opções para o (re)ajustamento de uma Doutrina Nacional de Guerra Subversiva e para a sua conformidade com as doutrinas congêneres da NATO e de Países Amigos?</i>			
Questão Derivada 1 Que importância reveste, para Portugal, a existência de uma Doutrina Nacional de Guerra Subversiva?	Questão Derivada 2 As referências doutrinárias nacionais, elaboradas no domínio da Guerra Subversiva, constituem ainda um instrumento doutrinário útil?	Questão Derivada 3 Tendo em atenção a incorporação da Doutrina, de ensinamentos e experiências, ao nível da NATO, que aspectos fundamentais e que desafios se colocam para o desenvolvimento e consolidação de uma Doutrina Nacional de Guerra Subversiva?	Questão Derivada 4 Qual o impacto, no sector da Defesa Nacional e das Forças Armadas, do desenvolvimento e consolidação de uma Doutrina Nacional de Guerra Subversiva?
Hipótese 1 Portugal tem necessidade de uma Doutrina Nacional de Guerra Subversiva/COIN para responder aos desafios que enfrenta no quadro subversivo inserido no actual contexto geo-estratégico global.	Hipótese 2 As actuais referências doutrinárias nacionais existentes estão consolidadas há décadas, mas começam a revelar-se desajustadas face à dinâmica e praxis associadas à actual evolução doutrinária, tecnológica, organizacional e cultural da Guerra Subversiva/COIN.	Hipótese 3 H3.1: A dinâmica do fenómeno insurreccional exige que a concepção doutrinária conjunta se caracterize por uma elevada capacidade de adaptação, de teste, de inovação e renovação, implicando a optimização do processo da incorporação de ensinamentos e experiências e a aceleração da sua ratificação, aprovação, difusão e implementação. H3.2: A compatibilidade e interoperabilidade com a doutrina da NATO ou de Países Amigos é mais oportuna, mais completa e mais fácil adoptando a da NATO, complementando ou suplementando-a com elementos doutrinários nacionais.	Hipótese 4 A adopção duma Doutrina Nacional de Guerra Subversiva implica uma identificação de competências e responsabilidades e consequentes alterações na legislação interna, Doutrina, Organização, Treino, Material, Liderança e Formação, Pessoal, Infra-estruturas e Interoperabilidade (DOTMLPFI) das FFAA.
Confirmação da Hipótese Esta hipótese encontra-se <u>validada</u> no Capítulo 2: A Guerra Subversiva	Confirmação da Hipótese Esta hipótese encontra-se <u>validada</u> no Capítulo 2 A Guerra Subversiva	Confirmação da Hipótese Esta hipótese encontra-se <u>validada</u> no Capítulo 3 O ambiente de Insurgência no Séc XXI	Confirmação da Hipótese Esta hipótese encontra-se <u>parcialmente validada</u> no Capítulo 3 e <u>validada</u> no Capítulo 4 Contributos para um reajustamento da Doutrina Nacional de Portugal

Conclusões Gerais

Apresentadas no **Capítulo 5: Conclusões.**

Resposta à Questão Central

O (re)ajustamento de uma Doutrina Nacional de Guerra Subversiva, conforme com as doutrinas congêneres da NATO e de Países Amigos, é um imperativo da segurança do País perante os desafios do século XXI e é mais facilmente alcançada através da adopção da doutrina da NATO, complementando-a ou suplementando-a, onde ela for insuficiente ou inexistente face às necessidades e capacidades de Portugal. Permite-se assim uma melhor utilização de recursos e a identificação e capacitação das entidades competentes, a par de uma melhor integração ou adequação às doutrinas similares da Aliança ou de Países Amigos. Exige contudo, a adopção de um conjunto de medidas militares e não militares, de que o poder político deverá ser o responsável pela sua atempada implementação, para que Portugal contribua mais eficazmente para a segurança nacional e internacional.



Apêndice III

MATRIZ DE COMPARAÇÃO ENTRE DOCTRINA GUERRA SUBVERSIVA E COUNTERINSURGENCY (COIN) DA NATO

TÓPICO	PORTUGAL	NATO
Doutrina	<i>Contra-Subversão.</i>	<i>Counterinsurgency (COIN).</i>
Documento base	<i>Do Exército.</i>	<i>Documento Conjuntoe Combinado.</i>
Níveis	<i>EGS abrange três níveis (estratégico/operacional/tático)</i>	<i>Níveis e publicações independentes (por níveis) e hierarquizadas</i>
Política	<i>Carácter político implícito na CSubv.</i>	<i>Carácter político explícito na COIN.</i>
Comando	<i>Unidade de Comando, cadeia nacional.</i>	<i>Unidade de Esforços, cadeia nacional e multi-nacional.</i>
CoG	<i>Luta pela população.</i>	<i>Centric-population approach.</i>
TO	<i>TO africano.</i>	<i>TO global.</i>
Soberania do TO	<i>TO nacional.</i>	<i>TO exteriores aos países membros.</i>
Administração/ governance	<i>Existência de controlo e administração do território, ainda que mais ténue nalgumas áreas.</i>	<i>Administração e governação quase, ou mesmo inexistente no território, estados falhados ou frágeis.</i>
Logística	<i>Nacional.</i>	<i>Nacional e multinacional.</i>
Tipologia das operações	<i>Operações de reposição da lei e ordem interna</i>	<i>Operações de natureza expedicionária.</i>
Carácter	<i>Ideológico-revolucionário</i>	<i>Global, religioso, crime organizado.</i>
Intervenção	<i>Intervenção Nacional</i>	<i>Intervenções em Aliança ou Coligação.</i>
Integração das acções	<i>Abordagem global, integrada, política, militar, económica e social.</i>	<i>Comprehensive Approach.</i>
PSYOPS	<i>Ação Psico-social intensa.</i>	<i>INFO e PSY OPS.</i>
Papel da população	<i>População a assumir defesa (aumento do recrutamento local, milícias etc). Africanização</i>	<i>Formação das FFAA e FS da host nation.</i>
Motivação dos insurgentes estrangeiros	<i>Insurgentes estrangeiros, por razões ideológicas e políticas.</i>	<i>Combatentes estrangeiros por razões religiosas, políticas e criminosas.</i>
Apoio internacional	<i>Crescente isolamento de Portugal internacionalmente.</i>	<i>Apoio internacional substantivo.</i>
NGO		<i>Explicita necessidade de considerar a actuação das NGO.</i>
Media	<i>Controlo dos media (censura).</i>	<i>Os media são mais um factor a ter em consideração .</i>



Apêndice IV

COMPARAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA COIN ENTRE PORTUGAL E PAÍSES DE REFERÊNCIA

PORTUGAL EGS (1966)	NATO JOG (2010) attributes AJP – 3.4.4 (2011)	EUA FM 3-24 (2006)	RU BA (2009) Countering Insurgency	ESPANHA PD3-301(2010) Contrainsurgencia	CANADA B-GL-323-004/FP- 003 Counter- Insurgency Operations	AFEGANISTÃO ANA 3-24 Counter- insurgency (COIN) June 2007
É uma luta pela população e nunca uma luta contra a população.	Political primacy (and a clearly-defined political objective).	Legitimacy is the main objective.	Primacy of Political Purpose.	Primacía política y objetivo político claro.	Effect political primacy in the pursuit of a strategic aim.	Legitimacy is the main objective.
Não é possível actuar contra a subversão somente com forças diametralmente opostas.	It is a struggle for the population, not against the population.	Unity of effort is essential.	Unity of Effort.	La lucha contra la insurgencia es una lucha por la población y nunca contra ella.	Promote unity of purpose to coordinate the actions of participating agencies— control and coordination.	Unity of effort is essential.
A luta contra a subversão não pode ser levada a efeito exclusivamente pelas forças militares.	The relevance of legitimacy.	Political factors are primary.	Understand the human terrain.	Importancia de la legitimidad.	Understand the complex dynamics of the insurgency, including the wider environment.	Political factors are primary.
...um conhecimento pormenorizado da população	Intelligence drives operations.	Counterinsurgents must understand the environment.	Secure the population.	La inteligencia es vital para lograr el éxito.	Exploit intelligence and information—the overarching importance of intelligence.	Understand the environment.
...não se pode limitar esse estudo [de situação] a esse território	Unity of effort (the requirement of a coordinated government structure).	Intelligence drives operations.	Neutralise the insurgent.	Unidad de esfuerzos. Necesidad de una estructura coordinada de gobierno.	Separate the insurgents from their physical and moral sources of strength.	Intelligence drives operations.
...não nos podemos limitar a actuar no interior desse território	Neutralise the insurgency and isolate the insurgents from their support.	Insurgents must be isolated from their cause and support.	Gain and maintain popular support.	Neutralizar la insurgencia y aislarla de sus apoyos.	Physical separation.	Isolate insurgents from their cause and support.

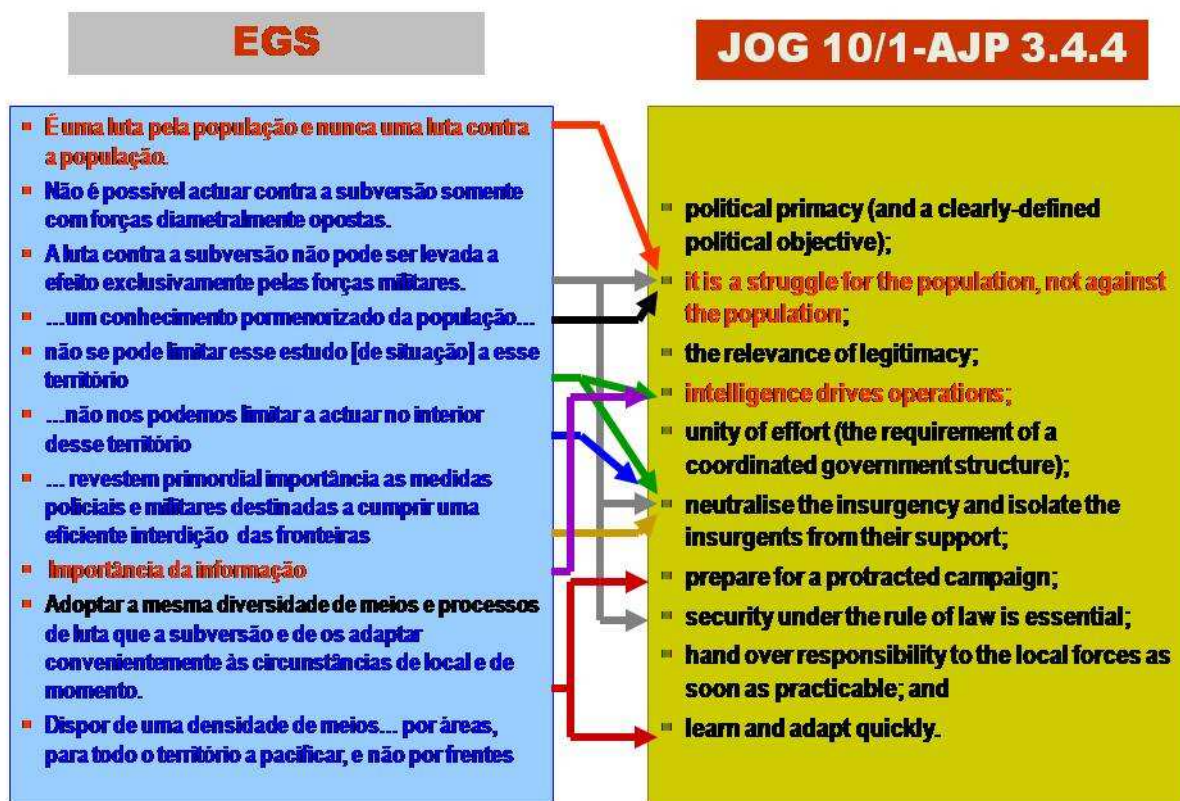


PORTUGAL EGS (1966)	NATO JOG (2010) attributes AJP – 3.4.4 (2011)	EUA FM 3-24 (2006)	RU BA (2009) Countering Insurgency	ESPANHA PD3-301(2010) Contrainsurgencia	CANADA B-GL-323-004/ FP-003 Counter- Insurgency Operations	AFEGANISTÃO ANA 3-24 Counter- insurgency (COIN) June 2007
...revestem primordial importância as medidas policiais e militares destinadas a cumprir uma eficiente interdição das fronteiras	Prepare for a protracted campaign.	Security under the rule of law is essential.	Operate in accordance with the law.	Prepararse para una campaña de larga duración.	Intellectual and moral separation.	Establish security under the rule of law.
Importância da informação	Security under the rule of law is essential.	Counterinsurgents should prepare for a long-term commitment.	Integrate intelligence.	Establecer un entorno de seguridad actuando dentro de la ley.	Neutralize the insurgent.	Prepare for a long-term commitment.
Adoptar a mesma diversidade de meios e processos de luta que a subversão e de os adaptar convenientemente às circunstâncias de local e de momento.	Hand over responsibility to the local forces as soon as practicable; and	Manage information and expectations.	Prepare for the long term.	Ceder cuanto antes el protagonismo a las fuerzas locales.	Sustain commitment to expend political capital and resources over a long period.	Manage information and expectations.
Disponer de uma densidade de meios... por áreas, para todo o território a pacificar, e não por frentes	Learn and adapt quickly.	Use the appropriate level of force.	Learn and adapt.	Aprender y adaptarse rapidamente.	Conduct longer term post-insurgency planning.	Use measured force.
		Learn and adapt .				Learn and adapt.
		Empower the lowest levels.				Empower the lowest levels.
		Support the host nation.				Support the nation.



Apêndice V

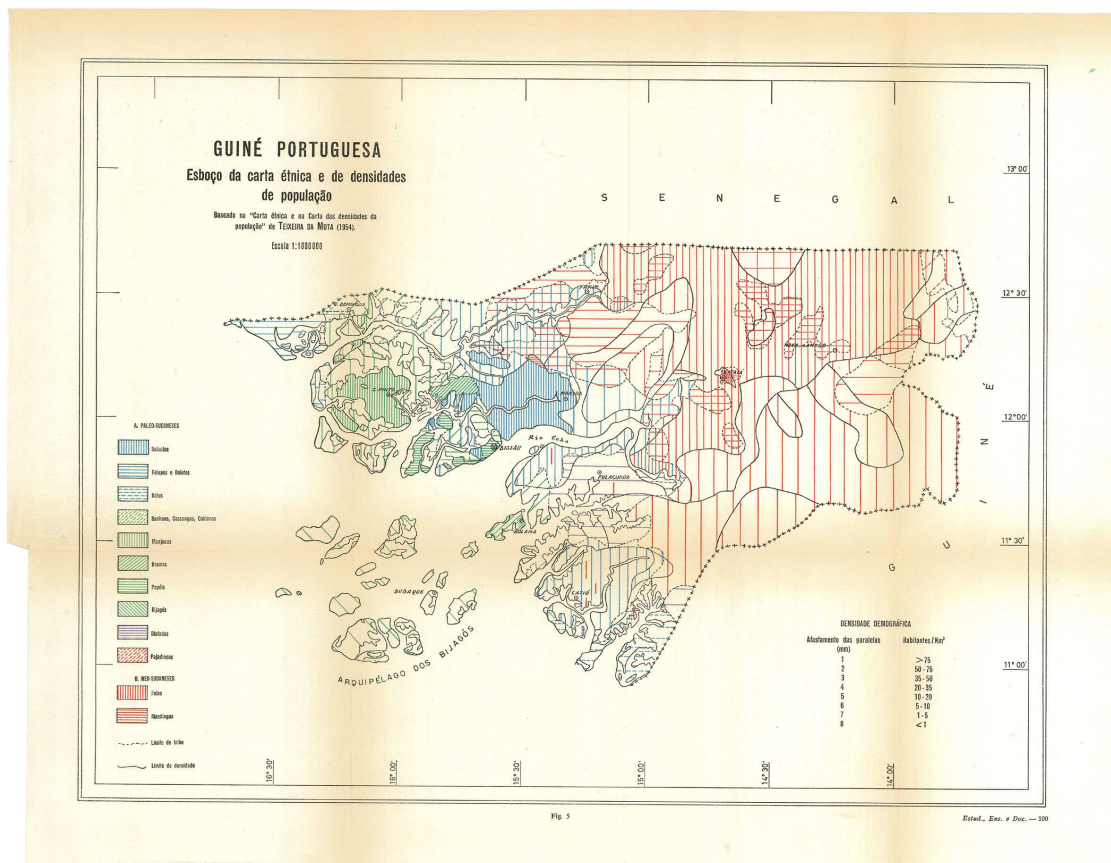
COMPARAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA COIN ENTRE PORTUGAL E A NATO





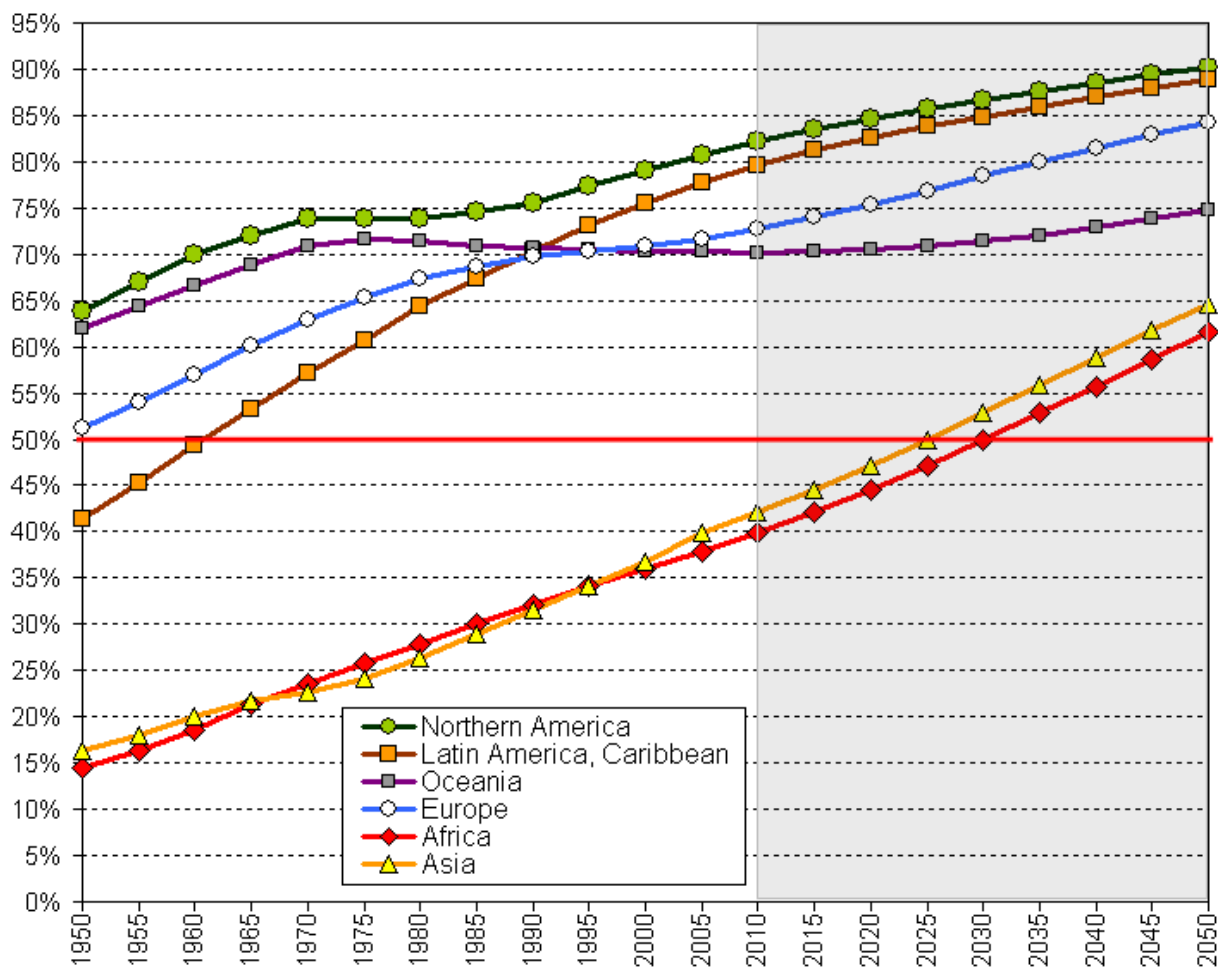
Anexo A

CARTA ÉTNICA DA GUINÉ PORTUGUESA





Anexo B DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA



Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division, Population Estimates and Projections Section. http://esa.un.org/unpd/wup/fig_1.htm



Anexo C

BA , 2009: 2-A-5

